

BALANÇO ANUAL 2023

65 anos



SBSP
B3 LISTED NM

SBS
LISTED
NYSE



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS





Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

50 anos de vidas!
 O ano de 2023 foi um ano de transformação e criação de novas oportunidades para todos nós. Celebramos meio século de existência, celebrando as conquistas do passado e a perspectiva de um futuro ainda mais promissor. Um futuro em que as pessoas e o meio ambiente se consolidam no centro da nossa estratégia, tendo a universalização do saneamento como instrumento de atingimento deste objetivo.
 Ao longo destes 50 anos, foram inúmeros desafios e conquistas que nos levaram a ser uma das maiores empresas de saneamento do mundo, uma referência em soluções inovadoras e a líder no ranking de investimento no País. Nesse período, muita coisa evoluiu e nós também, sempre nos conectando com as pessoas e reforçando nosso compromisso com a vida, em todas suas formas.
 Nesta trajetória de transformação, nossa estrutura corporativa ganhou novos contornos: ficou mais moderna, ágil e participativa. Com isso, ganhamos competitividade e eficiência.
 A reestruturação trouxe maior racionalidade na alocação de recursos, integração de equipes, revisão de processos e uma visão de que todos somos parte de Uma Só Sabesp, uma empresa inovadora que usa todos os meios para prestar o melhor serviço para seus clientes.
 No contexto deste novo ambiente, lançamos uma nova identidade visual que explora a aquarela, misturando cores e líquido, que representam sustentabilidade e equilíbrio com a natureza e simbolizam também o compromisso da Sabesp com inovação, transparência e eficiência. Esses elementos, leves e variados, foram adicionados ao tradicional símbolo da Companhia na forma de uma antiga ânfora, desenvolvido em 1973.
 Um bom exemplo do que nos espera com essas mudanças, foi a vitória do leilão para operar os serviços de saneamento básico na cidade de Olímpia (SP), marco importante de 2023. Pela primeira vez, uma estatal do setor venceu uma concorrência pública no País, disputada com outros oito concorrentes privados.
 Essa vitória sinaliza nosso potencial para crescer, expandir nossas operações e ampliar o escopo dos negócios com soluções ambientais, trazendo todos os conceitos de economia circular (produção de biogás e fertilizantes a partir do tratamento de esgoto, água para reúso industrial e ampliação da eficiência energética), contribuindo para a preservação do meio ambiente e uma sociedade mais inclusiva e justa.
 Além da revisão das estruturas existentes (Operação; Financeira e RI; e Gente e Gestão), cabe destaque às novas diretorias (Engenharia e Inovação; Clientes; e Regulação e Novos Negócios) que visam dar escala e eficiência às nossas principais alavancas de valor. Adicionalmente também criamos a Superintendência de Sustentabilidade e Governança Corporativa e a Superintendência de Transformação Digital, vinculadas diretamente a mim e que espelham nosso compromisso com a sustentabilidade, eficiência operacional, inovação e tecnologia. Das sete diretorias, três são lideradas por mulheres, além do Conselho de Administração da Companhia que também é presidido por uma mulher.
 Este Relatório materializa a essência destas mudanças, integrando definitivamente a agenda ESG como parte estratégica do nosso negócio.
 O processo de expansão inclui envolvimento em importantes pautas mundiais. Nesse sentido participamos de diversos fóruns locais e internacionais para compartilhamento de experiências, com destaque para os três painéis durante a 28ª Conferência das Partes (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o que comprova o valor de nossa expertise na área de saneamento básico.
 Os números ratificam esse valor. Nossos atuais índices de saneamento estão entre os melhores do Brasil. Temos 98% de cobertura de abastecimento de água, 93% de cobertura de coleta de esgoto e 85% de imóveis conectados ao tratamento de esgoto. E esses percentuais vão crescer. Além do montante de investimento de 2023 representar um recorde histórico para a Companhia, cerca de 85% do Capex para água e esgoto dos anos de 2024 e 2025 já está sendo licitado ou já foi contratado.
 Para o período 2024 a 2028, nosso atual PPI (divulgado em dezembro), prevê investimentos de R\$ 33,91 bilhões em expansão de sistemas e outros R\$ 11,27 em obras para a melhoria, eficiência e renovação de ativos.
 O Programa IntegraTietê, lançado em 2023, engloba uma série de medidas de curto, médio e longo prazos para resolver alguns dos pontos mais vulneráveis do Rio Tietê, o maior do Estado.
 Foi um ano desafiador e muito produtivo, e ainda temos muito por fazer. Nossos números são resultados de muito trabalho e foco. Além do investimento recorde já mencionado, é importante destacar a conclusão da Revisão Tarifária Extraordinária que corrigiu distorção de nossa receita de anos anteriores e do financiamento com indicadores de sustentabilidade contratado junto ao IFUC (à medida em que a Companhia atinja certos compromissos de sustentabilidade, o custo do financiamento é reduzido).
 Agradeço a todos os nossos funcionários pela postura colaborativa e a aptidão para enfrentar novos desafios. Agradeço também aos nossos fornecedores, clientes, conselheiros e acionistas pelo apoio neste processo de transformação.

André Salcedo
 Diretor-presidente

CONTEXTO MACROECONÔMICO E SETORIAL

O ano de 2023 foi de recuperação econômica no Brasil. Com a inflação controlada, houve espaço para a queda de juros favorecendo as perspectivas no mercado de crédito. No cenário externo, desafios e incertezas em razão de tensões geopolíticas permaneceram como fontes de volatilidade nos mercados financeiros.
 Apesar do cenário externo mais volátil, a Companhia apresentou crescimento da receita refletindo uma melhora nos indicadores econômicos. Somado ao cenário mais geral, a conclusão do Reajuste Anual e da Revisão Tarifária Extraordinária, com a aprovação de um reajuste tarifário total de 9,5609% das tarifas em abril de 2023, colaborou para um resultado positivo. Embora as margens líquidas tenham se reduzido, principalmente em razão do impacto do resultado financeiro, o resultado operacional apresentou incremento significativo.
 Do lado dos custos, a Companhia implementou diversas ações estruturantes visando sua redução e a elevação da eficiência no longo prazo. A reestruturação organizacional, modernização e investimento em tecnologia na operação, criação do Centro de Serviços Compartilhados e o Programa de Desligamento Incentivado (PDI), são exemplos de ações voltadas à sustentabilidade da Companhia no ambiente de negócios mais competitivo, dado pelas mudanças na legislação do setor.
 Os investimentos aprovados para o quinquênio 2024 a 2028 no valor de R\$ 47,4 bilhões, que passaram a incorporar o Programa IntegraTietê, impuseram um ritmo ainda mais intenso de expansão dos investimentos, com foco na ampliação das redes e no tratamento de esgoto.
 Em 2023, a resposta da Companhia no que concerne à nova dinâmica do setor de saneamento foi marcada pela participação na adesão de concessão de serviços públicos. Em maio, a Companhia venceu o leilão e assinou o contrato de concessão com a Prefeitura de Olímpia para operar os serviços de água e esgoto pelos próximos 30 anos. A Sabesp, através de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) regulamentada contratualmente, vai investir em tecnologias para controlar as perdas de água, construir adutoras e ampliar a capacidade de abastecimento, seguindo o crescimento da cidade, conhecida pelo turismo de águas termais. As ações vão beneficiar os mais de 56 mil moradores com mais saúde e qualidade de vida.
 Outro avanço em direção ao aperfeiçoamento das normas do setor foi a edição do Decreto Estadual 67.880/2023 que dispõe sobre a adesão dos Municípios às respectivas Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) e sobre suas estruturas de governança interfederativas. O decreto dá maior efetividade e representatividade aos conselhos deliberativos das Unidades Regionais, que irão deliberar sobre celebração de contratos, convênios e parcerias para serviços de abastecimento de água e saneamento.
 Formada pelos municípios atendidos pela Sabesp, nos termos do Novo Marco do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020), a URAE 1 - Sudeste (URAE-1) contou com a adesão do município de São Paulo em agosto de 2023, o que representou um passo importante em sua formalização, reforçando a visão de prestação dos serviços de saneamento básico de forma regionalizada no estado de São Paulo.

Processo de Desestatização

Dentro do processo de mudanças observadas no setor de saneamento básico nos últimos anos, o Governo do Estado de São Paulo iniciou um processo de desestatização da Companhia, com vistas a responder de forma ainda mais ágil e eficiente à nova realidade regulatória que impacta o setor.
 Em abril de 2023, o *International Finance Corporation* - IFC, agência vinculada ao Banco Mundial, foi contratada para realizar estudos sobre a desestatização da Companhia, que indicaram uma oferta pública de ações como o melhor modelo a ser adotado, cujos principais benefícios englobam: (i) a adição e antecipação de investimentos para atingimento das metas de universalização; e (ii) redução de tarifas através da utilização de parte dos recursos obtidos na transação.
 Em setembro de 2023, o Estado de São Paulo comunicou os municípios operados pela Sabesp sobre a proposta de alteração das condições dos contratos de concessão em vigor, observando as seguintes diretrizes: (a) antecipação do atingimento das metas de universalização estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento para 2029, resguardados eventuais prazos inferiores previstos contratualmente; (b) extensão do prazo de duração do contrato de concessão para 2060; (c) obrigação de atendimento, pela Sabesp, da população residente em núcleos urbanos informais consolidados e áreas rurais, de modo a abranger todo o território municipal; e (d) detalhamento dos investimentos a serem realizados em cada município.
 A comunicação ainda reafirmou os compromissos de aumento e antecipação de investimentos, redução de tarifas e melhoria dos serviços de saneamento, com o objetivo de: (a) dar previsibilidade e transparência para a estrutura regionalizada, considerando infraestruturas já compartilhadas; e (b) detalhar em contrato as obrigações específicas da Sabesp em relação a cada município, incluindo metas de cobertura, principais obras e investimentos.
 Na esteira desse processo, em dezembro de 2023, foi aprovada a Lei Estadual nº 17.853/2023, que autorizou a desestatização da Sabesp e, em fevereiro de 2024, foi aberta consulta pública sobre: (i) a minuta do Contrato de Concessão a ser celebrado entre a URAE-1 e a Sabesp, com a indicação da atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, juntamente com os anexos técnicos específicos dos Municípios que compõem a URAE-1, além dos demais anexos contratuais; (ii) a minuta do regimento interno do Conselho Deliberativo da URAE-1; e (iii) a minuta do Plano Regional de Saneamento, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Regulação dos Serviços e das Tarifas

O novo marco legal atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência, contendo diretrizes, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, as quais serão exercidas pelas agências reguladoras infranacionais, após a respectiva adesão. No caso da Sabesp, nossos contratos atuais são regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), em consonância com termos estabelecidos nos instrumentos vigentes.
 Neste contexto, a ANA e a Arseps divulgam periodicamente agendas regulatórias com os temas que deverão ser objeto de normatização futura. A Sabesp participa ativamente das discussões realizadas em rodadas de reuniões prévias às tomadas de subsídios, e das consultas públicas sobre as normas regulatórias que impactam o seu negócio.
 Sobre o cálculo das tarifas propriamente dito, atualmente o modelo regulatório adotado pela Arseps estabelece uma regulação por incentivos que consiste na determinação de uma tarifa máxima (P0) que garante o equilíbrio econômico-financeiro da prestadora em toda área de atuação, considerando os custos eficientes projetados, bem como o montante de investimentos a serem realizados no ciclo tarifário de 4 anos.
 O modelo de cálculo baseia-se em um modelo de Fluxo de Caixa Descontado, cujo objetivo é o de calcular a tarifa máxima de equilíbrio (P0), que tem como referência os custos operacionais para a prestação dos serviços e a remuneração e recuperação dos investimentos realizados (receita requerida), considerando o mercado previsto para o período de 4 anos, cujo Valor Presente Líquido (VPL) do ciclo tarifário seja igual a zero, considerando uma taxa de retorno igual ao custo médio ponderado de capital (WACC, na sigla em inglês para *Weighted Average Cost of Capital*).
 Após o estabelecimento da tarifa média máxima (P0) nos processos de revisão tarifária ordinária, durante o ciclo tarifário, a agência autoriza o reajuste anual das tarifas (IRT), que corrige as tarifas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses, deduzidos de um fator de produtividade a ser compartilhado com os usuários (Fator X) e acrescidos ou deduzidos de um fator de qualidade (Fator Q). Este mecanismo visa permitir a reposição da inflação e incentivar a Companhia a buscar permanentemente a eficiência e a redução de seus custos, bem como atingir critérios de qualidade desejados na prestação dos serviços aos usuários.
 Especificamente para este ciclo 2021-2024, estão previstos ajustes compensatórios (AJC) em função do atingimento - ou não - da receita autorizada projetada, além de eventuais ajustes em outras variáveis (com limitação do risco de receita \pm 2,5%).
 A estrutura tarifária da Sabesp constitui-se de um conjunto de regras aplicadas ao faturamento da Companhia em que os usuários são classificados nas categorias divididas em residencial, comercial, industrial e pública. A estrutura

está fundamentada no Regulamento Tarifário aprovado por meio do Decreto Estadual n.º 41.446 de 1996, na legislação e normas regulatórias vigentes.
 Dada a necessidade de ajustes tanto para o ano de 2021 quanto para 2022, por conta do não atingimento da receita autorizada, a Arseps, em abril de 2023, concluiu os processos de Reajuste Anual e de Revisão Tarifária Extraordinária, autorizando a Companhia a aplicar o índice de reajuste tarifário total de 9,5609%, em relação às tarifas vigentes, que entrou em vigor em maio de 2023.

A COMPANHIA

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, fundada em 1973 e que atua na prestação de serviços de saneamento ambiental.
 Com sede na cidade de São Paulo, parte relevante da sua operação está na Região Metropolitana de São Paulo, a maior região metropolitana do país, com cerca de 21,5 milhões de pessoas. Somos considerados uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida: no encerramento de 2023, estávamos presentes em 376 municípios, distribuídos por todas as regiões do Estado. Respondíamos pelo atendimento de cerca de 62% da população paulista, sendo 28,1 milhões de pessoas com abastecimento de água e 24,9 milhões de pessoas com coleta de esgotos.
 Buscando a expansão de sua área operada no âmbito do Novo Marco do Saneamento, a Companhia inovou ao conquistar a concessão no município de Olímpia, iniciando a operação dos serviços de água e esgoto em dezembro de 2023 por meio de nossa subsidiária integral Sabesp Olímpia S.A.
 A Sabesp atua ainda como sócia minoritária em outras três empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, além de outras seis, nos setores de energia, pavimentação e outros serviços de saneamento. As informações sobre as empresas investidas estão disponíveis na Nota Explicativa 12 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA FOCADA NA SUSTENTABILIDADE

Pela própria natureza de suas atividades, que contribui com a conservação do meio ambiente e a saúde e qualidade de vida das pessoas, o setor de saneamento tem estreita ligação com a Agenda ESG. Ciente dessa relevante contribuição, a Sabesp está expandindo e aperfeiçoando a estratégia corporativa, com a adoção de ações sustentáveis em todas as áreas, destinadas a tornar essa estratégia mais relevante e robusta.
 Fortalecemos na estratégia os pilares social e ambiental, como forma de dar suporte à agenda ESG, e temos a governança corporativa como leme para garantir que estejamos alinhados, atentos aos impactos e a entregas consistentes e transparentes.
 Em 2023, a Estratégia Corporativa foi revisada e novos objetivos estratégicos, indicadores e metas, missão e visão foram definidos, assim como a criação de um propósito alinhado à nossa essência de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nossos direcionadores estratégicos passaram a ser:
PROPOSITO - Transformar a vida das pessoas para uma sociedade mais inclusiva e sustentável;
VISÃO - Ser referência mundial em inovação e sustentabilidade no saneamento; e
MISSÃO - Prestar serviços de saneamento com excelência.
 A Sabesp também estabeleceu seus objetivos estratégicos nas dimensões de:
 • **Processos Internos:** Aumentar a eficiência dos processos da Sabesp e fortalecer a cadeia de fornecedores;
 • **Clientes e Mercado:** Ser competitiva para manter e ampliar a área de atuação e ser marca de referência em prestação de serviços no Brasil;
 • **Pessoas e Inovação:** Ser uma empresa moderna, inclusiva e inovadora; e
 • **Sustentabilidade:** Promover a universalização do saneamento para gerar impactos positivos na sociedade e meio ambiente e maximizar o resultado econômico-financeiro a fim de garantir o crescimento e a perenidade da Sabesp.
 Esses direcionadores e objetivos estratégicos suportam a ambição Sabesp, lançada em 2023, de ser a melhor empresa de saneamento para o mundo. Ao renovar nossa estratégia, incorporamos as pessoas e o meio-ambiente no centro do negócio.
 O objetivo é garantir a transformação de vidas para uma sociedade mais inclusiva e sustentável, prestar seus serviços com excelência e buscar ser referência mundial no tema. As linhas mestras que conduzem nossa estratégia buscam contribuir para a universalização nos municípios operados, o desenvolvimento de objetivos e metas de melhoria socioambientais, com fontes de energia cada vez mais sustentáveis, promovendo a economia circular e cuidando da comunidade atendida.
 Ao mesmo tempo, as linhas mestras procuram favorecer o retorno financeiro, com crescimento em novos negócios, a integração de prestação de serviços para a Companhia, o desenvolvimento profissional e pessoal dos nossos colaboradores e uma gestão empresarial pautada pela transparência.

PRINCIPAIS NEGÓCIOS

A prestação de serviços de saneamento se divide principalmente em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2023, a Sabesp atendeu seus clientes por meio de 10,3 milhões de ligações de água e de 8,8 milhões de ligações de esgoto, e faturou 2.236,2 milhões de m³ de água e 1.967,6 milhões de m³ de esgotos. Os dados operacionais apresentados nesse relatório não incluem as operações no município de Olímpia.

	Volume faturado de água e esgoto ⁽¹⁾ por categoria de uso - milhões de m³								
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%
Residencial	1.918,0	1.869,5	2,6	1.684,0	1.631,4	3,2	3.602,0	3.500,9	2,9
Comercial	189,2	182,1	3,9	181,1	175,9	3,0	370,3	358,0	3,4
Industrial	35,4	34,5	2,6	38,3	37,9	1,1	73,7	72,4	1,8
Pública	47,1	43,7	7,8	42,4	38,9	9,0	89,5	82,6	8,4
Total varejo	2.189,7	2.129,8	2,8	1.945,8	1.884,1	3,3	4.135,5	4.013,9	3,0
Atacado ⁽²⁾	46,5	47,8	(2,7)	21,8	20,5	6,3	68,3	68,3	-
Total	2.236,2	2.177,6	2,7	1.967,6	1.904,6	3,3	4.203,8	4.082,2	3,0

(1) Não revisado pelos auditores externos;
 (2) No atacado estão incluídos os volumes de água de reúso e esgotos não domésticos.

Para cumprir a sua missão e executar seu plano de negócios, a Companhia mantém um programa de investimentos que visa melhorar e expandir seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, melhorar sua eficiência operacional, além de aumentar e proteger os recursos hídricos.
 Em 2023, a Companhia investiu R\$ 6,3 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões em sistemas de água e R\$ 3,6 bilhões em sistemas de esgoto. Para o período de 2024 a 2028, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 47,4 bilhões, sendo R\$ 33,9 bilhões na expansão de sistemas de água e esgoto; R\$ 11,3 bilhões na melhoria de sistemas, eficiência e renovação de ativos; e R\$ 2,2 bilhões em outros, como tecnologia da informação e frota veicular, por exemplo:

	2024	2025	2026	2027	2028	Total
RS Milhões						
Expansão de sistemas	4.046	8.062	8.235	7.216	6.352	33.911
Água	1.028	1.624	1.301	1.228	1.172	6.353
Esgoto	3.017	6.438	6.934	5.988	5.180	27.558
Melhoria de sistemas, eficiência e renovação de ativos	3.104	2.792	1.911	1.750	1.710	11.267
Controle e Redução de Perdas	929	876	511	494	504	3.314
Desenvolvimento Operacional (Energia, Automação, Retrofits)	2.175	1.916	1.401	1.256	1.205	7.953
Outros	983	640	199	162	196	2.180
Total	8.132	11.494	10.346	9.129	8.257	47.358

O desempenho operacional da Companhia é acompanhado por meio de indicadores operacionais, cujas metas são definidas considerando cláusulas contratuais, condições macroeconômicas, sociais, ambientais e também o ambiente regulatório.

	Realizado		Metas			
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Atendimento com Abastecimento de Água (%)⁽¹⁾	94	95	96	96	96	96
Atendimento com Coleta de Esgoto (%)⁽¹⁾	85	88	90	91	91	92
Cobertura com Abastecimento de Água (%)⁽¹⁾	98	99	100	100	100	100
Cobertura com Coleta de Esgoto (%)⁽¹⁾	93	95	97	98	98	99
Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)^{(1) (2)}	85	85	88	95	96	96
Novas Ligações de Água (mil)	188	195	197	182	180	254
Novas Ligações de Esgoto (mil)	191	263	292	237	207	290
IPDT (litros/ligação/dia)	260	255	254	253	252	251

(1) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.
 (2) Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

Abastecimento de Água e Segurança Hídrica

Para abastecer uma população de cerca de 28,1 milhões de pessoas, utilizamos uma rede de distribuição que chega a 93,2 mil km, levando a água tratada de 235 Estações de Tratamento de Água (ETAs) até os consumidores em 376 municípios do estado de São Paulo.
 Em 2023, a Sabesp produziu 2.985,2 milhões de m³ de água, sendo que o índice de cobertura dos serviços atingiu 98% e o de atendimento ficou em 94% na área operada.
 O planejamento de longo prazo, a maior adaptação às incertezas com o incremento de infraestrutura hídrica, a gestão estratégica de riscos e a atuação pelo uso racional e consciente da água são algumas das principais ações empreendidas pela Sabesp para garantir a permanência do abastecimento da população atendida.
 A Região Metropolitana São Paulo (RMSP) é, sem dúvida, a de maior complexidade para operar. A suscetibilidade às variações climáticas, a elevada concentração populacional e a localização geográfica são fatores que impactam na baixa disponibilidade hídrica da região, que é considerada crítica.
 Para fazer frente a este cenário, a Sabesp tem o **Programa Metropolitano de Água (PMA)**, cujo planejamento estruturante está baseado nas projeções sobre oferta e demanda do Plano Diretor de Abastecimento de Água, que considera dados históricos, expectativas de cenários futuros e parâmetros de risco. Em 2023, o PMA contribuiu para a ampliação da ETA Rio Grande, em andamento, e importantes obras nos municípios de Guarulhos e Mauá.
 O **Sistema Integrado Metropolitano (SIM)** é composto de uma robusta infraestrutura hídrica de nove sistemas produtores que, junto com o sistema de abastecimento de Guarulhos, serve a RMSP. Os mananciais nesta área possuem capacidade de armazenar cerca de 1,9 bilhão de litros de água e produzir aproximadamente 82 m³ de água por segundo. Em 2023, a produção média mensal de água para atender a RMSP foi de 64,8 m³/s. Já o índice de armazenamento de água ao final de 2023 foi de 67% frente a 53% em 2022.

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

A gestão permanente dos mananciais permite traçar cenários operacionais diários e modelos hidrológicos estratégicos de longo prazo. Para se antecipar a potenciais riscos relacionados à operação, a Sabesp também conta com uma estrutura de gestão de riscos estratégicos e operacionais, com planos de contingência para os casos de incidentes inevitáveis.

No interior do estado, a tarefa do abastecimento é menos pressionada devido ao menor contingente populacional e à existência de diferentes fontes de abastecimento, que incluem poços para captação de água.

Em municípios que enfrentam uma situação de maior criticidade, estamos implantando infraestrutura de estações de tratamento e represas que devem garantir a segurança hídrica para as próximas décadas. Além disso, já mapeamos as fontes alternativas de abastecimento em todo o interior, que podem ser utilizadas para reforço em caso de secas. No caso de situações mais críticas, adotamos sistemas emergenciais e outras providências para evitar interrupções no fornecimento de água às populações.

No litoral, a Companhia segue com a ampliação da estrutura hídrica para reforçar o atendimento à população local e ao grande contingente de turistas, que sobrecarrega o sistema com elevados picos de consumo em períodos de verão. No Litoral Norte, tivemos o início das obras dos reservatórios em São Sebastião e Ubatuba, com a finalidade de aumentarmos a capacidade de fornecimento de água para garantir a segurança hídrica.

Na Baixada Santista, que possui uma disponibilidade hídrica mais limitada, utilizamos um sistema integrado semelhante ao da RMSPP que, apesar da menor escala, permite a transferência de água entre regiões de menor e maior demanda nos momentos mais críticos. Em 2023, ampliamos a capacidade da ETA Mambu e retomamos a execução de cinco reservatórios em Bertoga, Guarujá, Santos, Itanhaém e Peruibe.

Além disso, para reduzir a quantidade de água tratada que escapa das redes de distribuição antes de chegar aos clientes, o Programa Corporativo de Redução de Perdas, iniciado em 2009, executa pesquisas de vazamentos não visíveis de forma proativa, adota medidas preventivas e corretivas para combater as perdas de água e realiza a gestão de demanda noturna, que consiste na diminuição da pressão da água na rede de distribuição no período noturno, quando há menor demanda. Em 2023, visando atender às necessidades do sistema de abastecimento da RMSPP, houve uma adequação operacional no horário de execução da gestão de demanda noturna, reduzindo duas horas, em média, o período da gestão de demanda. O programa colabora ainda com regularizações em núcleos de baixa renda, ampliando o desempenho e combatendo qualquer desperdício na rede.

As perdas reais, que correspondem aos vazamentos nas tubulações, totalizaram 19,5% em 2023. As perdas comerciais - água que é consumida, mas não é contabilizada, e decorrem de fraudes, falhas de cadastro comercial e submedição de hidrômetros, corresponderam a 10% no ano. A soma destes dois indicadores resulta nas perdas totais, que foram de 29,5% em 2023. Atualmente, nosso índice de perdas de água é de 260 litros/ligação/dia.

Outro processo que visa uma maior sustentabilidade dos recursos hídricos, especialmente em um cenário em que observamos crescente pressão climática, é a produção de água de reúso a partir do tratamento do efluente do esgoto para utilização em atividades industriais e necessidades urbanas, como limpeza de ruas, feiras livres e irrigação de parques. Em 2023, o programa atingiu a marca de 100 milhões de m³ de água de reúso produzidos e fornecidos para o Polo Petroquímico de Capuava e indústrias da Região do ABC Paulista.

Controle de qualidade da água

Garantir a entrega de água de qualidade é o maior bem que podemos oferecer aos nossos clientes e um dos maiores ativos do nosso negócio e requer o acompanhamento cuidadoso durante todo o processo, da captação e tratamento até os pontos de distribuição e consumo.

A qualidade da água distribuída é monitorada pela Sabesp e fiscalizada pelas unidades de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. O total de análises que compõem o monitoramento da qualidade da água da rede, dedicado a realização de ensaios de turbidez, cor, cloro, coliformes totais, acumula cerca de 68 mil amostras mensais. Além dessas, também é realizado o monitoramento de mais de 90 parâmetros, sob a responsabilidade dos 16 laboratórios de controle de qualidade, em frequências e pontos variados, situados ao longo das diversas fases dos sistemas de abastecimento, além de contar com o controle operacional nas estações de tratamento de água realizados pelos laboratórios localizados nas próprias estações. Os laboratórios da Sabesp possuem acreditação ISO 17.025, certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Expansão dos Serviços de Esgoto

A rede de coleta e transporte dos esgotos operada pela Sabesp tem cerca de 63,6 mil km e leva os esgotos para o tratamento nas suas 596 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), o que assegurou em 2023 um índice de cobertura em coleta de esgotos de 93%, um índice de atendimento de 85% e de 85% de economias conectadas ao serviço de tratamento de esgotos, resultando no atendimento de aproximadamente 24,9 milhões de pessoas.

Para continuar avançando, a Companhia mantém ações localizadas e programas estruturantes que visam a expansão da infraestrutura de coleta e tratamento, assim como a conexão das moradias ao sistema de coleta e tratamento.

Na Região Metropolitana de São Paulo, que apresenta o maior nível de complexidade para a expansão da estrutura sanitária na área operada, a Sabesp mantém desde 1992 o Projeto Tietê, que visa a expansão da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos e já levou coleta e tratamento de esgoto a uma população de mais de 12 milhões de pessoas.

Desde o seu início, a Companhia investiu US\$ 3,8 bilhões no projeto, o que resultou em aumentos significativos do índice de cobertura com rede de coleta, de 70% para 93%, e do índice de tratamento de esgotos coletados, de 24% para 85%, na área abrangida pelo projeto.

Em continuidade às ações do Projeto Tietê, foi lançado em março de 2023 pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, o Programa IntegraTietê engloba medidas de curto, médio e longo prazo em prol da despoluição e revitalização do rio Tietê. Caberá à Sabesp a missão de cuidar do eixo relacionado à frente de saúde e qualidade de vida, que visa a expansão da rede de saneamento e a gestão de resíduos.

A proposta inclui ampliar a capacidade e modernizar Estações de Tratamento de Esgoto com foco na economia circular, transformando-as em unidades recuperadoras de recursos, por meio do beneficiamento do lodo e do gás gerados no processo, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

No litoral do estado, a Companhia mantém o Programa Onda Limpa, o maior programa de saneamento ambiental da costa brasileira. O programa busca a universalização do esgoto na região, contribuindo para a melhoria da saúde, da qualidade de vida e da balneabilidade das praias, beneficiando aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, incluindo a população local e os turistas que visitam a região, especialmente nos meses de verão. O programa está em sua segunda etapa e, desde o seu início em 2007, já foram implementadas 118 mil ligações de esgoto, elevando o índice de coleta de esgoto de 53% para 86%, com tratamento de 100% do esgoto coletado.

Em 2023, demos continuidade às obras em andamento, como o sistema de esgotamento do bairro Gaivotas, em Caraguatuba; a ETE Barra do Una e o Sistema de Esgotamento Sanitário Maresias, em São Sebastião; a ampliação do Sistema Principal de Esgotamento de Ubatuba, com o aumento da ETE e Estação Elevatória de Esgoto Tamoiós; e a construção de uma nova estação de tratamento e rede coletora de efluentes em Ilhabela.

No interior do estado, quase todos os municípios operados apresentam índices de atendimento universalizados, assim a Companhia atua na expansão da infraestrutura em comunidades isoladas, fora dos núcleos urbanos.

Nova Estrutura Organizacional

Ao completar 50 anos, renovamos e atualizamos nossa estrutura de governança, planejada estrategicamente para ser mais consistente e dinâmica. A transformação teve como um dos principais pilares a reorganização das áreas de atuação dentro das diversas diretorias e a criação de novas estruturas que otimizassem o crescimento da Companhia dentro do novo cenário no setor de saneamento.

As mudanças realizadas objetivaram trazer uma maior agilidade no processo de tomada de decisão através de uma estrutura mais horizontal e dinâmica, que possibilite gerar soluções escaláveis, ágeis e eficientes a fim de facilitar a adoção de melhores práticas por toda a Companhia de forma sustentável e inovadora, com decisões baseadas em dados e visando racionalizar recursos financeiros.

Dentro da Presidência, foram criadas as áreas de transformação digital e de sustentabilidade e governança corporativa, trazendo para o foco agilidade e eficiência no processo de tomada de decisão associado a uma Agenda ESG na Companhia. Na parte operacional, destaca-se a unificação de duas diretorias (Metropolitana e de Sistemas Regionais) na Diretoria de Operação e Manutenção que, com a otimização e horizontalização da estrutura, se concentra principalmente na performance operacional e na gestão de mananciais, buscando entregar o melhor serviço com os menores custo e prazo.

Também foram criadas duas novas diretorias: a Diretoria de Clientes, que traz o cliente para o centro da estratégia, com foco na gestão do faturamento e na experiência do cliente; e a Diretoria de Regulação e Novos Negócios, que amplia o relacionamento com as agências reguladoras e com o poder concedente, atuando tanto na gestão contratual dos atuais negócios da Companhia quanto nos novos contratos de concessão e PPP.

Na Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, as principais transformações que ocorreram estão relacionadas à integração e revisão de processos e à incorporação de melhorias tecnológicas, com destaque para a instituição da área de Serviços Integrados, no modelo de um Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que está em processo de implementação.

A Diretoria de Engenharia e Inovação, segue com foco no planejamento, na priorização e na execução dos investimentos da Companhia, sendo responsável, entre outros temas, pela engenharia e gestão dos ativos, gestão ambiental e pela pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Na Diretoria de Gente e Gestão Corporativa, ficam concentradas as atividades relacionadas à gestão corporativa, de pessoas, de patrimônio e de suprimentos, além das áreas jurídica e de garantia da conformidade.

Relacionamento com Clientes

A criação da Diretoria de Clientes, em 2023, reafirma o nosso compromisso de ter o cliente no centro da nossa estratégia. A nova diretoria tem o objetivo de fomentar relações comerciais construtivas e inclusivas com os clientes, apostando na excelência e inovação da experiência do cliente, garantindo a sua satisfação, o que esperamos que se traduza no aumento de receitas. Para cumprir esta premissa, a Diretoria de Clientes está estruturada em torno de dois pilares principais: Experiência do Cliente e Proteção ao Faturamento.

Para garantir a integração dos procedimentos operacionais que envolvem o relacionamento com os clientes, foram criados 15 Departamentos de Serviços a Clientes (SaCs) distribuídos na área operada, responsáveis pelo atendimento, prestação de serviços, faturamento, cobrança e avaliação da satisfação dos clientes.

Em 2023, intensificamos nossa transformação digital ampliando nossos serviços para canais digitais de relacionamento. Com a migração para o ambiente virtual, o processo ganhou maior agilidade, principalmente na efetividade do atendimento, devido a um sistema mais inteligente e negociações mais simples e rápidas. Um exemplo dessa iniciativa foi a consolidação do nosso WhatsApp, do Chat Bot e da nova plataforma de atendimento baseada em nuvem, que proporciona mais consistência aos nossos clientes, além de suportar novos canais e ferramentas de gestão Omnichannel (uso simultâneo e interligado de diferentes canais de comunicação).

Ao longo do ano, realizamos duas feiras de renegociações de dívidas, que resultaram em mais de 500 mil acordos. Além disso, mantivemos nossa estratégia de utilização de vans de atendimento móvel estacionadas em diversas localidades para facilitar o acesso de nossos clientes. Esta iniciativa permite a negociação de contas vencidas, atualização de cadastro de clientes, solicitação de ligações de água e/ou esgoto, solicitação de revisões de consumo ou solicitação de reparos em redes.

Ao longo do ano, adicionamos serviços e aprimoramos o atendimento dos clientes por meio de multicanais. Abrimos também uma nova Agência Virtual baseada em nuvem, muito mais rápida, segura, intuitiva e personalizada. Esta plataforma foi desenvolvida com base no feedback dos clientes. Em 2023, o nível de satisfação dos nossos clientes foi de 84%, de acordo com a pesquisa anual de satisfação realizada pelo instituto GMR Inteligência de Mercado. Além disso, continuamos a prestar um serviço de ouvidoria aos clientes, que atende exclusivamente reclamações, sugestões, denúncias, críticas e solicitações de informações sobre os serviços. Ao longo do ano, a Ouvidoria recebeu 104,9 mil reclamações, sendo que destas, 99,2% foram solucionadas.

Inovação e Novos negócios

Em 2023, avançamos na estruturação da inovação dentro do conceito de *Open Innovation* (inovação aberta), estamos investindo no desenvolvimento e implementação de iniciativas, integrando ideias, pensamentos, processos e contribuições de pesquisa de partes interessadas internas e externas à Companhia.

Atualmente, está em curso um aprimoramento em nossa estrutura com o estabelecimento de células de inovação (HUBS) instaladas progressivamente nas diferentes unidades de negócio operacionais e de apoio da Companhia. Estas células são canais de entrada de novas tecnologias de forma integrada com a gestão corporativa de inovação. Estamos desenvolvendo também uma plataforma digital de inovação aberta para receber propostas de startups e universidades em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no chamamento público de projetos de inovação tecnológica. A premissa dessas ações é estimular a criatividade e ampliar as oportunidades de participação dos colaboradores de diferentes áreas e outras empresas, agregar maior eficácia na geração e seleção de ideias, desenvolver e divulgar soluções inovadoras.

Na área de saneamento, somos pioneiros no uso avançado da metodologia Building Information Modeling (BIM), ferramenta que possibilita a criação de modelos digitais tridimensionais de obras de engenharia e integra informações de diversas disciplinas e fases do ciclo de vida do empreendimento. Através do BIM, é possível planejar, projetar, construir e operar de maneira mais eficiente, econômica e sustentável. Em 2023, desenvolvemos ferramentas para dar suporte na contratação, modelagem e padronização de projetos e no armazenamento, compartilhamento e gestão de modelos e documentos dentro da metodologia BIM.

Em mais uma frente de inovação, adotamos inteligência artificial para a detecção de vazamentos não visíveis nas redes de distribuição de água da cidade de Franca e municípios da região. A tecnologia se baseia nos sons gerados pelos vazamentos para identificar e localizar os pontos de escoamento de água que não afloram nas ruas. A metodologia proporciona aperfeiçoamento na coleta de dados, agilidade e maior precisão nos rastreamentos, permitindo uma rápida redução dos volumes de água perdidos nas redes de distribuição.

Criamos em 2023 o Comitê de Sustentabilidade e Inovação, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para fomentar, discutir, revisar, supervisionar as iniciativas e projetos de sustentabilidade e governança corporativa e de inovação. O Comitê propõe ainda melhorias de processos, metas e desempenho visando contribuir para o fortalecimento da nossa estratégia corporativa.

Através da parceria com a FAPESP, atuamos no desenvolvimento de projetos de pesquisa básica e aplicada no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica. Os 12 projetos selecionados na terceira chamada de propostas estão atualmente em fase de desenvolvimento. Além disso, através de um segundo acordo com a FAPESP, que faz parte do programa PIPE - Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas, foi realizada em 2022 a primeira chamada objetivando a aceleração de startups, uma oportunidade pioneira no País para empresas com este perfil que tenham projetos inovadores em saneamento. As propostas foram avaliadas e qualificadas em 2023 e uma delas foi escolhida para desenvolver seu projeto com recurso financeiro da Sabesp.

Alinhada ao planejamento empresarial, a estruturação das ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é baseada no conceito de economia circular, dentro do qual os resíduos de um processo são utilizados como insumos para produção de novos produtos e novos ciclos. Assim, temos empenhado esforços para alavancar projetos inovadores voltados à economia circular, aderente aos princípios ESG, como a utilização de biomatano para uso veicular, a aplicação agrícola de lodo, dentre outros. Como resultado, estamos estudando a replicação do modelo de sucesso em implementação na cidade de Franca, o qual integra as fases líquida, sólida e gasosa do tratamento de esgotos, em outras seis estações de tratamento de esgoto de grande porte da Companhia.

Na frente de novos negócios, em maio, conquistamos a concessão do município de Olímpia, para fornecimento de serviços de água e esgoto pelo prazo de 30 anos com início em dezembro de 2023.

Gestão de Pessoas

Em prosseguimento à reestruturação da Companhia, sob a orientação estratégica de busca por eficiência e simplificação de processos, lançamos o Programa de Desligamento Incentivado (PDI). As adesões ao programa ocorreram em junho de 2023 e a Companhia segue um cronograma de desligamento dos inscritos previsto para ocorrer entre julho de 2023 e junho de 2024 garantindo que o processo ocorra de forma gradativa e planejada evitando-se assim, o risco de descontinuidade nas atividades. Os custos das rescisões foram reconhecidos no segundo trimestre de 2023. O PDI contou com a adesão de 1.862 empregados, representando cerca 15,2% do número de empregados da Companhia em junho de 2023.

Ao final de 2023, nosso quadro de empregados era composto por 11.170 pessoas divididas nas categorias operacional, técnica, universitária e gerencial, levando-se em conta o grau de escolaridade, experiência profissional, complexidade das atribuições e qualificação técnica. Nossa força de trabalho é formada por 8.983 homens (80,4%) e 2.187 mulheres (19,6%).

Nossa política salarial está vinculada ao Plano de Cargos e Salários, que proporciona atração, retenção e desenvolvimento de profissionais qualificados e comprometidos, oferecendo perspectivas de carreira e de remuneração compatíveis com o mercado. Visando aumentar o engajamento e reconhecer nossos talentos, além dos benefícios legais, também oferecemos aos colaboradores benefícios como refeição, alimentação, cesta de Natal, previdência privada, assistência médica e convênio educacional.

Adotamos o modelo de gestão de pessoas por competências, que busca continuamente garantir inovação, flexibilidade, melhoria contínua, alto desempenho e engajamento da força de trabalho. A gestão de pessoas por competências é um modelo que nos permite integrar nossos processos e inclui educação continuada, gestão de carreira, qualidade de vida, gestão de nossa cultura organizacional e bem-estar e serviços de recursos humanos, entre outros. A Avaliação de Competências e Resultados dos profissionais é realizada anualmente, envolvendo todos os empregados e culmina no estabelecimento do Plano Individual de Desenvolvimento. Em 2023, cerca de 4 mil empregados foram promovidos em decorrência desse processo.

Anualmente, a Companhia estabelece o Programa de Participação nos Resultados (PPR) com o objetivo de estimular os esforços dos empregados para o alcance dos objetivos organizacionais. O PPR distribuído em 2023 utilizou indicadores de desempenho total e setorial da Companhia em 2022 e, em média, 79,1% das metas foram alcançadas.

Para estimular a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, a Sabesp conta com a Universidade Empresarial Sabesp (UES), que em 2023 completou 20 anos de história. A UES coordena os processos corporativos de capacitação e desenvolvimento da força de trabalho, viabilizando todo treinamento necessário para o exercício das atribuições profissionais e para a segurança no ambiente de trabalho. O portfólio de cursos e programas da UES engloba trilhas como o Programa Mais Conhecimento, que oferece subsídios educacionais para exames de certificação profissional, cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, extensão universitária e de idiomas com o objetivo de elevar a escolaridade e qualificar os empregados. Em 2023, foram concedidos 458 subsídios educacionais.

Dentre os programas da UES, temos também o Programa de Desenvolvimento de Líderes, que tem como objetivo desenvolver uma cultura de liderança inovadora que conduza a ações que visem estabelecer uma nova cultura organizacional, com maior foco em resultados, inovação e competitividade. Além disso, para desenvolver e estimular a cultura de inovação e empreendedorismo por meio da geração e compartilhamento de ideias dos colaboradores, realizamos periodicamente o Prêmio Empreendedor Sabesp, que em sua 6ª edição, contou com a participação de 429 profissionais.

Atuamos para que nossos colaboradores tenham iguais oportunidades de capacitação profissional, com equidade, procurando contemplar a diversidade de forma justa e equilibrada. Em 2023, lançamos a campanha "Ao lado delas", programa de mentoria para mulheres, que busca criar um canal personalizado, de confiança e assertividade. Essa iniciativa possibilita às colaboradoras a oportunidade de conversar com pessoas dotadas de senioridade e condições de tomar decisões, que voluntariamente se colocam à disposição para qualquer situação. O lançamento da rede marcou o posicionamento claro da Sabesp em relação à equidade de gênero.

A Companhia se opõe a preconceitos de origem, raça, sexo, cor, orientação sexual, idade, crença religiosa ou qualquer outras formas de discriminação. No caso de descumprimento do nosso Código de Conduta e Integridade, disponibilizamos o Canal de Denúncias, que atua de forma autônoma e confidencial. O canal está disponível para todos os nossos colaboradores e recebe denúncias relacionadas a qualquer conduta de assédio e discriminação.

A Comissão de Averiguação de Assédio apura o teor das denúncias e, se for identificada prática discriminatória, o empregado denunciado está sujeito à aplicação de medidas disciplinares. Mesmo que a denúncia seja improcedente, a Comissão tende a sugerir à área de origem a implementação de um Plano de Ação, com o objetivo de orientar, sensibilizar e conscientizar a força de trabalho.

Historicamente, a Companhia mantém bom relacionamento com entidades representativas, procurando atender às principais reivindicações dos empregados, sempre respeitando o limite de sua capacidade financeira e das diretrizes legais e governamentais. Em suas relações trabalhistas, a Companhia prioriza a negociação como forma de dirimir conflitos, reduzindo substancialmente a ocorrência de movimentos parestados. Da totalidade dos colaboradores, aproximadamente 65% são sindicalizados.

Em maio de 2023, assinamos os atos dos sindicatos o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024 com vigência até abril de 2024. Nele, reconhecemos 107 delegados/representantes sindicais, que gozam de garantia de emprego na vigência do ACT. Admitimos também a remuneração de outros 35 dirigentes sindicais afastados para atividade sindical e que atuam em todas as nossas unidades, de modo que não há operações sem representação. O ACT resultou em aumento salarial, no vale-refeição, na assistência alimentar e nas bolsas de creche em 4,52% (IPC/ FIPE acumulado de maio de 2022 a abril de 2023), na manutenção da cláusula que garante o emprego de 98% dos nossos colaboradores e do auxílio-alimentação natalino em caráter excepcional. Em 2023, o índice de rotatividade foi de 5,7%.

Em 2023 vivenciamos duas greves com duração de um dia cada, que não interromperam os serviços essenciais que prestamos. De acordo com a legislação, nossos colaboradores não administrativos são considerados funcionários essenciais e, portanto, têm seu direito de greve limitado.

Na Sabesp, cuidar da segurança e saúde dos empregados é fator fundamental para o aumento da produtividade e da qualidade de serviços, da conquista de melhores resultados e da promoção de bem-estar dos funcionários. Para isso, contamos com um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), que segue os padrões estabelecidos nas Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Previdência, com elementos baseados na Norma ISO 45001 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Entre os instrumentos que contribuem para a garantia da vida e da saúde dos colaboradores estão a identificação e análise de riscos, participação e consulta aos respectivos profissionais, sua capacitação e sensibilização, controles operacionais, avaliações e preparação, resposta a emergências e Diagnóstico em SST (Auditoria Documental). O sistema abrange todos os trabalhadores (próprios e terceirizados) e atividades desenvolvidas na Companhia. As empresas contratadas também devem seguir nossas diretrizes e requisitos por meio de cláusulas contratuais. Para tal, fiscalizamos seus serviços e obras.

Garantimos a qualidade dos processos de SST utilizando a metodologia da Análise Preliminar de Riscos para a detectar os perigos, avaliar os riscos e adotar medidas de controle em todas as nossas atividades. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) identifica os riscos de acordo com os Grupos Homogêneos de Exposição, por meio do Inventário de Riscos, definindo quais medidas de controle e ações corretivas serão estabelecidas em um Plano de Ação. Alinhado ao PGR, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, proporciona a gestão dos riscos ocupacionais identificados.

Apesar dos esforços contínuos, ocorreram 117 acidentes do trabalho em 2023, com uma taxa de frequência de 5,46 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas e a taxa de gravidade, de 49 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas. Não registramos nenhum óbito em 2023 e tivemos 11 casos de colaboradores afastados por doenças ocupacionais. Já o índice de absenteísmo fechou o ano de 2023 em 2,4%.

A gestão do clima organizacional é constante e buscamos manter um excelente clima e um ótimo local de trabalho para todos os colaboradores, por meio de planos de melhoria em todos os níveis e áreas. Em 2023, reaplicamos a pesquisa de clima, que foi realizada em momento de reestruturação e mudanças na organização. Utilizando a metodologia da consultoria global GPTW - *Great Place to Work*®, a pesquisa apresentou um índice de favorabilidade de 64% em seu resultado global.

Para mais informações sobre a gestão de pessoas na Sabesp, acesse o Relatório de Sustentabilidade, disponível em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

AGENDA ESG NO CENTRO DO NEGÓCIO

Criamos em 2023 uma Superintendência de Sustentabilidade e Governança Corporativa, diretamente vinculada à presidência. A nova área tem a missão de centralizar a agenda ESG, promovendo maior integração à estratégia do negócio e ampliando o escopo das ações ESG da Companhia. A Superintendência responde por alinhar todos os projetos, práticas e iniciativas que realizamos e elaborar as diretrizes do que deverá ser feito na jornada ESG. Com esse mapeamento, é possível analisar e escolher as práticas mais efetivas e que entregam maior valor para a sociedade. Na sequência, essas melhores práticas podem ser replicadas para toda a Sabesp, garantindo a constante evolução.

Esses são temas urgentes e importantes que já vêm sendo trabalhados pela Sabesp nos últimos anos, mas passam a ser executados de forma mais integrada, progredindo cada vez mais nas práticas sustentáveis e nas novas oportunidades de mercado. A boa gestão dos princípios ESG possibilita a redução de riscos, a discussão de diretrizes e métricas sustentáveis e fortalece a imagem da marca junto a sociedade, resultando em responsabilidade socioambiental, reputação e mais credibilidade.

Em 2023, elaboramos o 1º *Framework* para Finanças Sustentáveis, documento com a descrição das principais informações sobre operações e estratégias relacionadas às questões ESG, que permite à Companhia, a partir de sua publicação, viabilizar captações verdes, azuis, sociais ou sustentáveis por meio da emissão de instrumentos financeiros e/ou valores mobiliários no mercado de capitais, mercado bancário e/ou junto a agências de fomento e multilaterais. O *Framework* é do tipo "Uso de Recursos", que se caracteriza pela destinação dos recursos captados, ou montante equivalente, para projetos que gerem impactos positivos do ponto de vista ambiental, social ou ambos. Além dessas ações, é importante ressaltar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), determinados na Agenda 2030 da ONU, já são tratados internamente e alinham a Companhia às demandas urgentes do mundo todo. Renovamos, em 2023, a parceria com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), pelo prazo de três anos. O objetivo é desenvolver projetos e trocar conhecimentos com as entidades vinculadas às Nações Unidas e nos colocar na posição de empresa-modelo em termos de cumprimento dos ODS,

continua...



continuação...



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

como única companhia brasileira a possuir tal acordo. Em 2023, participamos de uma comitiva especial na 28ª Conferência das Partes (COP28), fórum ligado à 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ocorrida em Dubai (Emirados Árabes) e do encontro inicial para o 10º Fórum Mundial da Água, na qualidade de membro do Conselho Mundial da Água.

A seguir, são apresentadas as principais práticas e projetos ESG da Companhia. Estas e outras iniciativas podem ser conferidas em mais detalhes no Relatório de Sustentabilidade, disponível no site da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

Meio Ambiente

As questões relacionadas ao meio ambiente são tratadas de modo transversal, possibilitando que a agenda ESG permeie todos os níveis, do estratégico ao operacional. O elevado grau de envolvimento dos colaboradores resulta em maior agilidade na implementação de ações, programas e projetos que conduzirão o nome da Companhia em direção a seu propósito de contribuir para a construção de um mundo mais inclusivo e sustentável.

Temos o compromisso de melhorar o meio ambiente, a vida das pessoas e o planeta. Observado o disposto em nossa **Política Institucional de Meio Ambiente** e considerando a atual estratégia corporativa que coloca a sustentabilidade no centro dos negócios, os programas ambientais corporativos ganharam novo impulso, refletindo nosso compromisso de atuar de maneira proativa com os desafios ambientais e promover práticas sustentáveis.

A partir das diretrizes para a sustentabilidade definidas no nível estratégico da Companhia, programas ambientais são desenvolvidos e executados de forma integrada, consolidando a cultura de proteção do meio ambiente e fortalecendo nosso compromisso com a conformidade ambiental e a sustentabilidade na prestação dos serviços de saneamento.

Com a recente reorganização de nossa estrutura organizacional, o processo de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos foi centralizado. Essa mudança permite uma visão abrangente de todas as etapas do processo, desde a concepção até o descomissionamento das instalações, e proporciona mais eficiência e agilidade nas atividades necessárias para o licenciamento.

Para o equacionamento de ações civis públicas e inquéritos ambientais que envolvam o Ministério Público, a Sabesp tem buscado a formalização de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos Judiciais (AJs), favorecendo assim o planejamento e execução das obras em prazos factíveis e integrando essas obrigações às prioridades orçamentárias da Companhia.

Com o objetivo de compensar o impacto ambiental causado pela expansão dos sistemas de saneamento, a Companhia formaliza junto ao órgão ambiental obrigações por meio de **Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental** (TCRAs). Através da metodologia que adotamos, é feito o plantio de espécies nativas regionais, seguido por atividades de manutenção, com o objetivo de acelerar o processo de regeneração natural dos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

Para a efetivação dos plantios, estabelecemos um Programa Corporativo de TCRAs junto à Cetesp - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, para dar agilidade a esses processos. O Programa possibilitou dar solução aos TCRAs existentes, bem como a formação de um banco de áreas para atender futuras obrigações de licenciamento (o montante total das áreas em restauração é superior ao da área total das obrigações compromissadas), o que resultou em um excedente que pode ser utilizado para atender futuras obrigações de licenciamento.

Até 2023, foram contratadas cerca de 840 mil mudas, das quais aproximadamente 632 mil (75,2%) já foram plantadas em consonância com o Programa Nascentes do Governo do Estado e se encontram em fase de manutenção.

Adicionalmente, com vista ao monitoramento e controle de impactos na biodiversidade, a Companhia realiza a gestão dos eventuais impactos decorrentes da implantação das infraestruturas necessárias à prestação dos serviços ainda durante o licenciamento ambiental dos empreendimentos e está alinhada às exigências da legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Dessa forma, é possível definir, quando aplicável, planos e/ou programas que contenham medidas para prevenir ou mitigar os impactos.

Em 2009, iniciamos a implantação voluntária do **Sistema de Gestão Ambiental** (SGA) nas ETAs e ETEs visando identificar as demandas das estações e implementar as soluções necessárias para a manutenção da conformidade ambiental e legal. Adotamos dois modelos de gestão ambiental: o primeiro é o modelo da norma ISO 14001, adotado pelas 36 estações que possuem essa certificação, sendo também adotado pelas estações que estão buscando essa certificação e o segundo é um modelo próprio, o SGA-Sabesp, que utiliza os princípios da norma como referencial, embora não exija a certificação da unidade. Em 2023, o SGA-Sabesp alcançou 678 estações, o que representa 80% das nossas unidades em operação.

Um dos objetivos do SGA-Sabesp na Companhia é a adoção de boas práticas ambientais na operação. Sempre que necessário, são destinados recursos para intervenções físicas, visando a adequação e melhoria da infraestrutura das instalações e sua manutenção. O Sistema facilita a gestão dos prazos de renovação e atendimento às condicionantes de licenças ambientais, outorgas, entre outras obrigações.

Os diagnósticos e estudos ambientais que realizamos durante os processos de licenciamento ambiental contribuem para o dimensionamento do impacto das intervenções à biodiversidade e direcionam nossas escolhas a alternativas mais benéficas ao meio ambiente. Se for necessário, definimos planos e/ou programas que contenham medidas para prevenir ou mitigar tais impactos. Dentre eles, podemos citar Programas de Monitoramento da Fauna, de Conservação da Fauna Silvestre, de Resgate e Salvamento da Fauna Silvestre, de Manejo e Reposição Florestal e de Monitoramento de Qualidade da Água e Biota Aquática.

Para proteger as bordas dos mananciais, imprescindível para a proteção da qualidade da água e a perenidade do sistema, a Companhia preserva e monitora cerca de 49 mil hectares de áreas na Mata Atlântica, distribuídas dentro e no entorno da RMS, onde estão inseridos os principais mananciais utilizados para abastecimento público da região. Nesse contexto, foi instituído o **Programa Cinturão Verde dos Mananciais Metropolitanos**, que integra o Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo, cujo principal resultado foi a ampliação da cobertura vegetal ao redor das represas do Sistema Cantareira, alcançando em 2023 cerca de 80%.

O **Programa Corporativo ETes Sustentáveis**, implantado em 2019, visa desenvolver e disseminar a cultura da sustentabilidade, com a implementação de ações que possibilitem a transformação dos subprodutos gerados nas ETes, como o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis, considerando seu aproveitamento energético, assim como dar mais ênfase às iniciativas que busquem contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

O programa apresenta um sistema próprio de certificação e estabelece níveis de sustentabilidade em função da adoção de boas práticas e intervenções para a sustentabilidade realizadas em cada estação. Das 44 unidades que integram o Programa atualmente, 11 foram reconhecidas como sustentáveis. As demais estações estão em fase de estudos e de implementação de melhorias na infraestrutura, para obter seu reconhecimento.

Para acompanhar o processo de cobrança pelo uso da água, leis específicas e planos de Bacias Hidrográficas, temos o **Programa de Gestão da Representação Institucional nos Sistemas de Recursos Hídricos**. Estamos representados nas plenárias e em câmaras técnicas nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos 4 Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo, além do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Além das campanhas publicitárias para o uso consciente da água, a Companhia mantém o **Programa de Uso Racional da Água** (PURA), que adota política de incentivo com ações tecnológicas e mudanças culturais, trazendo soluções de detecção e reparo de vazamentos e troca de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores de água, em parceria com instituições públicas. Além disso, o PURA promove estudos para reaproveitamento da água e a conscientização por meio de palestras educativas e treinamentos.

Junto à expansão de infraestrutura sanitária, mantemos o Programa Corporativo de Educação Ambiental (PEA Sabesp), o Programa Sabesp 3Rs voltado para boas práticas na gestão de resíduos gerados em áreas administrativas, os Programas de Reciclagem de Óleo de Fritura, que incentivam o descarte adequado do produto e o SabespFertil, fertilizante orgânico produzido através do lodo tratado de esgoto, além de outras iniciativas de beneficiamento do lodo. Também possuímos programa de participação comunitária, por meio dos quais nossos agentes promovem oficinas, cursos, visitas e eventos que buscam incentivar a participação coletiva em benefício de um ambiente urbano mais saudável.

Possuímos uma matriz de riscos que considera, dentre os riscos e impactos na prestação de seus serviços, aqueles decorrentes das mudanças climáticas e eventos extremos, tais como chuvas torrenciais e secas prolongadas. Tais eventos podem reduzir a disponibilidade hídrica, comprometer as condições de operação das instalações, levar a restrições no fornecimento de insumos, alterar padrões de consumo, dentre outros. Nesse sentido, realizamos investimentos em infraestrutura para incrementar a disponibilidade hídrica, bem como para aumentar a resiliência e a adaptação e flexibilidade de nossos sistemas.

Em 2023, comemoramos a conquista, pelo primeiro ano, do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, entregue a empresas que apresentem inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) completos e verificados por organismo independente, acreditado pelo Inmetro. É o mais elevado nível de qualificação e contribuição para mitigar as emissões de GEE, que reflete o compromisso da Sabesp com o aperfeiçoamento técnico dos nossos inventários e a entrega de resultados consistentes.

Em relação aos inventários de emissões de GEE, os mesmos contemplam os escopos 1, 2 e 3, seguem a metodologia do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e são elaborados desde 2007. Dados do último inventário geral de emissões de GEE da Sabesp disponível, referente a 2022, que contabiliza as emissões provenientes dos nossos processos, confirma que as atividades de coleta e tratamento de esgoto (inseridas no Escopo 1) continuam sendo as maiores fontes de emissões, com 91,8% do total. O consumo de energia elétrica contribuiu com 5,7% e as demais atividades representaram aproximadamente 2,5%.

Vale destacar que a expansão dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos traz consigo progressivos aumentos de emissões de GEE, portanto, na maior geração de biogás e resíduos nas ETes. Em contrapartida, a expansão do saneamento básico contribui diretamente para a redução das emissões de GEE a partir dos corpos d'água.

Quanto à redução de emissões, observa-se a necessidade de esforços adicionais à universalização do tratamento de esgoto, com adequações e melhorias operacionais voltadas à sustentabilidade dos processos, envolvendo a otimização das operações e a implantação de alternativas menos intensivas em carbono.

Entre as ações de mitigação das emissões de GEE, destacamos projetos com impactos positivos na redução de emissões de GEE, implantados e em desenvolvimento, visando o aproveitamento energético do biogás, de potenciais hidrelétricos, além da geração de insumos para atividades agrícolas, de sustentabilidade da frota veicular e de restauração e manutenção florestais.

Com relação ao consumo de energia elétrica, insumo de fundamental relevância na prestação dos serviços de saneamento básico, em 2023, consumimos 2.657 GWh, uma redução de 3,4% em relação aos 2.752 GWh consumidos em 2022. Em 2023, adquirimos aproximadamente 64,7% do nosso consumo total de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 35,3% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Através da SPE Paulista Geradora de Energia estamos acoplando ao Sistema Cantareira pequenas centrais hidrelétricas instaladas na chegada de água bruta e instalando usinas flutuantes de painéis fotovoltaicos para o aproveitamento de potenciais de geração de energia nas áreas de mananciais, sobre a lâmina de água de barragens e represas.

Em 2023, a Energia de Fonte Incentivada no ACL representou 14% de todo o consumo de nossas atividades. O **Programa de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica** iniciou a operação de mais 11 usinas, totalizando 16 usinas em operação e 19,5 MW de geração (34% do total), com a previsão de conclusão da implementação do programa em 2025.

Social

Na busca por contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores, a Companhia trabalha na capacitação e engajamento de sua força de trabalho, identificando talentos, proporcionando acesso contínuo a conhecimentos operacionais, tecnológicos e gerenciais e criando ambientes seguros, saudáveis e favoráveis à inovação a fim de potencializar valores, em especial, com a nova realidade imposta pelo Novo Marco Legal do Saneamento, com maior competitividade no mercado do saneamento. Para mais informações sobre a gestão de pessoas na Sabesp, veja o item "Gestão de Pessoas" deste Relatório.

Além de cuidar das pessoas que compõem os colaboradores da Companhia, a Sabesp foca seus esforços em atender a população em geral com excelência na prestação dos serviços, com impactos positivos significativos na sociedade, colaborando para entregar mais qualidade de vida e dignidade a toda a população. Em comunidades carentes, atuamos com tarifas mais baixas e programas que propiciam o aumento de renda, educação e cuidados com a saúde.

Em 2023, a Companhia continuou avançando no propósito de levar mais saneamento básico para grupos sociais e comunidades atendidas, principalmente as de maior vulnerabilidade. Mantivemos programas, ações e projetos criados para fortalecer o diálogo e o relacionamento com esse público, com iniciativas alinhadas com as características regionais e socioeconômicas das áreas e comunidades a serem beneficiadas.

Por meio do **Programa Água Legal**, a Companhia busca enfrentar o problema de acesso à água em comunidades assentadas irregularmente, com abastecimento feito de modo precário por tubulações improvisadas e sujeitas a contaminação. A residência atendida é automaticamente inserida na tarifa social de água por um período de dois anos, renováveis. Até 2023, o programa já contemplou a regularização de 142.942 ligações e água e 13.809 ligações de esgoto somente na RMS, beneficiando mais de meio milhão de pessoas.

A **tarifa social e vulnerável** é um benefício concedido a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade,

abrangendo todo os municípios operados pela Sabesp. No encerramento de 2023, o benefício era concedido a um total de 964.720 famílias de baixa renda, sendo 560.379 da categoria Social (R\$ 11,19 para o consumo de até dez mil litros de água por mês) e 403.981 da categoria Vulnerável (R\$ 8,53 para consumo de até dez mil litros de água por mês). No ano de 2023, 119.884 famílias passaram a integrar a lista de beneficiários nas duas categorias.

Com o **Programa Córrego Limpo**, iniciativa em parceria com a Prefeitura de São Paulo, a Sabesp já atuou na despoluição e monitoramento de 161 córregos na capital paulista, beneficiando mais de 3 milhões de pessoas. Atualmente, nossa tarefa é mapear, inspecionar e realizar a manutenção de redes coletoras, a execução de obras de remanejamento, ligações, interligações e prolongamento de redes coletoras, e o monitoramento da qualidade das águas dos córregos. Também realizamos a sensibilização e educação ambiental da população local sobre o lançamento indiscriminado de lixo em cursos d'água, ou mesmo nas ruas.

Adicionalmente, buscando gerar valor social positivo ao promover a solidariedade junto a grupos ou comunidades vulneráveis com ações próprias ou em parceria com organizações da sociedade civil, a Sabesp desenvolve o **Programa Voluntariado Empresarial**. Dentre as ações desenvolvidas em 2023, o destaque foi o SOS Litoral Norte onde atuamos no atendimento às famílias vítimas das chuvas, contribuindo com doação de alimentos, roupas, produtos de higiene e limpeza. Foram arrecadadas mais de 105 toneladas de alimentos, mais de 123 mil peças de roupas e mais de 75 mil itens de higiene e limpeza.

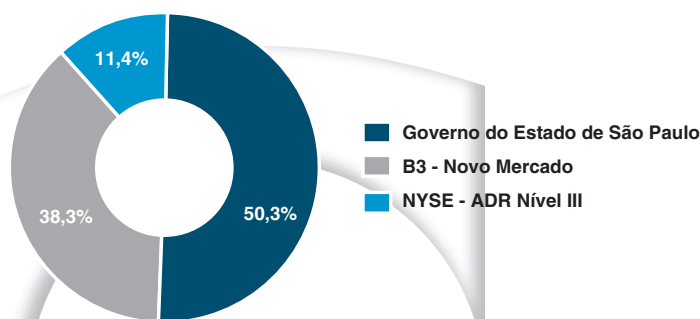
A fim de auxiliar comunidades mais vulneráveis na geração de novas fontes de renda, a Companhia possui o **Programa Ensinando a Pescar**, através do qual é disponibilizado um curso gratuito de instalações hidráulicas residenciais para pessoas de baixa renda e/ou desempregadas. As aulas abordam temas como meio ambiente, cálculo de tarifa (conta de água), sistema de esgotamento familiar, instalação de água fria, pesquisa de vazamento, instalações de metais e louças sanitárias, empreendedorismo e empregabilidade.

A Sabesp também promove ações voltadas ao uso eficiente e responsável da água, difundindo a mensagem de conscientização sobre a finitude dos recursos hídricos. As incertezas climáticas recentes reforçam a importância destas iniciativas, que vêm contribuindo para a redução média per capita do consumo de água nos últimos anos.

Governança

A Sabesp é uma sociedade de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, que detém a maior parte das ações da Companhia. O restante das ações é negociado na bolsa de valores de São Paulo, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial de listagem, o "Novo Mercado", e de Nova York, a NYSE - *New York Stock Exchange*, na forma de *American Depositary Receipts* Nivel III. A Companhia foi a primeira do setor de saneamento brasileiro a integrar ambos os segmentos, em 2002, e a governança corporativa robusta e consolidada é uma das suas forças.

Distribuição do Capital Social (31/12/2023)



Por ser uma empresa de controle estatal e que atua em ambiente regulado, a Companhia está sujeita também aos controles de órgãos reguladores ambientais e setoriais, assim como ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Além disso, participamos do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), sob coordenação da Rede de Controle nos Estados e patrocinado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). As diretrizes estratégicas da Companhia são estabelecidas pelo Conselho de Administração, que atualmente é composto por 10 membros, sendo um deles o Diretor-Presidente e outro o conselheiro representante dos empregados. Quatro dos 10 conselheiros são independentes, sendo que um deles é o representante dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, composto integralmente por conselheiros de administração independentes.

A Diretoria, que foi renovada no início de 2023, é responsável pela gestão executiva da Companhia e é composta atualmente por sete membros, sendo 3 mulheres e 4 homens. Para mais informações sobre o perfil dos membros da Diretoria, acesse <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/conselhos-comites-do-conselho-e-diretoria/>. A Companhia realiza anualmente, por meio de consultoria independente, avaliação do Conselho de Administração, dos comitês estatutários e da Diretoria e seus comitês, de maneira colegiada e individual, explorando questões relacionadas ao desempenho e à conduta. O resultado da avaliação é utilizado para orientar a implementação de melhorias na organização e identificar temas que devem ser desenvolvidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

A Companhia possui ainda um Conselho Fiscal permanente, instalado desde a sua criação, composto atualmente por quatro membros efetivos e quatro suplentes. Os acionistas minoritários possuem direito a indicar representantes (efetivo e suplente), porém no momento não há indicação dos mesmos.

O Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, composto por três membros, todos indicados pelo acionista majoritário, tem a função de supervisionar processos de indicação e de avaliação de administradores e conselheiros fiscais, de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Estatais.

Realizamos todos os anos, por meio de consultoria independente, a avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês estatutários e da Diretoria. A avaliação engloba a adoção de boas práticas de governança corporativa e de princípios de sustentabilidade, a eficácia da atuação dos administradores, a contribuição para o resultado e, entre outros pontos, a execução das metas e diretrizes dos planos estratégicos. O resultado da avaliação segue para o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) e é utilizado para orientar a implementação de melhorias na organização e no funcionamento das suas unidades, bem como para identificar temas que devem ser desenvolvidos e aprofundados.

Todo membro do Conselho de Administração e da Diretoria recém-chegado à Companhia deve participar de um programa de integração. Nele, nossos processos de negócio e os principais documentos institucionais são apresentados. O programa inclui treinamento sobre Código de Conduta e Integridade, leis societária e de mercado de capitais, política de gestão de riscos, divulgação de informações e controles internos. O treinamento é repetido anualmente e oferecido aos membros do Conselho Fiscal.

O valor da remuneração global anual a ser paga aos Administradores e aos membros dos comitês estatutários e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração total paga em 2023, em valores brutos, considerando os benefícios, foi de R\$ 9,5 milhões, incluindo cerca de R\$ 1,9 milhão referente à remuneração variável dos diretores.

Integridade

Trabalhamos para que a Companhia seja uma referência em ética e integridade para a sociedade. É por isso que estruturamos um **Programa de Integridade** efetivo, cuja meta é engajar todos a seguir valores e princípios éticos em todas as tarefas e relações. Nesse sentido, estimulamos uma comunicação transparente e a tomada de decisões que busque continuamente prevenir comportamentos ligados a corrupção, fraude e suborno.

O programa também ensina a melhorar a satisfação e retenção dos nossos colaboradores, proporcionando um clima organizacional favorável, elevar a confiança do público interno, fortalecer a nossa reputação e obter benefícios como a redução de riscos legais e regulatórios, incluindo os atos processuais à administração pública.

O programa está fundamentado em leis nacionais e internacionais, como a Lei 12.846/2013, a Lei 13.303/2016 e a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e engloba mecanismos internos de monitoramento e incentivo a denúncia de irregularidades, estabelecendo diretrizes e princípios que orientam todos os nossos *stakeholders*.

Para disseminar e fomentar a cultura da integridade, realizamos também treinamentos que incluem os membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês Estatutários e levantam a temática ESG, com destaque para a ênfase da governança em estatais, o papel do Conselho na tomada de decisão, ética e integridade e Comitê de Sustentabilidade.

O pilar desse compromisso ético e de integridade é o **Código de Conduta e Integridade**, principal instrumento organizacional para disseminar tanto a conduta ética esperada, como as condutas não toleradas pela Companhia, orientando seus conselheiros, diretores, empregados, aprendizes, estagiários, prestadores de serviços e parceiros, ao se vincularem à Sabesp, a desenvolverem a cultura da integridade.

A **Comissão de Ética**, vinculada ao Conselho de Administração e dotada de independência e autonomia, tem a missão de disseminar, aplicar e atualizar continuamente o Código de Conduta e Integridade, adequando para refletir sempre cenários atuais, e estimular o comprometimento dos administradores e funcionários com os princípios ali estabelecidos.

Para assegurar que o Código de Conduta e Integridade seja observado, a Companhia disponibiliza o Canal de Confiança, destinado à solução de dúvidas e à orientação dos colaboradores, e o Canal de Denúncia, administrado por empresa terceira especializada, com a garantia do sigilo das informações e do anonimato do denunciante, com objetivo de detectar e monitorar desvios de conduta, que são apuradas e estão sujeitas a medidas disciplinares. Cabe à Comissão de Ética avaliar os resultados das apurações recebidas e as consultas realizadas pelos canais, além das recomendações de medidas preventivas e corretivas a serem adotadas.

Em 2023, foram registradas 572 ocorrências no Canal de Denúncias, e aplicadas 80 penalidades, entre empregados próprios e terceirizados: 21 advertências, 11 suspensões e 48 demissões. Destaca-se que, dentre as penalidades aplicadas e os casos averiguados, não há indícios da participação de empregados da Companhia em atos de corrupção.

Em 2023, a Sabesp realizou 840 análises de transações, com foco em conflito de interesse envolvendo partes relacionadas, sendo que a partir de novembro todas as transações devem ser consultadas antes de sua formalização, e 116 análises reputacionais (Background Check de Integridade).

Gestão de Riscos

Para gerenciar seus riscos, a Companhia possui uma área de Conformidade e Riscos, criada para, entre outras funções relacionadas, identificar e gerenciar riscos corporativos e operacionais, visando o aprimoramento da governança corporativa e da execução do planejamento estratégico.

A Companhia conta também com a Comissão de Gestão de Riscos Corporativos, de caráter consultivo e permanente, subordinada à Diretoria Colegiada, que responde pelo acompanhamento do plano anual de trabalho de gestão de riscos corporativo aprovado pela Diretoria de Gente e Gestão Corporativa. A Comissão avalia a Política de Gestão de Riscos Corporativos e dos níveis de alçada para aprovação e tratamento dos riscos; acompanha os trabalhos de identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos; acompanha a evolução de implantação dos planos de ação mitigatórios e dos indicadores de riscos, além de avaliar o mapa de riscos corporativos; e assessora a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à gestão de riscos corporativos.

A **Política de Gestão de Riscos Corporativos** tem por finalidade orientar a empresa para a prática de avaliação de riscos no ambiente corporativo e contribuir com o aprimoramento da governança, do planejamento empresarial e para a preservação e geração de valor. A fim de garantir uma gestão de riscos sistemática e padronizada, a Política estabelece diretrizes, conceitos e competências para a condução do processo de gestão de riscos, conforme metodologia definida internamente, com base nas normas ISO 31000 e, sobretudo, no modelo internacional *COSO ERM: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management* 2017 (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - Gestão de Riscos Empresariais).

Controles Internos

A avaliação dos controles internos é efetuada pela auditoria interna, subordinada funcionalmente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e, administrativamente, à Presidência da Companhia. A área é responsável pela avaliação da adequação dos controles internos, da eficácia da gestão de riscos e dos processos de governança, a realização de projetos de auditoria com base no Plano Anual aprovado pelas autoridades competentes e a averiguação de ocorrências e coordenação de sindicâncias investigatórias.

Em 2022, a avaliação sobre a eficácia, que abrangeu 225 controles internos, não identificou qualquer deficiência considerada material. Os testes relativos ao exercício 2023, em linha com o cronograma da auditoria independente, serão divulgados no 2º trimestre de 2024.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais e de projetos de financiamento são realizadas por auditores externos, garantindo a confiabilidade dos dados apresentados, esforço que foi mais uma vez reconhecido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), que premiou a Sabesp com o **Troféu Transparência 2023**, na categoria Empresas de Capital Aberto com receita líquida acima de R\$ 20 bilhões.

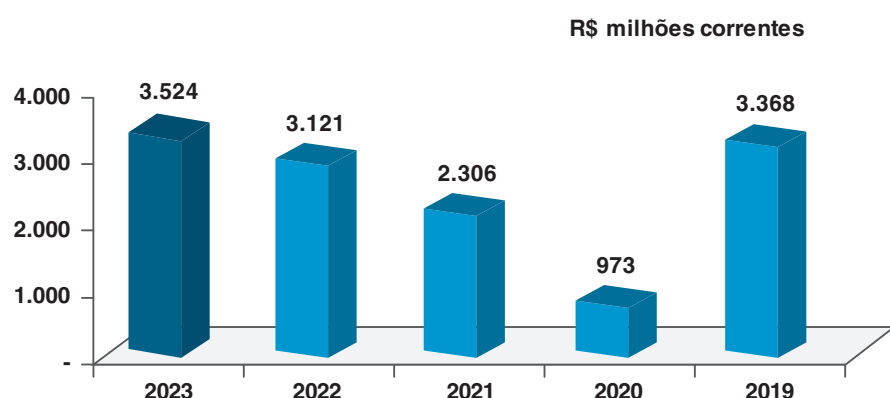
Atualmente, contamos com a auditoria externa da BDO RCS Auditores Independentes, que teve o início das atividades na revisão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2023.

Para mais informações sobre a estrutura e funcionamento da Governança Corporativa da Sabesp, acesse as seções do item "Governança Corporativa" no website da Companhia (<https://ri.sabesp.com.br>).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

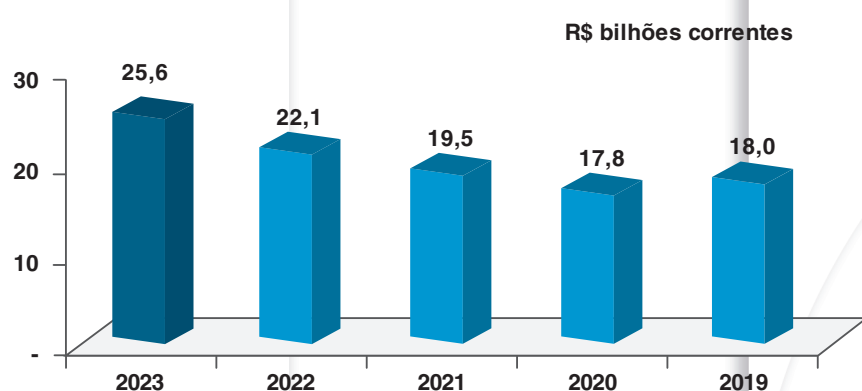
Em 2023, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 3,5 bilhões, ante os R\$ 3,1 bilhões registrados em 2022, um acréscimo de R\$ 402,2 milhões ou 12,9%. Os dados contábeis apresentados nesse relatório não incluem as operações no município de Olímpia.

Histórico de lucro



A receita operacional líquida (que inclui a receita de construção) totalizou R\$ 25,6 bilhões, um acréscimo de 15,9% em relação ao ano anterior.

Histórico de receita operacional líquida

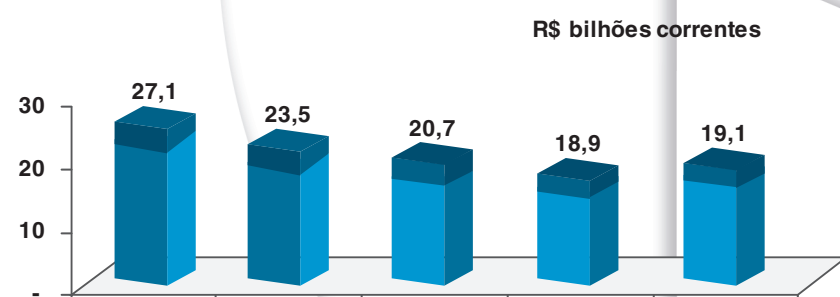


A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de saneamento a qual não considera a receita de construção, totalizou R\$ 21,5 bilhões, um acréscimo de R\$ 2,9 bilhões, ou 15,5% quando comparada aos R\$ 18,6 bilhões registrados em 2022.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo apresentado na receita operacional bruta foram: reajuste tarifário de 12,8% desde maio de 2022, reajuste tarifário de 9,6% desde maio de 2023, aumento de 3,0% no volume faturado total e aumento na tarifa média por conta do maior aumento do volume faturado na categoria não residencial.

A receita de construção aumentou R\$ 736 milhões, ou 15,1% quando comparada a 2022, como reflexo do aumento no investimento.

Histórico de receita operacional bruta



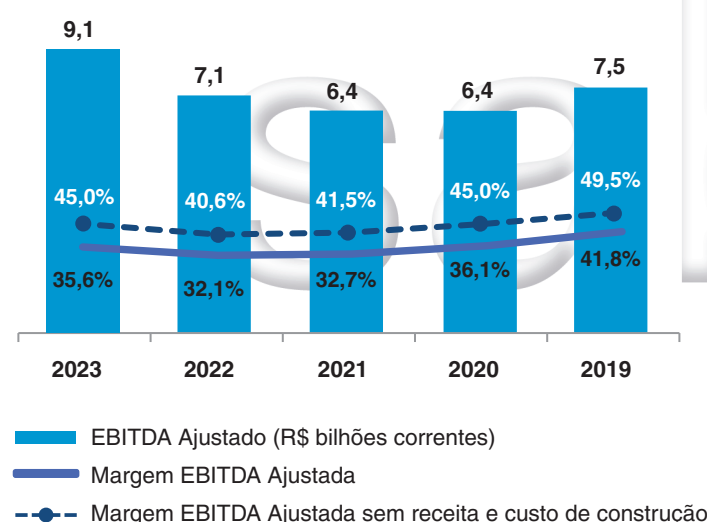
	2023	2022	2021	2020	2019
Total	27,1	23,5	20,7	18,9	19,1
■ Construção	5,6	4,9	4,4	3,8	3,0
■ Saneamento	21,5	18,6	16,3	15,1	16,1

Custos, despesas administrativas e comerciais apresentaram um acréscimo de R\$ 1.118,9 milhões em 2023 (8,8%). A representatividade dos custos, despesas administrativas e comerciais sobre a receita líquida (desconsiderando receita de construção) foi de 69,1% em 2023 ante 73,8% em 2022.

Desconsiderando a provisão para o PDI, o acréscimo foi de R\$ 589,3 milhões (4,6%) e a representatividade sobre a receita líquida foi de 66,5%. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no website da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

O EBITDA ajustado foi de R\$ 9.104,7 milhões, um acréscimo de 28,5% em relação aos R\$ 7.087,7 milhões de 2022. A margem EBITDA ajustada foi de 35,6% em 2023 ante 32,1% em 2022. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção, a margem EBITDA ajustada resultou em 45,0% em 2023 ante 40,6% em 2022.

Histórico de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada



Excluindo o efeito do PDI, o EBITDA ajustado registrou acréscimo de 35,9%, passando de R\$ 7.087,7 milhões em 2022 para R\$ 9.634,3 milhões em 2023, e a margem EBITDA ajustada atingiu 37,7%, enquanto no exercício anterior foi de 32,1%. Desconsiderando também a receita de construção, a margem EBITDA ajustada atingiu 48,2% em 2023, ante 41,2% em 2022.

Reconciliação do EBITDA Ajustado ¹ (Medições não contábeis) (R\$ milhões)					
	2023	2022	2021	2020	2019
Lucro líquido	3.523,5	3.121,3	2.305,9	973,3	3.367,5
PDI	529,6	-	-	-	-
Resultado financeiro	1.588,8	372,4	927,4	3.166,4	1.033,7
Depreciação e amortização	2.790,2	2.450,8	2.253,3	2.037,1	1.780,2
Imposto de renda e contribuição social	1.230,1	1.151,5	864,3	352,7	1.310,4
Outras receitas/despesas operacionais líquidas ²	(27,9)	(8,3)	21,8	(107,7)	18,7
EBITDA Ajustado (sem PDI)	9.634,3	7.087,7	6.372,7	6.421,8	7.510,5
Margem EBITDA Ajustada (sem PDI)	37,7	32,1	32,7	36,1	41,8
Receita de construção	(5.600,3)	(4.863,8)	(4.376,7)	(3.716,6)	(2.946,6)
Custo de Construção	5.474,7	4.754,4	4.278,3	3.630,1	2.881,4
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção e sem PDI	9.508,7	6.978,3	6.274,3	6.335,3	7.445,3
(%) Margem EBITDA ajustada (sem PDI) sobre a Receita Líquida, sem Construção	48,2	41,2	42,1	45,6	49,9

1 O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado

financeiro e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social (tributos federais sobre a renda), da depreciação e amortização, e das outras despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pelo Método da Legislação Societária e não deve ser considerado individualmente ou como uma alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional, como alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

2 Outras receitas/despesas operacionais líquidas, referem-se principalmente as baixas de ativo imobilizado, provisão para perda com ativos intangíveis, perda com projetos economicamente inviáveis, deduzidos das receitas com venda de ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

Captação de Recursos e Endividamento

A Sabesp tem reputação consolidada no mercado de capitais e um sólido relacionamento com bancos públicos e agências multilaterais, nacionais e internacionais. Este mix e diversidade de fontes resultam em um perfil de amortização de dívida bastante alongado, a custos compatíveis com seu ciclo de investimentos, particularmente aqueles concedidos por bancos oficiais domésticos e organismos multilaterais de crédito e, crescentemente, no mercado de capitais com a emissão de debêntures incentivadas.

Em 2023, a Companhia privilegiou a contratação de dívida em moeda local, que totalizou R\$ 1,47 bilhão. Adicionalmente, houve a entrada de R\$ 926,0 milhões referentes a reembolsos de financiamento de investimentos já contratados em anos anteriores.

Em 19 de maio de 2023, a Companhia captou o montante de R\$ 470,0 milhões junto a *Inter-American Investment Corporation* (BID INVEST). Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados para financiar parcialmente os investimentos da Companhia relacionados à 4ª Etapa do Projeto de Despoluição do Rio Tietê. A amortização do valor do principal será semestral, em dezembro e junho, tendo início em dezembro de 2023 e a final em dezembro de 2036. O vencimento dos juros será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e final em dezembro de 2036, e a remuneração será CDI + 0,5% a.a. O empréstimo é garantido pela Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (PROPARCO). O vencimento será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e final em dezembro de 2036, e a remuneração será 2,0% a.a.

Em 14 de junho de 2023, a Sabesp contratou financiamento no montante de R\$ 1,0 bilhão junto a *International Finance Corporation* (IFC). A entrada dos recursos ocorreu em setembro e novembro de 2023. Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados exclusivamente ao custeio de despesas do Programa Novo Rio Pinheiros. A amortização do valor do principal será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2025 e a final em abril de 2033. O vencimento dos juros será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2023 e final em abril de 2033, e a remuneração será CDI + 1,7% a.a.

Em 5 de março de 2024, realizamos a 31ª Emissão de Debêntures, dividida em três séries, no valor total de R\$ 2,94 bilhões. A primeira, a segunda e a terceira séries vencerão em fevereiro de 2029, 2031 e 2034, respectivamente. A primeira, no montante de R\$ 507,0 milhões, tem remuneração de CDI + 0,49% a.a., com pagamento de juros semestrais. A segunda, no montante de R\$ 1,73 bilhão, tem remuneração de CDI + 1,10% a.a., com pagamento de juros semestrais. A terceira, no montante de R\$ 699,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,31% a.a., com pagamento de juros semestrais. Os recursos da emissão serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vencidos em 2024 e à reposição e reforço de caixa. As Debêntures são caracterizadas como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis e azuis", com base no compromisso da Companhia em destinar o equivalente em projetos descritos no Framework para Finanças Sustentáveis, o qual foi devidamente verificado e validado por meio de parecer de segunda opinião emitido pela Attest ESG da Exame Ltda.

Em 2023, as agências de classificação de risco mantiveram inalterados os ratings em escala nacional da Companhia, que permaneceram com a classificação "AAA". Em julho, a Fitch elevou o rating em escala global em moeda estrangeira da Companhia de BB para BB+. Em dezembro, a S&P elevou o rating em escala global da Companhia de BB- para BB.

	Fitch	Moody's	S&P
Escala Nacional	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Escala Global	BB+ (moeda estrangeira) BB+ (moeda local)	-	BB

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todos os requisitos (covenants) vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 2023:

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

A dívida total em 2023 aumentou 3,0%, de R\$ 19,0 bilhões em 2022 para R\$ 19,5 bilhões em 2023. O endividamento total denominado em moeda estrangeira diminuiu 1,1%, de R\$ 2,8 bilhões em 2022 para R\$ 2,7 bilhões em 2023, correspondendo a 14,1% da dívida total da Companhia no final do período (14,6% em 2022).

As amortizações em moeda nacional e em moeda estrangeira realizadas em 2023 totalizaram R\$ 1,8 bilhão. Ao final de 2023, tínhamos R\$ 16,9 bilhões em dívidas de longo prazo, dos quais R\$ 2,5 bilhões consistiam em dívidas em moeda estrangeira. O endividamento de curto-prazo totalizava R\$ 2,6 bilhões, dos quais R\$ 250,0 milhões, em moeda estrangeira.

Mercado de Ações

O mercado brasileiro fechou o ano de 2023 em alta, com perspectiva de queda de juros, o índice Ibovespa atingiu seu máximo patamar histórico de 134 mil pontos. Comparativamente ao ano anterior, a bolsa apresentou valorização de 22,3%, portanto em direção contrária à inflação que esteve em queda no período, com o índice IPCA acumulado fechando o ano em 4,6%.

Além do Ibovespa, a Companhia compõe os principais índices amplos nacionais, como o IBRA (Índice Brasil Amplo), IBRX 100 (Índice Brasil 100) e índices de empresas com alto grau de governança corporativa como IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), o IGX (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e o ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado). Em 2023, as ações da Sabesp acompanharam o movimento de mercado, mantendo a curva de ascendente do ano anterior e finalizaram o período com variação acumulada de 32%, cotadas a R\$ 75,34 e capitalização de mercado de R\$ 51,5 bilhões.

Em meio a um contexto mais favorável no mercado de capitais brasileiro, com a queda de inflação atrelada a redução de juros nacionais e juros altos no mercado norte-americano, as ações da Sabesp foram impulsionadas pelas medidas implementadas ao longo de 2023 como a reorganização corporativa, redução de custos, elevação da eficiência e mitigação dos riscos regulatórios. A geração de valor de mercado no período foi de R\$ 12,4 bilhões dada pela percepção positiva de acionistas e investidores em geral, refletido nos fundamentos e na valuation dos principais analistas de mercado.

O giro financeiro anual das ações na B3 se contraiu, de R\$ 46 bilhões no ano anterior para R\$ 41 bilhões em 2023 o que pode indicar uma tendência de estratégias de mais longo prazo na Companhia. Os 10 maiores acionistas institucionais da Companhia aumentaram posições e representam 15% do total da base acionária da Companhia, desconsiderando as ações em poder do acionista controlador e as ADRs que representam 61,7%, mantendo estável o perfil da estrutura acionária.

Os *American Depositary Receipts* (ADRs) apresentaram valorização de 47% sob os mesmos fundamentos do mercado local e pela depreciação do dólar de 8%, o que pode estar relacionado à redução na participação do número de ações negociadas na NYSE no capital social da Companhia diminuindo de 12,1% em 2022 para 11,4% em 2023. Os índices de referência de mercado S&P 500 tiveram desvalorização de 20% em 2023.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

A política de distribuição de dividendos prevê que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será mantido até que seja atingida a universalização dos serviços de saneamento básico na área operada e que, quando pagos na forma de juros sobre o capital próprio, o imposto de renda incidente sobre o valor a ser pago ao acionista será considerado dividendo mínimo complementar.

Em 2023, a Sabesp disponibilizou o pagamento dos dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de aproximadamente R\$ 872,2 milhões, relativos ao ano de 2022, correspondentes a cerca de R\$ 1,2760 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 2,2%.

Referente ao ano de 2023, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 984,5 milhões, correspondendo a R\$ 1,4404 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 1,9%, com início do pagamento previsto para 24 de junho de 2024.

continua...



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora	Consolidado
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	838.338	1.867.485	Empreiteiros e fornecedores		456.064	430.946
Aplicações financeiras	8	2.425.921	1.677.873	Empréstimos e financiamentos	17	2.616.406	2.245.960
Contas a receber de clientes	10 (a)	3.580.962	3.062.574	Obrigações sociais e trabalhistas	21	807.440	498.504
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	261.273	205.793	Impostos e contribuições a recolher	18 (b)	511.468	293.461
Estoques		85.953	124.247	Juros sobre o capital próprio a pagar	24 (b)	837.391	741.725
Caixa restrito	9	54.944	37.474	Provisões	20 (a)	1.064.367	924.038
Impostos a recuperar	18 (a)	494.645	242.906	Serviços a pagar	23	749.226	723.242
Outros ativos		37.296	66.312	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	487.926	222.413
Total do ativo circulante		7.779.332	7.284.664	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	21.969	100.188
Não circulante				Outras obrigações		779.424	476.865
Contas a receber de clientes	10 (a)	272.436	215.234	Total do passivo circulante		8.331.681	6.657.342
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	935.272	950.950	Não circulante			
Depósitos judiciais		130.979	170.093	Empréstimos e financiamentos	17	16.919.944	16.712.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	98.076	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	-	189.278
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA		2.673	9.193	Cofins/Pasep diferidos		164.097	159.723
Outros ativos		237.628	146.362	Provisões	20 (a)	762.065	686.746
Investimentos	12	161.863	110.765	Obrigações previdenciárias	22	2.142.871	2.150.191
Propriedades para investimento	13	46.678	46.726	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	2.798.688	2.736.768
Ativo de contrato	14	7.393.096	8.613.968	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	12.047	12.047
Intangível	15	43.865.269	39.320.871	Outras obrigações		409.092	569.276
Imobilizado	16	474.559	338.939	Total do passivo não circulante		23.208.804	23.216.890
Total do ativo não circulante		53.618.529	49.923.101	Total do passivo		31.540.485	29.874.232
				Patrimônio líquido			
				Capital social		15.000.000	15.000.000
				Reservas de lucros		14.711.014	12.155.890
				Ajuste de avaliação patrimonial		146.362	177.643
				Total do patrimônio líquido	24	29.857.376	27.333.533
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		61.397.861	57.207.765
Total do Ativo		61.397.861	57.207.765			61.397.861	57.207.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora	Consolidado
		2023	2022
Receita operacional líquida	28	25.568.712	22.055.720
Custo operacional	29	(16.049.824)	(14.350.903)
Lucro bruto		9.518.888	7.704.817
Despesas de vendas	29	(984.037)	(911.967)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(652.920)	(782.057)
Despesas administrativas	29	(1.595.943)	(1.398.507)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	27.925	8.327
Equivalência patrimonial	12	28.517	24.551
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.342.430	4.645.164
Despesas financeiras	30	(2.708.617)	(1.956.266)
Receitas financeiras	30	809.074	1.091.531
Variações cambiais, líquidas	30	310.716	492.321
Resultado financeiro, líquido		(1.588.827)	(372.414)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.753.603	4.272.750
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19 (d)	(1.545.290)	(1.230.234)
Diferido	19 (d)	315.218	78.751
		(1.230.072)	(1.151.483)
Lucro líquido do exercício		3.523.531	3.121.267
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	25	5,16	4,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota	Controladora	Consolidado
		2023	2022
Lucro líquido do exercício		3.523.531	3.121.267
Outros resultados abrangentes		(31.281)	131.269
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos, líquidos de impostos	22	(31.281)	131.269
Resultado abrangente total do exercício		3.492.250	3.252.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota	Controladora	Consolidado
		2023	2022
Receitas			
Serviços de saneamento	28	21.509.965	18.629.959
Construção	28	5.600.332	4.863.752
Outras receitas		110.898	71.258
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(652.920)	(782.057)
Insumos adquiridos de terceiros		26.568.275	22.782.912
Custos operacionais e de construção		(9.429.970)	(8.617.332)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(1.677.447)	(1.610.864)
Outras despesas operacionais	31	(71.382)	(56.311)
Valor adicionado bruto		(11.178.799)	(10.284.507)
Retenções		15.389.476	12.498.405
Depreciação e amortização	29	(2.790.175)	(2.450.849)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		12.599.301	10.047.556
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	12	28.517	24.551
Receitas financeiras		850.242	1.154.237
		878.759	1.178.788
Valor adicionado total a distribuir		13.478.060	11.226.344
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		2.434.877	1.891.145
Benefícios		744.816	626.689
FGTS		190.075	142.969
		3.369.768	2.660.803
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		3.288.431	3.108.831
Estaduais		163.128	159.245
Municipais		68.736	63.307
		3.520.295	3.331.383
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		3.036.876	2.087.049
Aluguéis		27.590	25.842
		3.064.466	2.112.891
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	24 (b)	836.839	741.301
Lucros retidos		2.686.692	2.379.966
		3.523.531	3.121.267
Valor adicionado distribuído		13.478.060	11.226.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota	Controladora	Consolidado
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.753.603	4.272.750
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:			
Depreciação e amortização		2.790.175	2.450.849
Valor residual do imobilizado, intangível e propriedades para investimentos baixados		8.354	10.110
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		652.920	782.057
Provisões e variações monetárias de provisões		458.889	630.689
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar		1.314.359	1.091.592
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos		(163.322)	(301.716)
Juros e variações monetárias passivas		17.024	22.225
Juros e variações monetárias ativas		(96.256)	(400.057)
Encargos financeiros de clientes		(374.902)	(328.486)
Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão		(125.603)	(109.369)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), Programa de Retenção de Conhecimento (PRC) e Programa de Desligamento Incentivado (PDI)		356.300	(1.238)
Resultado da equivalência patrimonial		(28.517)	(24.551)
Juros e variação monetária PPP		1.001.078	489.197
Repasso Prefeitura Municipal de São Paulo		195.874	167.714
Obrigações previdenciárias		238.751	183.262
Outros ajustes		21.997	15.488
Variação no ativo		11.020.724	8.950.516
Contas a receber de clientes		(831.999)	(489.885)
Saldos e transações com partes relacionadas		(4.546)	(295.091)
Estoques		38.294	(10.741)
Impostos a recuperar		(251.739)	33.198
Depósitos judiciais		72.469	5.348
Outros ativos		(42.768)	18.264
Variação no passivo			
Empreiteiros e fornecedores		(394.339)	(220.462)
Serviços a pagar		(169.890)	86.501
Obrigações sociais e trabalhistas		19.377	73.126
Impostos e contribuições a recolher		186.687	120.853
Cofins/Pasep diferidos		4.374	267
Provisões		(243.241)	(468.398)
Obrigações previdenciárias		(249.488)	(239.174)
Outras obrigações		(942.699)	(722.549)
Caixa proveniente das operações		8.211.216	6.841.773
Juros pagos		(1.936.419)	(1.505.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.568.611)	(1.368.686)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.706.186	3.967.599
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo de contrato e intangíveis		(3.843.325)	(3.550.537)
Caixa restrito		(17.470)	(9.007)
Aplicações financeiras		(742.012)	755.512
Propriedades para investimento		(6.625)	(648)
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(147.249)	(73.668)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.756.681)	(2.878.348)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos			
Captações		2.371.111	2.807.026
Amortizações		(1.771.090)	(1.536.724)
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(823.671)	(603.541)
Parceria Público-Privada - PPP		(673.645)	(590.201)
Compromissos Contratos de Programa		(81.357)	(16.255)
Aumento de Capital		-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(978.652)	60.305
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(1.029.147)	1.149.556
Representado por:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.867.485	717.929
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		838.338	1.867.485
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(1.029.147)	1.149.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo mínimo complementar			
Controladora								
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.000.000	1.532.365	8.297.489	55.631	-	46.374	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.121.267	-	
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-	-	131.269	
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	3.121.267	131.269	
Reserva legal	24 (b)	-	156.063	-	-	(156.063)	-	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,08455 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(741.301)	-	
Dividendos mínimos complementares de 2021, aprovados (R\$ 0,08139 por ação)	24 (b)	-	-	-	(55.631)	-	-	
Dividendos mínimos complementares (R\$ 0,19145 por ação)	24 (b)	-	-	-	130.857	-	-	
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(53.930)	-	-	
Transferências para reserva de investimentos	24 (e)	-	-	2.093.046	-	(2.093.046)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.000.000	1.688.428	10.390.535	76.927	-	177.643	
Controladora e Consolidado								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.523.531	-	
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-			

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado. Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 351 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos. O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Total de municípios contratualizados	351	351
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	48.759.219	45.292.307
Percentual do intangível e ativo de contrato	95,12%	94,49%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	20.510.427	17.767.561
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,35%	95,37%
Municípios com contratos vencidos:	1	1
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	11.309	11.519
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,02%	0,02%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	17.559	15.236
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,08%	0,08%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	23	23
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	1.051.209	1.072.138
Percentual do intangível e ativo de contrato	2,05%	2,24%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	833.418	711.452
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	3,87%	3,82%
Município de São Paulo:		
Percentual do intangível e ativo de contrato	43,40%	43,33%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	44,95%	45,14%

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andrada, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental, Paulista Geradora de Energia, Cantareira SP Energia, FOXX URE-BA Ambiental e Infranext Soluções em Pavimentação. Embora a participação da SABESP no capital social dessas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto em relação à Saneagua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

• Município da Estância Turística de Olímpia

Em julho de 2023, a Prefeitura de Olímpia - SP ("Olímpia") homologou o procedimento licitatório referente à Concorrência nº 02/2023, tendo por objeto a concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos, bem como adjudicou o objeto desta licitação à SABESP, com valor de outorga fixa de R\$ 148 milhões.

O município de Olímpia fica a 430 km da capital São Paulo, com população estimada em 56 mil habitantes, apresenta índices de cobertura de água e esgoto universalizados, e demandará da Companhia esforços operacionais, comerciais, de eficiência e contra perdas de água.

Como determinado pelo Edital de Concorrência Pública (Edital), a licitante vencedora deveria constituir, previamente à assinatura do contrato, uma sociedade de propósito específico (SPE) para executar o objeto do Contrato de Concessão. O valor do contrato estimado no Edital é de R\$ 1.182.495 (data-base agosto de 2022), correspondente à estimativa do Poder Concedente para o somatório das receitas da concessão, e o valor por ele também estimado para os investimentos é de R\$ 81.112 (data-base agosto de 2022) por todo prazo estipulado da concessão.

O Edital também define que o capital social subscrito da Concessionária, quando de sua constituição, deve ser de, no mínimo, R\$ 8.111, assim no dia 11 de agosto de 2023 foi constituída a SABESP Olímpia S/A, tendo como objetivo social, as atividades de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Olímpia. O Capital Social subscrito da SPE foi parcialmente integralizado pela SABESP, no montante de R\$ 811 ou 811.121 ações ordinárias, totalizando o montante integralizado de 10% do capital social. As demais 7.300.087 ações ordinárias subscritas, no valor total de R\$ 7.300, serão integralizadas em até 60 meses a contar da Ordem de Início, que é a ordem emitida pelo Poder Concedente que autoriza o início da prestação do objeto da Concessão pela Concessionária, observado o disposto no Edital e no Contrato.

O Contrato de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Olímpia foi assinado no dia 11 de outubro de 2023.

Do total correspondente à outorga fixa no montante de R\$ 148 milhões, 50% já foram pagos pela SABESP no dia 30 de agosto de 2023, ou seja, R\$ 74 milhões, como condição para assinatura do contrato, e os outros 50%, devidamente atualizados pelo IPCA, serão pagos pela SABESP Olímpia S/A em até 365 dias após o pagamento da primeira parcela.

Haverá o pagamento mensal de outorga variável, que será realizado até o dia 10 do mês subsequente ao apurado, correspondente ao percentual de 1% da receita tarifária líquida.

Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela Concessionária, quando da assinatura do contrato deverá ser apresentado ao poder concedente o comprovante de prestação de garantia referentemente às obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% do valor estimado dos investimentos.

Como a SABESP possui 100% da SPE e atende aos requisitos de controle, a Companhia realizou a consolidação da SABESP Olímpia S/A conforme Política Contábil descrita na Nota 3.1.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2023.

• Desestatização e Proposta de Novos Contratos de Concessão

No dia 18 de setembro de 2023, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) deliberou por recomendar que:

- (i) a Secretaria de Parcerias em Investimentos e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística tomem as providências para o encaminha do anteprojeto da lei de desestatização da Companhia ao Gabinete do Governador; e
- (ii) a SABESP, nos termos do art. 5º, II c/c art. 7º, §2º e §4º da Lei nº 9.361/96, inicie o procedimento para seleção e contratação dos bancos coordenadores e demais serviços necessários à futura oferta pública.

No dia 30 de setembro de 2023, conforme disposto no §2º do artigo 14 da Lei Federal nº 14.026/2020 ("Novo Marco Legal do Saneamento"), o Estado de São Paulo enviou Ofícios aos municípios operados pela Companhia com propostas de alterações nas condições dos contratos de concessão em vigor ("Comunicação").

A Comunicação destaca aspectos gerais da proposta de novo contrato de concessão ("Novo Contrato") que objetiva substituir os contratos em vigor, nos termos do artigo 14 do Novo Marco Legal do Saneamento, indicando que serão observadas as seguintes diretrizes no âmbito do Novo Contrato a ser celebrado com tais municípios:

- (a) a antecipação do atingimento das metas de universalização estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento para 2029, resguardados eventuais prazos inferiores previstos contratualmente;
- (b) a extensão do prazo de duração do contrato de concessão para 2060;
- (c) a obrigação de atendimento, pela SABESP, da população residente em núcleos urbanos informais consolidados e áreas rurais, de modo a abranger todo o território municipal; e
- (d) o detalhamento dos investimentos a serem realizados em cada município.

No dia 11 de dezembro de 2023, foi sancionada a Lei Estadual nº 17.853 que autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a promover medidas de desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Dentre outros aspectos, conforme disposto em seu artigo 2º, o modelo adotado para a desestatização da SABESP deve observar as seguintes diretrizes:

- (i) atendimento às metas de universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado atendidos pela companhia, considerando a inclusão de áreas rurais e núcleos urbanos informais consolidados, nos termos da Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
- (ii) antecipação, para 31 de dezembro de 2029, do atendimento às metas de universalização, resguardados eventuais prazos inferiores previstos contratualmente;
- (iii) redução tarifária, considerando, preferencialmente, a população mais vulnerável;
- (iv) previsão de criação de controle anual para acompanhar o atendimento das metas com indicações das necessidades de investimento para os próximos anos;
- (v) prestação de serviços de qualidade, visando à melhoria da qualidade da água tratada e à redução de sua perda;
- (vi) garantia, nos instrumentos contratuais decorrentes da desestatização, aos funcionários e empregados constantes do quadro permanente da SABESP quando da publicação desta lei, de estabilidade, com manutenção do seu contrato de trabalho, por um período de 18 (dezoito) meses, contados da data de efetiva conclusão do processo de desestatização da companhia.

No dia 21 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a seleção das instituições financeiras que atuarão como coordenadores globais do sindicato de instituições financeiras responsável pela estruturação da potencial operação de follow-on da Companhia, cujos Coordenadores Globais selecionados são: i) BTG Pactual; ii) Bank of America; iii) CITI; e iv) UBS - BB.

No dia 15 de fevereiro de 2024, conforme noticiado pela Companhia em Fato Relevante, o Estado de São Paulo abriu consulta pública referente aos seguintes documentos:

- (a) a minuta do Contrato de Concessão a ser celebrado entre a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário 1 ("URAE-1") Sudeste e a SABESP, com a indicação da atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, juntamente com os anexos técnicos específicos dos Municípios que compõem a URAE-1, além dos demais anexos contratuais;
- (b) a minuta do regimento interno do Conselho Deliberativo da URAE-1; e
- (c) a minuta do Plano Regional de Saneamento, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

A referida Consulta Pública sobre a desestatização da Sabesp foi encerrada em 15 de março de 2024, com um número significativo de sugestões enviadas pela população. Ao todo, foram recebidas 976 contribuições, que chegaram por meio da internet, além de 135 manifestações orais proferidas nas oito audiências públicas realizadas pelo Estado de São Paulo sobre o tema.

Os próximos passos da desestatização consistem na divulgação pelo Estado de São Paulo do Relatório de Contribuições da Consulta Pública, encerrada em 15 de março de 2024, com envio dos documentos revisados à URAE 1 - Sudeste para deliberação.

A expectativa da Administração da Companhia é que com o aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer os investimentos necessários.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento

ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, e foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Consolidação

A Companhia controla uma entidade quando (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de aplicar este poder para afetar seus retornos.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da SABESP em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: (i) a dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão das participações dos outros detentores de direitos de voto; (ii) direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; (iii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iv) quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que este controle deixar de existir. As receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

As demonstrações financeiras da controlada foram elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados. Os outros resultados abrangentes da controlada, quando aplicável, serão registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia na rubrica de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023 a SABESP possuía 100% de participação direta na SABESP Olímpia S/A.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

3.3 Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e de valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

• Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Além disso, considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tiveram impacto em suas estimativas, pois realizou análises de correlação desses indicadores e seu histórico de inadimplência e não resultou em correlação significativa entre eles.

• Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Receita operacional

(a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

3.5 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.3.

3.6 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

3.7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenções são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.8 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, incluindo capitalização de mão de obra própria, margem de construção, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.4 (b).

3.9 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação. As vendas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

3.10 Intangível

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.8. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais que permitem que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são registrados nas demonstrações financeiras a custo zero, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente. Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "Outras receitas operacionais".

(a) Contratos de concessão/programa/prestação de serviços

A Companhia opera contratos de concessão de prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a obrigação de pagar pelos serviços.

Ativos intangíveis relacionados às concessões são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (c).

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.11 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

3.12 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivos não circulantes.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 17. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

3.14 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação cambial.

Os custos que são atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares.

3.15 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

3.16 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada considerando a natureza dessas obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, com base no direito legal de compensação.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante e corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

3.17 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.18 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.19 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Paspse - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, exceto para as receitas financeiras que são calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os tributos referentes a Paspse e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime de não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. As rubricas "outras receitas operacionais" e "receitas financeiras" são apresentadas líquidas desses tributos na demonstração do resultado.

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP, calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

3.20 Plano de previdência privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, aos planos de benefício previdenciário por ela patrocinados, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

3.21 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, Parceria público-privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros. As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.22 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (Nota 15 (f)) e no passivo como Arrendamentos (Nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5 mil), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.23 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.24 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

3.25 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.26 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.27 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho. A Companhia determinou que possui um segmento operacional que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

3.28 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.14.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023

CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro - A Companhia não possui contratos que atendam a definição de contrato de seguro de acordo com esta Norma.

As alterações nas normas CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade; CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação ("*single transaction*"); CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois; CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro-Definição de Estimativas Contábeis, não trouxeram impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ²	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes ¹	Estas alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Adicionalmente, esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ¹	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 (R2) / IAS 7 afirmando que devem ser divulgadas informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, o CPC 40 (R1) / IFRS 7 foi alterado para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback" ¹	As alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 / IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à mensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06 (R2) / IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.

1. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.
2. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(a) Risco de mercado
Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros atrativas, sendo tais financiamentos em dólar norte-americano e em iene. A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado. Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de hedge ou swap e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco. Parte da dívida financeira no valor total de R\$ 2.785.853 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.809.441), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Moeda estrangeira (em milhares)	Moeda estrangeira (em milhares)	Moeda estrangeira (em milhares)	Moeda estrangeira (em milhares)
Empréstimos e financiamentos - US\$	280.188	1.356.474	191.022	996.695
Empréstimos e financiamentos - Iene	41.078.385	1.405.702	45.369.189	1.795.259
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - US\$		15.510		6.985
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - Iene		8.167		10.502
Total da exposição		2.785.853		2.809.441
Custo de captação - US\$		(37.520)		(31.037)
Custo de captação - Iene		(2.442)		(2.646)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		2.745.891		2.775.758

O decréscimo de 1,1% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2023 em relação a 31 de dezembro de 2022 foi impactado principalmente pelas desvalorizações do dólar e do iene frente ao real. O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação
US\$	R\$ 4,8413	R\$ 5,2177	-7,2%
Iene	R\$ 0,03422	R\$ 0,03957	-13,5%

Em 2023 ocorreu uma redução relativa à variação cambial nos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 309.854 (em 2022 - R\$ 488.614 de redução), vide Nota 17 (ii). Em 31 de dezembro de 2023, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos custos de captação teria sido de R\$ 278.586 em 2023 (em 2022 - R\$ 280.944), para mais ou para menos.

O cenário provável, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene.

A Companhia entende que o cenário apresentado é razoável dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene.

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 em US\$ - Passiva	280.188	280.188
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2023	4,8413	5,2177
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,0000	5,2177
Diferença entre as taxas	(0,1587)	(0,1587)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(44,466)	(44,466)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 em iene - Passiva	41.078.385	41.078.385
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2023	0,03422	0,03957
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,03590	0,03957
Diferença entre as taxas	(0,00168)	(0,00168)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(69,012)	(69,012)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(113,478)	(113,478)

(*) Para os cenários prováveis em dólar e iene, foram utilizadas as taxas de câmbio projetadas para 31 de dezembro de 2024, conforme Focus-BACEN e relatório de Taxas Referenciais da B3, de 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos diferentes índices de atualização monetária:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
CDI (i)	9.966.111	9.251.150
TR (ii)	1.684.711	1.635.587
IPCA (iii)	3.038.378	3.073.435
TJLP (iv)	1.365.806	1.433.029
SOFR (v)	1.356.473	996.697
Juros e encargos	392.906	424.856
Total	17.804.385	16.814.754

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (ii) TR - Taxa Referencial de Juros
- (iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) SOFR - Secured Overnight Financing Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 178.044 (em 2022 - R\$ 168.148) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. O risco de crédito com clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data destas demonstrações financeiras. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o rating divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme demonstrado a seguir:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AAA(bra)	AAA.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	AAA.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AAA(bra)	AAA.br	-
Banco BV	-	AA.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA

O quadro a seguir apresenta a avaliação de rating divulgada pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local:

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			
AA(bra)	-	2.237.629	-
AAA(bra)	2.939.713	1.011.685	2.940.690
Outros (*)	324.546	296.044	324.546
	3.264.259	3.545.358	3.265.236

(*) Está incluído nesta categoria, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 322.241 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 289.908) referente ao Banco BV, contas correntes e aplicações financeiras, os quais não possuem classificação pela Fitch.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023.

	Controladora					2029 em diante	Total
	2024	2025	2026	2027	2028		
Em 31 de dezembro de 2023							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	4.242.785	3.793.478	3.444.022	3.345.107	2.454.561	10.862.692	28.142.645
Empreiteiros e fornecedores	456.064	-	-	-	-	-	456.064
Serviços a pagar	749.226	-	-	-	-	-	749.226
Parceria Público-Privada - PPP	488.086	449.838	464.863	480.389	496.434	6.210.305	8.589.915
Compromissos Contrato de Programa	21.622	1.215	1.215	1.215	1.215	11.550	38.032
Total	5.957.783	4.244.531	3.910.100	3.826.711	2.952.210	17.084.547	37.975.882

	Consolidado					2029 em diante	Total
	2024	2025	2026	2027	2028		
Em 31 de dezembro de 2023							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	4.242.785	3.793.478	3.444.022	3.345.107	2.454.561	10.862.692	28.142.645
Empreiteiros e fornecedores	456.215	-	-	-	-	-	456.215
Serviços a pagar	750.732	-	-	-	-	-	750.732
Parceria Público-Privada - PPP	488.086	449.838	464.863	480.389	496.434	6.210.305	8.589.915
Compromissos Contrato de Programa	21.622	1.215	1.215	1.215	1.215	11.550	38.032
Total	5.959.440	4.244.531	3.910.100	3.826.711	2.952.210	17.084.547	37.977.539

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborada de acordo com o CPC 40 (R1). O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2023 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro, considerando um cenário provável. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Exposição	Cenário provável
Ativo		
CDI	3.233.218	10,0400%(**)
Receita financeira		324.615
Passivo		
CDI	(9.966.111)	10,0400%(**)
Juros a incorrer		(1.000.598)
Exposição líquida - CDI	(6.732.893)	(675.983)
Passivo		
TR	(1.684.711)	0,0064%(**)
Despesa a incorrer		(108)
IPCA	(3.038.378)	3,9000%(*)
Despesa a incorrer		(118.497)
TJLP	(1.365.806)	6,4300%(*)
Juros a incorrer		(87.821)
SOFR (***)	(1.356.473)	4,8193%(***)
Juros a incorrer		(65.373)
Despesas totais líquidas a incorrer		(947.782)

(*) Fonte dos índices: BACEN de 31 de dezembro de 2023

(**) Fonte dos índices: B3 de 31 de dezembro de 2023

(***) Fonte Bloomberg

5.2 Gestão de capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da Companhia de continuar aumentando seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	19.536.350	18.958.671
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(838.338)	(1.867.485)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(2.425.921)	(1.677.873)
Dívida líquida	16.272.091	15.413.313
Total do Patrimônio Líquido	29.857.376	27.333.533
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	46.129.467	42.746.846
Índice de alavancagem	35%	36%

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrem correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

5.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada - PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros eram:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	838.338	838.338	1.867.485	1.867.485
Aplicações financeiras	2.425.921	2.425.921	1.677.873	1.677.873
Caixa restrito	54.944	54.944	37.474	37.474
Contas a receber de clientes	3.853.398	3.853.398	3.277.808	3.277.808
ANA	2.673	2.673	9.193	9.193
Outros ativos	274.924	274.924	212.674	212.674

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	838.484	838.484
Aplicações financeiras	2.426.752	2.426.752
Caixa restrito	54.944	54.944
Contas a receber de clientes	3.856.723	3.856.723
ANA	2.673	2.673
Outros ativos	196.065	196.065

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.196.545 (R\$ 1.156.743 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$ 1.076.174 (R\$ 1.060.040 em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-B), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Passivos Financeiros

	Controladora			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	19.536.350	19.950.055	18.958.671	19.260.133
Empreiteiros e fornecedores	456.064	456.064	430.946	430.946
Serviços a pagar	749.226	749.226	723.242	723.242
Compromisso Contratos de Programa	34.016	34.016	112.385	112.385
Parceria Público-Privada - PPP	3.286.614	3.286.614	2.959.181	2.959.181

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	19.536.350	19.950.055
Empreiteiros e fornecedores	456.215	456.215
Serviços a pagar	750.732	750.732
Compromisso Contratos de Programa	34.016	34.016
Parceria Público-Privada - PPP	3.286.614	3.286.614

continua...

continuação...

SBS
LISTED
NYSESBSP
B3 LISTED NMSÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgadas pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos - BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, refletem as condições para esses tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.
- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas mais a taxa futura da SOFR, obtida na *Bloomberg*, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda dólar e descontados a valor presente utilizando a curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023.
- (vii) Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor presente. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, tendo em vista os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração divulgue julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aquelas que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.3 e 3.5. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre os quais, a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.8. Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.10 e 15. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis, decorrente da troca de ativos, envolvendo contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.20 e 22. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, demonstrado na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apuradas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.18 e 19.

(e) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.16 e 20. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

(f) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.4 e 10.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Caixa e bancos	31.041	139.844	31.187
Equivalentes de caixa	807.297	1.727.641	807.297
Total	838.338	1.867.485	838.484

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 96,25% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 - 95,69%).

8 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB, com liquidez diária, as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Banco BV	322.240	289.909	322.240
Banco Itaú Unibanco S/A	-	403.732	-
Banco Bradesco S/A	643.445	578.752	643.445
Banco BTG Pactual S/A	449.241	404.363	449.241
Banco do Brasil S/A	1.010.995	1.117	1.011.826
Total	2.425.921	1.677.873	2.426.752

Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração média das aplicações financeiras correspondia a 103,3% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 - 102,9%).

9 Caixa restrito

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	47.749	30.231
Caixa Econômica Federal - depósito judicial	365	433
Outros	6.830	6.810
Total	54.944	37.474

(i) Refere-se ao valor deduzido do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Particulares:			
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.199.475	2.287.782	2.200.921
Acordos (iii)	839.010	416.550	839.010
Total	3.038.485	2.704.332	3.039.931
Entidades governamentais:			
Municipais	623.434	609.731	623.601
Federais	8.036	10.644	8.036
Acordos (iii)	374.372	372.943	374.372
Total	1.005.842	993.318	1.006.009
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)			
Mogi das Cruzes	4.343	4.048	4.343
São Caetano do Sul	45.333	45.367	45.333
Total por atacado - Prefeituras Municipais	49.676	49.415	49.676
Fornecimento a faturar	1.136.604	959.260	1.138.316
Subtotal	5.230.607	4.706.325	5.233.932
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.377.209)	(1.428.517)	(1.377.209)
Total	3.853.398	3.277.808	3.856.723
Circulante	3.580.962	3.062.574	3.584.287
Não circulante	272.436	215.234	272.436
Total	3.853.398	3.277.808	3.856.723

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Valores a vencer	2.635.280	2.244.754	2.723.975
Vencidos:			
Até 30 dias	627.472	489.709	627.986
Entre 31 e 60 dias	271.476	248.128	271.476
Entre 61 e 90 dias	181.639	165.306	181.639
Entre 91 e 120 dias	127.421	150.941	127.421
Entre 121 e 180 dias	290.610	281.530	290.610
Entre 181 e 360 dias	57.289	58.702	57.289
Acima de 360 dias	1.039.420	1.067.255	953.536
Total vencidos	2.595.327	2.461.571	2.509.957
Total	5.230.607	4.706.325	5.233.932

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Movimentação do ativo		
Saldo no início do exercício	1.428.517	1.280.088
Constituição de perdas/(reversão)	21.103	209.360
Recuperações	(72.411)	(60.931)
Saldo no final do exercício	1.377.209	1.428.517

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Reconciliação das perdas estimadas/históricas no resultado		
Baixas	(703.325)	(636.366)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	(903)	2.738
(Perdas)/reversão com particular/entidades públicas	(21.103)	(209.360)
Recuperações	72.411	60.931
Valor contabilizado como despesa (Nota 29)	(652.920)	(782.057)

A Companhia não possui clientes que individualmente representam 10% ou mais do total da receita.

(d) Precatórios

A Companhia possui precatórios emitidos decorrentes de processos judiciais, transitados em julgado, de cobrança de faturas de água e esgoto inadimplidas de entes públicos. Estas faturas possuem perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) em sua totalidade e os valores atualizados das referidas faturas, apurados conforme os respectivos precatórios, não são reconhecidos em função de incertezas do momento de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía precatórios emitidos em seu favor no valor atualizado de R\$ 3.085.265 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.807.318) que, conforme acima, estão provisionados integralmente no seu valor original e não têm as respectivas atualizações reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A reversão da PECLD das faturas originais e sua atualização são reconhecidas quando as incertezas sobre a sua realização forem mitigadas, ou seja, quando o valor de realização for passível de determinação em função de poder ser determinada a previsibilidade de início de seu recebimento ou quando for negociado com terceiros.

A Companhia não negociou seus precatórios no exercício corrente e nem nos exercícios comparativos, e não tem negociações em andamento, os quais são conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Devedor		
Município de São Paulo	3.042.927	2.656.113
Município de Cotia	15.456	103.729
Município de Cachoeira Paulista	14.964	13.672
Outros	11.918	33.804
Total	3.085.265	2.807.318

Adicionalmente, a Companhia negociou em exercícios anteriores precatórios de faturas vencidas com os municípios de Guarulhos, Santo André e Mauá, os quais encontram-se suspensos, pois servem de garantias ao cumprimento dos contratos firmados com os municípios.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Estado de São Paulo

(i) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Contas a receber			
Circulante:			
Serviços de saneamento (ii)	169.508	144.937	169.515
Perdas estimadas	(50.498)	(49.595)	(50.498)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):			
- Fluxo mensal (iii) e (iv)	36.241	13.376	36.241
- Acordo GESP - 2015 (vi)	106.022	97.075	106.022
Total do circulante	261.273	205.793	261.280
Não circulante:			
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	1.361	1.361
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):			
- Acordo GESP - 2015 (vi)	933.911	949.589	933.911
Total do não circulante	935.272	950.950	935.272
Total de recebíveis	1.196.545	1.156.743	1.196.552
Ativos:			
Prestação de serviços de saneamento	120.371	96.703	120.378
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	1.076.174	1.060.040	1.076.174
Total	1.196.545	1.156.743	1.196.552
Passivos:			
Juros sobre o capital próprio a pagar	420.564	372.550	420.564

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Receita de serviços de saneamento	775.981	661.955
Recebimentos de partes relacionadas	(741.089)	(632.501)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(189.713)	(186.690)

(ii) Serviços de saneamento

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.

(iii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo GESP assinado em 2001, o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

continua...



continuação...

SBS LISTED NYSE

SBSP B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Conforme explicitado no item (iv), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia. Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 22 (ii). Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.

(iv) Valores Controversos

Em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontestados. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta deste instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia, por força de decisão judicial, a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos. Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE, recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso. O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso. Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagas a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.583.449 e R\$ 1.482.140, respectivamente, sendo que foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante integral.

(v) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.098.622 e R\$ 2.002.075, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 22.

(vi) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O valor principal está sendo pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 está sendo pago em 156 parcelas mensais, atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

A ação que contestava a possibilidade de transferência dos Reservatórios teve a sentença publicada no Diário Oficial do Estado, em 22 de julho de 2022, impedindo a transferência dos Reservatórios para a SABESP. Assim, conforme previsto no acordo, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao valor principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027 (valor atualizado até fevereiro de 2015), parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos em abril de 2030. O valor será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e, a partir daquela data, incidirá atualização monetária pelo IPCA, mais juros simples de 0,5% ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em julho de 2022, foi registrado o montante de R\$ 325.561, relativo ao valor da correção monetária até aquela data, ajustada a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber era de R\$ 106.022 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 97.075) e R\$ 933.911 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 949.589).

(b) Utilização de Reservatórios - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações. Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os Reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 8.876 e R\$ 99.279 (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 8.456 e R\$ 95.033), registrados nas rubricas de "Outras obrigações", nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiadas com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 17.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados. Em 2023, os gastos com os empregados cedidos a outras entidades estaduais somaram R\$ 8.165 (em 2022 - R\$ 800).

Não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2023 e 2022.

(f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 44.249 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 148.116), vide Nota 22.

(h) Remuneração do Conselho Fiscal e da Administração

A remuneração dos Diretores, dos membros do Comitê Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CÓDEC) e é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A.

O CÓDEC estabelece que nas empresas de capital aberto e listadas no segmento Novo Mercado da B3, controladas pelo Estado, a proposta de remuneração global e individual dos órgãos estatutários deve ser elaborada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Política Institucional de Remuneração e submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, referente aos honorários vigentes no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores - vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento adicional correspondente a um terço dos honorários mensais por ocasião do referido descanso), e FGTS.

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal de cada Diretor, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador e da Administração foram de R\$ 8.550 e R\$ 6.175 para os anos de 2023 e de 2022, respectivamente.

Quantias adicionais de R\$ 1.885 e R\$ 1.305, referentes ao programa de bônus dos diretores, foram registradas nos anos de 2023 e de 2022, respectivamente.

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

Aquapolo Ambiental

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

Este contrato foi liquidado em 21 de julho de 2023.

Águas de Andradina

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Águas de Andradina S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 694 e R\$ 2.814, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 242 e R\$ 2.814), respectivamente, sendo os juros calculados à taxa do CDI + 3% ao ano.

Este contrato foi assinado em 17 de agosto de 2021. O principal juntamente com o reajuste, juros acumulados, e eventuais impostos deverão ser integralmente quitados até 31 de agosto de 2025.

Sabesp Olímpia

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a Sabesp Olímpia S/A, disponibilizando recursos necessários ao pagamento da primeira parcela da Outorga Fixa ao Município da Estância Turística de Olímpia, que era condição precedente para assinatura do contrato de concessão de água e esgoto.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 78.611, contabilizado no ativo não circulante da Companhia, na rubrica "Outros ativos", sendo os juros calculados à taxa do CDI + 2% ao ano.

Este contrato foi assinado em 26 de setembro de 2023. O principal juntamente com os juros acumulados sobre ele, deverão ser integralmente reembolsados até setembro de 2040.

(j) FEHIDRO

Em abril de 2021 a Companhia formalizou três contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Os recursos serão destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário nos municípios de São Paulo, Itapetcerica da Serra e Vargem Grande Paulista. O valor total do investimento é de R\$ 10,8 milhões, dos quais, R\$ 8,7 milhões, ou 80% do total, serão financiados pelo FEHIDRO e, R\$ 2,1 milhões, ou 20% do total, de contrapartida da SABESP. A taxa de juros do financiamento é 3,00% a.a., com prazo total de 59 meses, sendo 18 meses de carência e 41 meses de amortização.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desses financiamentos era de R\$ 1.278 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.108).

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" - CPC 19 (R2)) exceto quanto a SABESP Olímpia, da qual a Companhia detém 100% da participação acionária e atende aos requisitos de controle, realizando desta forma a consolidação desta SPE, conforme Política Contábil descrita na Nota 3.1.

(a) Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da empresa era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 36% de participação acionária e a GS Inima 64%.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

(b) Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguaú 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

(c) Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.276 ações nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguaú 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

(d) Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da empresa era de R\$ 23.494, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

(e) Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com o objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reúso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a GS Inima Industrial detém 51%.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

(f) Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. (Tecniplan), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guarauá e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa era de R\$ 28.989, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecniplan detém 37,5%.

As operações foram iniciadas em março de 2023.

(g) Cantareira SP Energia

Em 28 de outubro de 2022, a empresa Cantareira SP Energia S/A foi constituída com o objeto social de desenvolver, produzir e comercializar energia fotovoltaica; comercializar, comprar e vender energia; realizar locação, comodato e arrendamento de ativos próprios ou de terceiros; realizar operação e manutenção de plantas de geração de energia; e obter participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa era de R\$ 1.000, divididos em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a Pacto SP Energia I Ltda. detém 51%.

Em 31 de dezembro de 2023 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

(h) FOX X URE-BA Ambiental S/A

Em 22 de dezembro de 2022, a SABESP adquiriu ações da Empresa FOX X URE-BA Ambiental S/A, pelo valor de R\$ 40.000 para aquisição de 20% do capital social da empresa, correspondente a R\$ 13.852. A diferença paga no valor de R\$ 26.148 foi registrada no ativo intangível, na rubrica "Direito de uso - Investimentos". Em 23 de dezembro de 2022 foi realizado aporte pela Companhia no valor de R\$ 865.

O objeto social da FOX X URE-BA é a prestação, sob o regime de concessão, de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, compreendendo a totalidade dos resíduos provenientes da coleta regular, tanto domésticos como comerciais, de varrição, podas, limpeza de vias e outros logradouros públicos e do sistema de drenagem urbana, a prestação desses mesmos serviços e a realização das atividades correlatas a terceiros com quem tenha celebrado contrato para essa finalidade, incluindo os investimentos e obras da unidade de tratamento, implantada e operada pela sociedade, para tratamento e destinação final dos resíduos, a exploração de fontes de receitas, de créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, bem como a comercialização de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa era de R\$ 69.258, divididos em 69.257.657 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 20% de participação acionária e a FOX X Inova Ambiental S/A detém 80%.

(i) Infranext Soluções em Pavimentação S/A

Em 7 de dezembro de 2022, a empresa SPE Infranext Soluções e Pavimentação S/A foi constituída com o objeto social de comercializar asfalto a frio e outros produtos relacionados, prestar serviços relacionados, bem como realizar investimentos e participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa era de R\$ 7.050, divididos em 7.050.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital total da empresa será de R\$ 12.000, divididos em 12.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP passará a deter 45% de participação acionária e a DVS - Locação de Equipamentos Ltda 55%.

Em 31 de dezembro de 2023 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

(j) SABESP Olímpia S/A

Em 11 de agosto de 2023, a empresa Sabesp Olímpia S/A foi constituída com o objetivo social de prestação dos serviços público de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Olímpia/SP, nos termos do Contrato de Concessão decorrente do Edital Concorrência Pública nº 02/2023.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa era de R\$ 811, divididos em 811.121 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital total da empresa será de R\$ 8.111, divididos em 8.111.208 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 100% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2023.

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

	Patrimônio líquido		Dividendos		Resultado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Aporte distribuídos 2023	2023	do exercício 2023	(*) 2022
Sesamm	61.275	59.371	-	(18.485)	20.389	- 14.825
Águas de Andradina	34.088	30.777	-	-	3.311	- 1.186
Águas de Castilho	12.784	10.787	-	-	1.997	- 1.403
Attend Ambiental	43.263	29.729	-	(4.215)	17.749	- 8.177
Aquapolo Ambiental	102.442	73.926	-	(9.000)	37.516	- 30.496
Paulista Geradora de Energia - PGE (**)	42.307	10.486	30.093	-	1.728	- (74)
Cantareira SP Energia	10.650	1.000	10.114	-	(464)	-
FOX X URE-BA Ambiental	63.309	69.258	4.325	-	(1.686)	(8.588)
Infranext Soluções em Pavimentação (***)	4.699	7.050	-	-	(2.351)	-
Sabesp Olímpia	(3.066)	-	811	-	(3.877)	-

(*) O montante apresentado se refere a movimentações no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) Em outubro de 2022 ficou acordado em Assembleia Extraordinária um aporte de capital no valor de R\$ 20.310 mil, tendo a SABESP integralizado o montante de R\$ 5.077 em dezembro do mesmo ano, correspondente a 25% de participação. As empresas Servtec e Tecniplan integralizaram o valor de R\$ 15.233 em junho de 2023, correspondente a 75% de participação. Em 2023, foi definido um aporte de R\$ 20.600, tendo as empresas Servtec e Tecniplan integralizado o valor de R\$ 14.860 desse montante. Em 31 de dezembro de 2023, ainda faltava o aporte da Servtec e da Tecniplan no montante de R\$295 cada e o aporte da SABESP no montante de R\$ 5.150

(***) O capital social da Infranext será de R\$ 12.000. Em 31 de dezembro de 2023, ainda faltava o aporte da SABESP no montante de R\$ 4.950.



continua...

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	Controladora									
	Investimentos		Aporte	Dividendos distribuídos	Reclassificação (***)	Resultado de equivalência patrimonial			Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	2023	2023	2023	2023	(*)	2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Sesamm	22.059	21.374	-	(6.655)	-	7.340	-	5.337	36%	36%
Águas de Andradina	10.225	9.233	-	-	-	992	-	356	30%	30%
Águas de Castilho	3.835	3.236	-	-	-	599	-	421	30%	30%
Attend Ambiental	19.469	13.379	-	(1.897)	-	7.987	-	3.680	45%	45%
Aquapolo Ambiental	50.196	36.223	-	(4.410)	-	18.383	-	14.943	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	6.861	6.429	-	-	-	432	-	(186)	25%	25%
Cantareira SP Energia	5.212	490	4.949	-	-	(227)	-	-	49%	49%
FOXX URE-BA Ambiental	12.663	13.852	865	-	-	(337)	(1.717)	-	20%	20%
Infranext Soluções em Pavimentação	-	450	-	-	608	(1.058)	-	-	45%	45%
Sabesp Olímpia	-	-	811	-	3.066	(3.877)	-	-	100%	-
Total	130.520	104.666	6.625	(12.962)	3.674	30.234	(1.717)	24.551		
FOXX URE-BA Ambiental - Valor justo (**)	25.244	-	-	-	-	-	-	-		
Outros investimentos	6.099	6.099	-	-	-	-	-	-		
Total geral	161.863	110.765								

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) O montante apresentado se refere ao ajuste a valor justo na aquisição da FOXX URE-BA em 2023.

(***) O montante do prejuízo da investida superior ao investimento foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

	Consolidado									
	Investimentos		Aporte	Dividendos distribuídos	Reclassificação (***)	Resultado de equivalência patrimonial			Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	2023	2023	2023	2023	(*)	2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Sesamm	22.059	21.374	-	(6.655)	-	7.340	-	5.337	36%	36%
Águas de Andradina	10.225	9.233	-	-	-	992	-	356	30%	30%
Águas de Castilho	3.835	3.236	-	-	-	599	-	421	30%	30%
Attend Ambiental	19.469	13.379	-	(1.897)	-	7.987	-	3.680	45%	45%
Aquapolo Ambiental	50.196	36.223	-	(4.410)	-	18.383	-	14.943	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	6.861	6.429	-	-	-	432	-	(186)	25%	25%
Cantareira SP Energia	5.212	490	4.949	-	-	(227)	-	-	49%	49%
FOXX URE-BA Ambiental	12.663	13.852	865	-	-	(337)	(1.717)	-	20%	20%
Infranext Soluções em Pavimentação	-	450	-	-	608	(1.058)	-	-	45%	45%
Total	130.520	104.666	5.814	(12.962)	608	34.111	(1.717)	24.551		
FOXX URE-BA Ambiental - Valor justo (**)	25.244	-	-	-	-	-	-	-		
Outros investimentos	6.099	6.099	-	-	-	-	-	-		
Total geral	161.863	110.765								

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(**) O montante apresentado se refere ao ajuste a valor justo na aquisição da FOXX URE-BA em 2023.

(***) O montante do prejuízo da investida superior ao investimento foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

13 Propriedades para Investimento

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Propriedades para investimento	46.726	(48)	46.678

	Controladora			
	31 de dezembro de 2021	Adições	Depreciação	31 de dezembro de 2022
Propriedades para investimento	46.126	648	(48)	46.726

Em 31 de dezembro de 2023 o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 393.600 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 386.000).

14 Ativo de contrato

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2022	Adições (i)	Transferências (ii)	31 de dezembro de 2023 (iii)	
Total Ativo de contrato	8.613.968	6.026.053	384	(7.247.309)	7.393.096

	Controladora				
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	31 de dezembro de 2022	
Total Ativo de contrato	8.550.102	5.240.528	2.702	(5.179.364)	8.613.968

(i) As maiores adições do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Itanhaém nos montantes de R\$ 2.528 milhões, R\$ 377 milhões e R\$ 180 milhões, respectivamente.

(ii) As maiores transferências do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Franca e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 3.306 milhões, R\$ 314 milhões e R\$ 260 milhões, respectivamente.

(iii) As maiores obras estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Francisco Morato e Guarulhos, nos montantes de R\$ 2.053 milhões, R\$ 255 milhões e R\$ 252 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia no ativo de contrato valores reconhecidos como arrendamento (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 276.893).

(a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

A Companhia capitaliza juros e variações monetárias e cambiais no ativo de contrato durante o período de construção. Em 2023 e 2022, a Companhia capitalizou o valor de R\$ 638.208 e R\$ 622.803, respectivamente.

(b) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 2023 e 2022 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção em 2023 e 2022 foi de R\$ 125.603 e R\$ 109.369, respectivamente.

(c) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, há necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários são ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato durante as obras. Em 2023 e 2022, o total referente às desapropriações foi de R\$ 58.682 e R\$ 62.599, respectivamente.

15 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial	747.925	(241.808)	506.117	722.730	(223.404)	499.326
Contratos de concessão - valor econômico	1.686.384	(1.048.624)	637.760	1.585.271	(933.232)	652.039
Contratos de programa	30.267.977	(9.583.480)	20.684.497	26.875.408	(8.537.949)	18.337.459
Contratos de programa - compromissos	1.709.757	(497.731)	1.212.026	1.709.757	(444.765)	1.264.992
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	29.161.286	(8.967.701)	20.193.585	25.584.703	(7.714.252)	17.870.451
Licença de uso de software	1.300.504	(787.280)	513.224	1.249.881	(654.477)	595.404
Direito de uso - Outros ativos	217.204	(99.144)	118.060	170.921	(95.869)	75.052
Direito de uso - Investimentos	-	-	-	26.148	-	26.148
Total	65.091.037	(21.225.768)	43.865.269	57.924.819	(18.603.948)	39.320.871

	Consolidado		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:			
Contratos de concessão - valor patrimonial	747.925	(241.808)	506.117
Contratos de concessão - valor econômico	1.686.384	(1.048.624)	637.760
Contratos de concessão - novos contratos	148.000	(411)	147.589
Contratos de programa	30.267.977	(9.583.480)	20.684.497
Contratos de programa - compromissos	1.709.757	(497.731)	1.212.026
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	29.161.286	(8.967.701)	20.193.585
Licença de uso de software	1.300.504	(787.280)	513.224
Direito de uso - Outros ativos	217.204	(99.144)	118.060
Total	65.239.037	(21.226.179)	44.012.858

(b) Movimentação

	Controladora					
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transfe-rências alienações	Baixas e Amorti-zação	31 de dezembro de 2023
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	499.326	22	27.774	(934)	(307)	(19.764)
Contratos de concessão - valor econômico	652.039	60	115.841	63	(119)	(130.124)
Contratos de programa (*)	18.337.459	159	3.337.155	93.417	(4.933)	(1.078.760)
Contratos de programa - compromissos	1.264.992	-	-	-	-	(52.966)
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	17.870.451	430	3.717.006	(113.378)	(2.237)	(1.278.687)
Licença de uso de software	595.404	1.397	49.533	(88)	-	(133.022)
Direito de uso - Outros ativos	75.052	108.405	-	-	(31)	(65.366)
Direito de uso - Investimentos	26.148	-	-	(26.148)	-	-
Total	39.320.871	1.110.473	7.247.309	(47.068)	(7.627)	(2.758.689)

(*) Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 43.738 e R\$ 330.941 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 54.356 e R\$ 168.216), respectivamente.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transfe-rências alienações	Baixas e Amorti-zação	31 de dezembro de 2023
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	499.326	22	27.774	(934)	(307)	(19.764)
Contratos de concessão - valor econômico	652.039	60	115.841	63	(119)	(130.124)
Contratos de concessão - novos contratos	-	148.000	-	-	-	(411)
Contratos de programa (*)	18.337.459	159	3.337.155	93.417	(4.933)	(1.078.760)
Contratos de programa - compromissos	1.264.992	-	-	-	-	(52.966)
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	17.870.451	430	3.717.006	(113.378)	(2.237)	(1.278.687)
Licença de uso de software	595.404	1.397	49.533	(88)	-	(133.022)
Direito de uso - Outros ativos	75.052	108.405	-	-	(31)	(65.366)
Direito de uso - Investimentos	26.148	-	-	(26.148)	-	-
Total	39.320.871	258.473	7.247.309	(47.068)	(7.627)	(2.759.100)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transfe-rências alienações	Baixas e Amorti-zação	31 de dezembro de 2022
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	491.057	-	27.166	(144)	(115)	(18.638)
Contratos de concessão - valor econômico	681.441	13	48.428	33.576	(9)	(111.410)
Contratos de programa (*)	17.152.021	6.635	2.132.675	2.944	(2.800)	(954.016)
Contratos de programa - compromissos	1.317.957	-	-	-	-	(52.965)
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	16.158.771	208	2.855.284	(41.133)	(6.063)	(1.096.616)
Licença de uso de software	598.734	214	115.811	6	-	(119.361)
Direito de uso - Outros ativos	103.853	42.182	-	-	(67)	(70.916)
Direito de uso - Investimentos	-	26.148	-	-	-	26.148
Total	36.503.834	75.400	5.179.364	(4.751)	(9.054)	(2.423.922)

(*) Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 54.356 e R\$ 168.216 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 65.012 e R\$ 180.669), respectivamente, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020, foi assinado contrato para a prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e arrecadação de taxa do lixo no Município de Diadema pelo prazo de 40 anos. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão em fase de estudo sobre o melhor formato para a operacionalização, estando condicionado, conforme previsão contratual, a uma parceria entre a SABESP e um privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(c) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em sua maioria, fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (vide Nota 3.10 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava em 376 municípios no Estado de São Paulo, incluindo o município de Olímpia (em 31 de dezembro de 2022 - 375 municípios). A maioria desses contratos tem duração de 30 anos, exceto os contratos com os municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARSESP.

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão - valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão - valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de concessão - Novos Contratos

Referem-se a contratos, vendidos por meio de licitações, após o Novo Marco Legal do Saneamento. Os ativos amortizados durante o período do contrato ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa

Refere-se à renovação dos contratos anteriormente denominados contratos de concessão, cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (em sua maioria por 30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(v) Contratos de programa - Compromissos

Desde que a Lei do Saneamento Básico entrou em vigor em 2007 as renovações dos contratos passaram a ser realizadas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações socioambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores ainda não desembolsados estavam registrados na rubrica "Compromissos contratos de programa", nos passivos circulante e não circulante nos montantes de R\$ 21.969 e R\$ 12.047 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 100.188 e R\$ 12.197), respectivamente.

(vi) Contratos de prestação de serviços - Município de São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência da SABESP e anuência da ARSESP, cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa, calculado em 7,75% na oportunidade;
6. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, Líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal e Metropolitano, quando for o caso. O Plano de Investimentos será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
7. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, retendo a inadimplência dos próprios municipais do período até sua quitação. Os valores repassados ao FMSAI são reconhecidos contabilmente no resultado, como custo operacional;
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Em 16 de dezembro de 2016, por conta da 1ª Revisão Quadrienal, foi celebrado o 1º termo aditivo ao contrato, o qual atualizou os anexos referentes ao Plano de Metas de Atendimento e qualidade dos serviços, ao Plano de Investimentos e à Estratégia de Compatibilização dos Investimentos.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 7 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/2014-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo, por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Estado de São Paulo através do ofício ATG/Ofício nº 092/2014-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP.

Em 9 de maio de 2018, a ARSESP anunciou o resultado final da Segunda Revisão Tarifária Ordinária e desde esse ciclo de revisão, a ARSESP está repassando às tarifas até 4% da receita municipal que é repassada pela SABESP para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura legalmente estabelecido. No âmbito da Segunda Revisão Tarifária Ordinária, que foi concluída em maio de 2018, o único contrato que previa isso e atendia às exigências da ARSESP era com o município de São Paulo. Dessa forma, 4% dos recursos repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura de São Paulo foram repassados às tarifas do ciclo tarifário encerrado em abril de 2021.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo, a ARSEP e a Companhia não chegaram a um consenso para definição do percentual de repasse do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura às tarifas praticadas pela Companhia no Município de São Paulo, o que levou ao adiamento pela municipalidade de ação questionando o percentual previsto no contrato entre as partes. Por requerimento da municipalidade a ação encontra-se suspensa até o presente momento.

Na época da assinatura do contrato a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou ações de cobrança das referidas contas, que permanecem em andamento e estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o contrato com o Município de São Paulo representava 44,95% e 45,14% respectivamente, da receita de serviços de saneamento da Companhia, o qual garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP.

(d) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.

Sistema Produtor Alto Tietê (PPP SPAT)

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A (atual SPAT Saneamento S/A), formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taícupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, com prazo de 15 anos contados desde o início das obras.

As obras foram em fevereiro de 2009 e a PPP SPAT entrou em outubro de 2011. A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 14.740, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço (PPP SPSL)

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço com prazo de 25 anos contados desde o início das obras.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Desde o início das operações, a Companhia cede mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 42.904, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. Esse valor é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da Companhia com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia foi efetivada desde o início da operação adequada do sistema contando com o devido aceite pela SABESP, e valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

As contabilizações dos ativos intangíveis foram apropriadas de acordo com a evolução física das obras e as contrapartidas são as contas das Parcerias Público-Privada - PPPs, no passivo.

As taxas de desconto utilizadas nos contratos das Parcerias Público Privada - PPP Alto Tietê e São Lourenço são de 8,20% e 14,85% ao ano respectivamente, para cálculo do ajuste a valor presente.

Os valores registrados no intangível estão demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Alto Tietê		235.224		251.545
São Lourenço		2.556.002		2.725.900
Total		2.791.226		2.977.445

As obrigações assumidas pela Companhia estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Alto Tietê	52.762	-	52.762	91.782
São Lourenço	435.164	2.798.688	3.233.852	130.631
Total	487.926	2.798.688	3.286.614	222.413

(e) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 5,4% e 5,2% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

(f) Arrendamentos e direito de uso

Natureza	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Arrendamentos - Ativo de Contrato				276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa				
Custo		588.600		405.431
Amortização acumulada		(213.921)		(182.859)
(=) Líquido		374.679		222.572
Direito de uso - Outros ativos				
Veículos		205.593		153.384
Imóveis		11.566		11.711
Equipamentos		45		5.826
Amortização acumulada		(99.144)		(95.869)
(=) Líquido		118.060		75.052
Total - Arrendamentos e direito de uso		492.739		574.517

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 16. A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

	Impacto sobre o resultado	
	Controladora e Consolidado	Controladora
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Amortização do direito de uso	(96.429)	(105.551)
Resultado financeiro - despesa de juros e variação monetária	(75.108)	(72.050)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(26.776)	(25.365)
Redução do lucro do exercício	(198.313)	(202.966)

(g) Contratos de Performance

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.

Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.

A SABESP acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos quando os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.

O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos contábeis dos contratos vigentes registrados no ativo de contrato e no intangível eram de R\$ 183.876 e R\$ 2.191.361 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 138.550 e R\$ 2.126.106), respectivamente.

16 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado				Controladora			
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação
Terrenos	94.228	-	94.228	-	94.228	-	94.228	-
Edificações	125.672	(44.726)	80.946	2,2%	90.311	(42.343)	47.968	2,1%
Equipamentos	443.380	(313.193)	130.187	14,2%	412.828	(291.963)	120.865	15,3%
Equipamentos de transporte	14.625	(10.384)	4.241	9,9%	12.578	(10.083)	2.495	9,9%
Móveis e utensílios	41.049	(15.876)	25.173	6,8%	38.528	(15.032)	23.496	6,7%
Outros	140.548	(764)	139.784	6,5%	50.189	(302)	49.887	5,0%
Total	859.502	(384.943)	474.559	9,7%	698.662	(359.723)	338.939	11,2%

(b) Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Terrenos	94.228	-	-	-	-	94.228
Edificações	47.968	5.832	28.459	(14)	(1.299)	80.946
Equipamentos	120.865	55.449	(18.121)	(641)	(27.365)	130.187
Equipamentos de transporte	2.495	-	2.432	-	(686)	4.241
Móveis e utensílios	23.496	6.522	(3.060)	(72)	(1.713)	25.173
Outros	49.887	79.446	10.826	-	(375)	139.784
Total	338.939	147.249	20.536	(727)	(31.438)	474.559

	Controladora					
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2022
Terrenos	94.213	-	15	-	-	94.228
Edificações	45.498	4.657	(976)	(45)	(1.166)	47.968
Equipamentos	115.154	27.849	1.988	(781)	(23.345)	120.865
Equipamentos de transporte	2.472	175	658	(3)	(807)	2.495
Móveis e utensílios	22.079	2.646	394	(149)	(1.474)	23.496
Outros	11.741	38.341	(30)	(78)	(87)	49.887
Total	291.157	73.668	2.049	(1.056)	(26.879)	338.939

continua...



continuação...



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

17 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

Em moeda nacional

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 12ª Emissão	45.450	22.385	67.835	45.450	67.681	113.131
Debêntures 17ª Emissão	-	-	-	144.632	-	144.632
Debêntures 18ª Emissão	46.962	-	46.962	49.937	45.649	95.586
Debêntures 22ª Emissão	170.957	170.616	341.573	199.901	326.433	526.334
Debêntures 23ª Emissão	490.810	374.279	865.089	-	864.910	864.910
Debêntures 24ª Emissão	-	512.122	512.122	-	488.478	488.478
Debêntures 26ª Emissão	-	1.302.042	1.302.042	-	1.239.645	1.239.645
Debêntures 27ª Emissão	200.000	498.634	698.634	299.614	698.339	997.953
Debêntures 28ª Emissão	127.715	1.070.457	1.198.172	-	1.197.756	1.197.756
Debêntures 29ª Emissão	-	1.314.136	1.314.136	-	1.275.295	1.275.295
Debêntures 30ª Emissão	125.000	873.231	998.231	-	998.110	998.110
Caixa Econômica Federal	108.210	1.508.275	1.616.485	99.767	1.422.145	1.521.912
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	-	-	-	6.736	-	6.736
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.286	16.316	23.602	7.214	23.344	30.558
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.936	11.107	16.043	4.887	15.884	20.771
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	27.219	6.766	33.985	26.949	33.617	60.566
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	200.693	652.175	852.868	154.437	656.264	810.701
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	34.146	360.021	394.167	33.807	390.127	423.934
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	6.638	10.107	16.745	6.572	16.525	23.097
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	1.983.615	2.164.964	181.349	2.164.009	2.345.358
Inter-American Development Bank - BID INVEST	39.550	814.840	854.390	37.340	853.725	891.065
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	14.100	438.241	452.341	14.100	452.085	466.185
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2023	14.100	447.791	461.891	-	-	-
International Finance Corporation - IFC 2022	22.800	713.910	736.710	80.000	670.996	750.996
International Finance Corporation - IFC 2023	-	986.651	986.651	-	-	-
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	49.884	259.326	309.210	44.453	313.391	357.844
Arrendamento Mercantil (Outros)	68.499	73.801	142.300	72.109	29.265	101.374
Outros	3.003	2.910	5.913	6.241	5.867	12.108
Juros e Demais Encargos	377.398	-	377.398	417.878	-	417.878
Total em moeda nacional	2.366.705	14.423.754	16.790.459	1.933.373	14.249.540	16.182.913

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

Em moeda estrangeira

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 20.556 mil (dez/22 - US\$ 30.834 mil)	49.759	49.759	99.518	53.628	107.256	160.884
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 152.187 mil (dez/22 - US\$ 74.299 mil)	-	712.449	712.449	-	367.441	367.441
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8916 - US\$ 107.445 mil (dez/22 - US\$ 78.197 mil)	29.433	477.554	506.987	31.722	365.648	397.370
JICA 15 - lene 6.914.580 mil (dez/22 - lene 8.067.010 mil)	39.437	197.180	236.617	45.602	273.610	319.212
JICA 18 - lene 6.216.960 mil (dez/22 - lene 7.253.120 mil)	35.457	177.168	212.625	41.001	245.865	286.866
JICA 17 - lene 3.464.352 mil (dez/22 - lene 3.753.048 mil)	9.879	107.880	117.759	11.424	136.227	147.651
JICA 19 - lene 24.482.493 mil (dez/22 - lene 26.296.011 mil)	62.059	774.200	836.259	71.761	967.124	1.038.885
BID 1983AB - (dez/22 - US\$ 7.692 mil)	-	-	-	39.962	-	39.962
Juros e Demais Encargos	23.677	-	23.677	17.487	-	17.487
Total em moeda estrangeira	249.701	2.496.190	2.745.891	312.587	2.463.171	2.775.758
Total dos empréstimos e financiamentos	2.616.406	16.919.944	19.536.350	2.245.960	16.712.711	18.958.671

Cotações de 31 de dezembro de 2023: US\$ - R\$ 4,8413; lene - R\$ 0,03422 (em 31 de dezembro de 2022: US\$ - R\$ 5,2177; lene - R\$ 0,03957).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Em moeda nacional

	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ª série) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e 2,25% (3ª série)	
Debêntures 28ª Emissão	Recursos próprios	2028	CDI + 1,20% (1ª série) e CDI+ 1,44% (2ª série) e 1,60% (3ª série)	
Debêntures 29ª Emissão	Recursos próprios	2036	CDI + 1,29% (1ª série) e 5,3058% (2ª série) e 5,4478% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 30ª Emissão	Recursos próprios	2029	CDI + 1,30% (1ª série) e CDI+ 1,58% (2ª série)	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2024/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Recursos próprios	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	Recursos próprios	2036	CDI + 2,50%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2023	Recursos próprios	2036	CDI + 0,50%	
International Finance Corporation - IFC	Recursos próprios	2032	CDI + 2,00%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	Recursos próprios	2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)	Recursos próprios	2027	9,32% a 15,24%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO); TJLP + 1,5% (FINEP)	

Em moeda estrangeira

	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Varição cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 20.556 mil	Governo Federal	2025	SOFR + 4,72%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 152.187 mil	Governo Federal	2044	SOFR + 6,60531%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8916 - US\$ 107.445 mil	Governo Federal	2034	SOFR + 6,0% e 7,1%	US\$
JICA 15 - lene 6.914.580 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 18 - lene 6.216.960 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 17 - lene 3.464.352 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	lene
JICA 19 - lene 24.482.493 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	lene

(i) Cronograma de liquidação - saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023

	Controladora e Consolidado							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030 até 2044	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	1.206.894	1.336.415	1.214.740	1.368.020	658.827	781.623	778.277	7.344.796
Caixa Econômica Federal	108.210	114.964	122.140	129.752	137.707	142.986	860.726	1.616.485
BNDES	280.918	260.466	250.531	237.817	84.241	34.146	189.291	1.337.410
BIDs Nacional	249.099	260.899	330.209	315.069	420.959	385.919	1.971.432	3.933.586
IFCs	22.800	44.200	61.800	80.800	123.600	181.600	1.208.561	1.723.361
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	118.383	97.096	53.629	36.184	38.901	42.692	64.625	451.510
Outros	3.003	2.768	142	-	-	-	-	5.913
Juros e Demais Encargos	377.398	-	-	-	-	-	-	377.398
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	2.366.705	2.116.808	2.033.191	2.167.642	1.464.235	1.568.966	5.072.912	16.790.459
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	49.759	69.148	38.778	38.778	38.778	38.778	537.948	811.967
BIRD	29.433	29.433	29.433	29.433	29.433	40.238	319.584	506.987
JICA	146.832	146.831	146.831	146.831	146.831	146.712	522.392	1.403.260
Juros e Demais Encargos	23.677	-	-	-	-	-	-	23.677
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	249.701	245.412	215.042	215.042	215.042	225.728	1.379.924	2.745.891
Total Geral	2.616.406	2.362.220	2.248.233	2.382.684	1.679.277	1.794.694	6.452.836	19.536.350

(ii) Movimentação

	Controladora e Consolidado										
	31 de dezembro de 2022	Adição - arrendamento	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2023
EM MOEDA NACIONAL											
Debêntures	8.166.366	-	(2.043)	114.228	21.421	(839.833)	(741.812)	628.580	176.739	11.172	7.534.818
Caixa Econômica Federal	1.526.185	-	174.058	22.023	5.475	(122.843)	(106.982)	98.428	24.670	-	1.621.014
BNDES	1.380.993	-	190.000	10.326	2.464	(97.829)	(241.992)	78.745	18.516	249	1.341.472
BID 2202	2.450.550	-	-	-	-	(328.627)	(181.349)	135.524	175.689	955	2.252.742
BID INVEST 2020	943.619	-	-	-	-	(138.676)	(37.340)	27.360	104.739	665	900.367
IFC 2022	774.525	-	-	-	-	(114.131)	(15.200)	15.029	96.160	914	757.297
IFC 2023	-	-	1.000.000	(13.652)	-	(2.434)	-	11.335	11.090	303	1.006.642
BID INVEST 2022	469.327	-	-	-	-	(72.245)	(14.100)	71.305	-	256	454.543
BID INVEST 2023	-	-	470.000	(1.083)	-	(41.022)	(7.050)	43.263	-	23	464.131
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	357.844	-	-	-	-	(54.135)	(48.634)	54.135	-	-	309.210
Arrendamento Mercantil (Outros)	101.374	108.405	-	-	-	(39.918)	(88.452)	60.891	-	-	142.300
Outros	12.130	-	3.629	60	-	(587)	(9.884)	566	9	-	5.923
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	16.182.913	108.405	1.837.687	(16.778)	29.360	(1.852.280)	(1.492.795)	1.225.161	607.612	14.537	16.790.459
EM MOEDA ESTRANGEIRA											
BIDs	532.693	-	384.824	(5.137)	(45.895)	(33.808)	(51.178)	36.929	-	1.027	819.455
BIRD	399.762	-	173.547	(3.032)	(30.374)	(22.089)	(31.009)	27.663	57	490	515.015
JICA	1.803.109	-	-	(231.877)	105	(26.795)	(157.785)	23.697	763	204	1.411.421
BID 1983AB	40.194	-	-	(1.813)	-	(1.447)	(38.323)	909	311	169	-
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	2.775.758	-	558.371	(8.169)	105	(84.139)	(278.2				

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

						Controladora				Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2022	
	31 de dezembro de 2021	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados			Provisão de juros e taxas - Capitalizado
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	7.467.968	-	1.000.000	(4.320)	165.879	-	(712.966)	(563.504)	544.116	257.951	11.242	8.166.366
Caixa Econômica Federal	1.483.113	-	119.437	-	17.247	7.131	(117.041)	(100.855)	80.422	36.731	-	1.526.185
BNDDES	1.392.844	-	200.000	-	7.020	3.117	(104.596)	(222.353)	67.311	37.391	259	1.380.993
BID 2202	2.589.442	-	-	-	-	-	(281.971)	(181.349)	98.574	224.899	955	2.450.550
BID INVEST 2020	956.942	-	-	-	-	-	(108.921)	(34.800)	129.733	-	665	943.619
BID INVEST 2022	-	-	760.000	(9.385)	-	-	(24.978)	-	-	48.507	381	774.525
IFC 2022	-	-	470.000	(3.922)	-	-	(30.698)	-	33.840	-	107	469.327
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	397.311	-	-	-	-	-	(54.390)	(39.467)	54.390	-	-	357.844
Arrendamento Mercantil (Outros)	125.969	42.182	-	-	-	-	(17.659)	(84.437)	35.319	-	-	101.374
Outros	14.094	-	3.654	-	56	2	(789)	(5.669)	748	34	-	12.130
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	14.427.683	42.182	2.553.091	(17.627)	190.202	10.250	(1.454.009)	(1.232.434)	1.044.453	605.513	13.609	16.182.913
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BIDs	387.837	-	226.497	(6.732)	(20.355)	-	(12.581)	(56.273)	13.733	-	567	532.693
BIRD	420.881	-	39.417	(3.166)	(28.665)	61	(3.779)	(30.895)	5.525	20	363	399.762
JICA	2.401.887	-	15.546	-	(437.296)	3.243	(33.167)	(177.007)	26.597	3.102	204	1.803.109
BID 1983AB	85.548	-	-	-	(5.602)	-	(1.952)	(40.115)	1.284	614	417	40.194
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	3.296.153	-	281.460	(9.898)	(491.918)	3.304	(51.479)	(304.290)	47.139	3.736	1.551	2.775.758
Total Geral	17.723.836	42.182	2.834.551	(27.525)	(301.716)	13.554	(1.505.488)	(1.536.724)	1.091.592	609.249	15.160	18.958.671

(a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2023

Debêntures

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou a amortização final da 17ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 152.157, sendo R\$ 145.284 de principal e R\$ 6.873 de juros.

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou a amortização final da 2ª série da 22ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 214.404, sendo R\$ 200.000 de principal e R\$ 14.404 de juros.

No quarto trimestre de 2023, a Companhia realizou a amortização final da 1ª série da 27ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 321.535, sendo R\$ 300.000 de principal e R\$ 21.535 de juros.

BID INVEST 2023

No segundo trimestre de 2023, a Companhia captou o montante de R\$ 470,0 milhões junto a Corporação Interamericana de Investimentos (BID INVEST).

Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados para financiar parcialmente os investimentos da Companhia relacionados à 4ª Etapa do Projeto de Despoluição do Rio Tietê.

A amortização do valor do principal será semestral, em dezembro e junho, tendo início em dezembro de 2023 e a final em dezembro de 2036. O vencimento dos juros será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e final em dezembro de 2036, e a remuneração será CDI + 0,5% a.a..

O empréstimo é garantido pela Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (PROPARGO). O vencimento do serviço será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e final em dezembro de 2036, e a remuneração será 2,0% a.a..

Os *covenants* pactuados para o BID INVEST 2023 são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;

- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

BID 1983AB

No segundo trimestre de 2023, a Companhia realizou a amortização final do contrato BID 1983AB, no montante de R\$ 39,7 milhões, sendo R\$ 38,3 milhões de principal e R\$ 1,4 milhão de juros.

BNDDES PAC 2008

No segundo trimestre de 2023, a Companhia realizou a amortização final do contrato BNDDES PAC 2008, no montante de R\$ 1,1 milhão.

IFC 2023

No segundo trimestre de 2023, a Companhia contratou financiamento de R\$ 1,0 bilhão junto a Corporação Financeira Internacional (IFC). Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados exclusivamente ao custeio de despesas do Projeto Novo Pinheiros.

No terceiro trimestre de 2023, ocorreu a captação no valor de R\$ 0,5 bilhão.

No quarto trimestre de 2023, ocorreu a captação no valor de R\$ 0,5 bilhão.

A amortização do valor do principal será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2025 e a final em abril de 2033. O vencimento dos juros será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2023 e final em abril de 2033, e a remuneração será CDI + 1,7% aa. A SABESP deverá pagar ao IFC também uma taxa de compromisso de 1% a.a sobre a parcela que não tenha sido desembolsada ou cancelada.

Os *covenants* pactuados para o IFC 2023 são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;

- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados no ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos, vide Nota 15 (f).

(c) Compromissos financeiros - Covenants

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2023.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	(em milhões de Reais (*)
Caixa Econômica Federal	933	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES	30	
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	716	
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	1.000	
Outros	7	
TOTAL	2.686	

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2023 (US\$ 1,00 = R\$ 4,8413; ¥ 1,00 = R\$ 0,03422).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

18 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Impostos a recuperar			
Imposto de renda e contribuição social	462.642	206.517	462.642
IRRF sobre aplicações financeiras	29.953	33.283	29.953
Outros tributos federais	2.050	3.106	2.050
Total	494.645	242.906	494.647

(b) Passivo circulante

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Impostos e contribuições a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	205.587	-	205.964
Cofins e Paspap	141.576	134.624	141.703
INSS	44.556	44.515	44.556
IRRF	64.770	63.361	64.770
Outros	54.979	50.961	54.979
Total	511.468	293.461	511.972

19 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Impostos diferidos ativo		
Provisões	666.131	560.404
Obrigações previdenciárias - G1	135.231	141.606
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.140	46.088
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	182.519	199.363
Outros	382.767	171.798
Total do ativo fiscal diferido	1.411.788	1.119.259

Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(329.060)	(353.817)
Capitalização de custos de empréstimos	(465.510)	(457.669)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(348.514)	(346.650)
Ganho atuarial - Plano G1	(121.425)	(93.561)
Margem de construção	(40.579)	(43.323)
Custas de captação	(8.624)	(13.517)
Total do passivo fiscal diferido	(1.313.712)	(1.308.537)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	98.076	(189.278)

(b) Realização

Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	366.525	318.965
a ser realizado depois de um ano	1.045.263	800.294
Total do ativo fiscal diferido	1.411.788	1.119.259
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(36.074)	(25.746)
a ser realizado depois de um ano	(1.277.638)	(1.282.791)
Total do passivo fiscal diferido	(1.313.712)	(1.308.537)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	98.076	(189.278)

(c) Movimentação

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2022	Varição líquida	31 de dezembro de 2023
Impostos diferidos ativo			
Provisões	560.404	105.727	666.131
Obrigações previdenciárias - G1	141.606	(6.375)	135.231
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	46.088	(948)	45.140
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	199.363	(16.844)	182.519
Outros	171.798	210.969	382.767
Total	1.119.259	292.529	1.411.788
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(353.817)	24.757	(329.060)
Capitalização de custos de empréstimos	(457.669)	(7.841)	(465.510)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(346.650)	(1.864)	(348.514)
Ganho atuarial - G1	(93.561)	(27.864)	(121.425)
Margem de construção	(43.323)	2.744	(40.579)
Custas de captação	(13.517)	4.893	(8.624)
Total	(1.308.537)	(5.175)	(1.313.712)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	(189.278)	287.354	98.076

Controladora

	31 de dezembro de 2021	Varição líquida	31 de dezembro de 2022
Impostos diferidos ativo			
Provisões	503.374	57.030	560.404
Obrigações previdenciárias - G1	150.577	(8.971)	141.606
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	47.589	(1.501)	46.088
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	183.963	15.400	199.363
Outros	127.092	44.706	171.798
Total	1.012.595	106.664	1.119.259
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(368.235)	14.418	(353.817)
Capitalização de custos de empréstimos	(404.931)	(52.738)	(457.669)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(353.262)	6.612	(346.650)
Ganho atuarial - G1	(109.271)	15.710	(93.561)
Margem de construção	(46.079)	2.756	(43.323)
Custas de captação	(14.556)	1.039	(13.517)
Total	(1.296.334)	(12.203)	(1.308.537)
Passivo fiscal diferido líquido	(283.739)	94.461	(189.278)

Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Saldo inicial	(189.278)	(283.739)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	315.218	78.751
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 22)	(27.864)	15.710
Total da variação líquida	287.354	94.461
Saldo final	98.076	(189.278)

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(II) Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Provisões adicionais	Juros e atualizações monetárias	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2023
Ações com clientes (i)	151.023	39.272	32.299	(34.437)	(12.902)	175.255
Ações com fornecedores (ii)	257.080	114.084	18.380	(54.905)	(366)	334.273
Outras questões cíveis (iii)	99.462	77.082	32.483	(16.810)	(64.181)	128.036
Ações tributárias (iv)	79.532	19.807	6.082	(721)	(2.930)	101.770
Ações trabalhistas (v)	654.277	99.926	70.927	(42.214)	(55.783)	727.133
Ações ambientais (vi)	406.872	50.950	49.173	-	(14.255)	492.740
Subtotal	1.648.246	401.121	209.344	(149.087)	(150.417)	1.959.207
Depósitos judiciais vinculados	(37.462)	(151.898)	(4.124)	57.744	2.965	(132.775)
Total	1.610.784	249.223	205.220	(91.343)	(147.452)	1.826.432

	Controladora					
	31 de dezembro de 2021	Provisões adicionais	Juros e atualizações monetárias	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2022
Ações com clientes (i)	168.258	12.258	21.316	(29.363)	(21.446)	151.023
Ações com fornecedores (ii)	477.854	78.481	56.934	(309.321)	(46.868)	257.080
Outras questões cíveis (iii)	95.601	22.485	13.708	(9.248)	(23.084)	99.462
Ações tributárias (iv)	57.509	18.216	7.837	(1.568)	(2.462)	79.532
Ações trabalhistas (v)	349.962	307.352	131.139	(76.884)	(57.292)	654.277
Ações ambientais (vi)	331.326	38.632	48.511	(300)	(11.297)	406.872
Subtotal	1.480.510	477.424	279.445	(426.684)	(162.449)	1.648.246
Depósitos judiciais vinculados	(32.017)	(55.546)	(4.779)	13.832	41.048	(37.462)
Total	1.448.493	421.878	274.666	(412.852)	(121.401)	1.610.784

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ações com clientes (i)	158.584	200.966	158.584	200.966
Ações com fornecedores (ii)	968.752	1.147.606	968.752	1.147.606
Outras questões cíveis (iii)	695.097	1.146.048	695.097	1.146.048
Ações tributárias (iv)	1.067.350	1.869.583	1.067.350	1.869.583
Ações trabalhistas (v)	3.093.735	1.471.423	3.093.735	1.471.423
Ações ambientais (vi)	4.158.504	3.302.843	4.158.504	3.302.843
Total	10.142.022	9.138.469	10.142.022	9.138.469

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Referem-se, principalmente, a ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas sejam iguais às de outras categorias de consumidores, às ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e às ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

O Município de São Paulo, por meio da Lei nº 13.476/2002, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 1.044.035 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 957.199), que foram objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo município. As atividades relativas ao esgotamento sanitário tiveram desfecho favorável, aguardando o trâmite de recursos em instância superior. No que se refere às atividades meio, a sentença foi parcialmente procedente, sendo negado provimento ao recurso da SABESP que interpôs recurso especial com pedido de atribuição de efeito suspensivo, que não foi admitido na origem. Foi interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão foi desfavorável à Companhia. O processo principal permanece suspenso.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; e c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

(d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, nos quais discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira é de R\$ 27.539 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, sendo registradas perdas estimadas no montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

(e) Processos ambientais com acordos firmados

A Companhia firmou um acordo judicial durante o exercício de 2023, sem a necessidade de compensação ambiental.

(f) Seguro garantia

Em 25 de maio de 2023, a Companhia firmou contrato, com vigência de um ano para emissão de apólices em diversas modalidades de garantia, tendo como limite o montante de R\$ 600 milhões. Dentre as modalidades há a Garantia Judicial para uso em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais limitado ao período de até cinco anos. Em 31 de dezembro de 2023 o valor disponível para utilização do contrato vigente era de R\$ 364,1 milhões.

21 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Salários e encargos sociais	69.885	70.089	69.885	70.089
Provisão para férias	256.415	254.469	256.415	254.469
Plano de saúde - Assistência médica (i)	86.147	70.136	86.147	70.136
Provisão para participação no resultado (ii)	97.514	96.227	97.514	96.227
Programa de Desligamento Incentivado (PDI) (iii)	290.202	-	290.202	-
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	6.093	6.114	6.093	6.114
Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)	1.184	1.469	1.184	1.469
Total	807.440	498.504	807.440	498.504

(i) Plano de saúde - Assistência médica

O benefício assistencial é na modalidade pós-pagamento, com a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e empregados. No exercício de 2023 a Companhia participou em média com 9,18% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 313.034 (no exercício de 2022 foi 8,80% totalizando R\$ 272.460).

(ii) Provisão para participação no resultado

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, o Programa de Participação nos Resultados corresponde a distribuição do valor de até uma folha de pagamento, mediante o atingimento das metas estabelecidas, considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento no ano subsequente.

(iii) Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

Em junho de 2023 foi implementado o Programa de Desligamento Incentivado (PDI ou Programa), visando a redução do quadro de empregados de forma conciliatória, de forma a proporcionar ganhos de eficiência, aumento da competitividade e otimização de custos.

O prazo para inscrições neste Programa compreendeu o período de 1º a 30 de junho de 2023 e as rescisões contratuais estão sendo efetivadas desde 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. O PDI teve a inscrição de 1.862 empregados.

Para os participantes do Programa fica garantido o cumprimento das cláusulas contidas em Acordo Coletivo de Trabalho vigente na data de seu desligamento e serão concedidos os seguintes incentivos indenizatórios:

- metade do aviso prévio indenizado, proporcional ao tempo de serviço na SABESP, equivalente ao percentual do saldo do FGTS, para fins rescisórios, na data do desligamento (conforme tabela abaixo);
- incentivo indenizatório proporcional ao tempo de serviço na SABESP sobre o salário base + gratificação de função, por ano completo de trabalho (conforme tabela abaixo); e

c. plano de saúde: no mês subsequente ao do desligamento, o plano de saúde será de responsabilidade do titular, sendo que a SABESP reembolsará a mensalidade até o valor individual de R\$ 1.878,30/mês para o titular e cônjuge, por 24 meses consecutivos e ininterruptos. Caso o titular opte por plano de saúde cujo valor da mensalidade seja inferior ao valor reembolsável, não fará jus a qualquer diferença, não se constituindo assim em crédito ou em saldo a ser abatido em parcelas vincendas no decorrer dos 24 meses consecutivos e ininterruptos.

Tempo de serviço na SABESP (anos)	% do saldo do FGTS	% da remuneração por ano completo de trabalho
> 15	20%	20%
11 - 15	12,5%	12,5%
6 - 10	5%	5%
0 - 5	2,5%	2,5%

Em 31 de dezembro de 2023 foi registrado o montante de R\$ 359.943 decorrente da provisão para os incentivos indenizatórios dos empregados, sendo R\$ 290.202 no passivo circulante e R\$ 66.741 no passivo não circulante na rubrica "Obrigações trabalhistas".

22 Obrigações Previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) - G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) - Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv), sendo que somente este último está aberto para novas adesões. A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	Controladora e consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)
Valor justo dos ativos do plano	2.938.614	-	2.938.614	2.567.272	-	2.567.272
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(44.249)	(2.098.622)	(2.142.871)	(148.116)	(2.002.075)	(2.150.191)

Movimentação do Passivo

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido, início do exercício	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)
Custo do serviço corrente	(41.440)	-	(41.440)	(35.020)	-	(35.020)
Custo dos juros	(307.777)	(225.220)	(532.997)	(231.745)	(176.953)	(408.698)
Ganhos/(perdas) atuariais contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(120.934)	(85.372)	(206.306)	126.626	161.766	288.392
Benefícios pagos	202.676	214.045	416.721	188.778	205.174	393.952
Obrigação de benefício definido, final do exercício	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.567.272	-	2.567.272	2.634.427	-	2.634.427
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	294.788	-	294.788	221.079	-	221.079
Contribuições da Companhia	40.898	-	40.898	39.377	-	39.377
Contribuições dos participantes	35.443	-	35.443	34.000	-	34.000
Benefícios pagos	(202.676)	-	(202.676)	(188.778)	-	(188.778)
Ganhos/(perdas) atuariais contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	202.889	-	202.889	(172.833)	-	(172.833)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.938.614	-	2.938.614	2.567.272	-	2.567.272
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(44.249)	(2.098.622)	(2.142.871)	(148.116)	(2.002.075)	(2.150.191)

Movimentação do patrimônio líquido - Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconheceu os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(120.934)	(85.372)	(206.306)	126.626	161.766	288.392
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	202.889	-	202.889	(172.833)	-	(172.833)
Total dos ganhos/(perdas)	81.955	(85.372)	(3.417)	(46.207)	161.766	115.559
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.864)	-	(27.864)	15.710	-	15.710
Ajuste de avaliação patrimonial	54.091	(85.372)	(31.281)	(30.497)	161.766	131.269

Movimentação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Custo do serviço líquido	5.997	-	5.997	1.020	-	1.020
Custo dos juros	307.777	225.220	532.997	231.745	176.953	408.698
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(294.788)	-	(294.788)	(221.079)	-	(221.079)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(112.824)	(112.824)	-	(98.174)	(98.174)
Total dos gastos	18.986	112.396	131.382	11.686	78.779	90.465

Perfil de vencimento das obrigações

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0
Pagamento de benefícios esperados em 2024	223.156	190.425	223.156	190.425
Pagamento de benefícios esperados em 2025	215.853	177.004	215.853	177.004
Pagamento de benefícios esperados em 2026	207.437	167.075	207.437	167.075
Pagamento de benefícios esperados em 2027	197.606	156.583	197.606	156.583
Pagamento de benefícios esperados em 2028 ou posterior	2.138.811	1.407.535	2.138.811	1.407.535
Total	2.982.863	2.098.622	2.982.863	2.098.622
Duration	13,10	10,44	13,10	10,44

Premissas atuariais utilizadas

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0
Taxa de desconto real (NTN-B)	5,47% a.a.	5,37% a.a.	6,19% a.a.	6,15% a.a.
Taxa de inflação	3,90% a.a.	3,90% a.a.	5,31% a.a.	5,31% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	5,98% a.a.	5,98% a.a.		

continuação...

SBS
LISTED
NYSESBSP
B3 LISTED NMSÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2023	%	31 de dezembro de 2022	%
Total renda fixa	2.714.823	92,4	1.804.550	70,3
Total renda variável	15.715	0,5	136.582	5,3
Total investimentos estruturados	153.333	5,2	498.825	19,4
Outros	54.743	1,9	127.315	5,0
Valor justo dos ativos do plano	2.938.614	100	2.567.272	100

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.
As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:
i) operações de *day-trade*;
ii) venda de ações a descoberto;
iii) operações de *swap* sem garantia; e
iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representem uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Em 21 de dezembro de 2022, a SABESP e a SABESPREV, de comum acordo, celebraram um Termo de Confissão de Dívida, onde a SABESP reconhece como legítimo, procedente, líquido, certo e exigível o débito referente à sua parcela de responsabilidade no equacionamento do déficit do Plano de Benefícios Básico da SABESPREV (Plano G1), sendo cedido como garantia, Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Créditos, assinado entre as partes, em 9 de fevereiro de 2023.

(ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, os funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados na rubrica "Saldos com partes relacionadas", limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2023, o número de participantes ativos e inativos era 6 e 1.808 (em 31 de dezembro de 2022 - 8 e 1.750), respectivamente.

Despesas previstas para o exercício seguinte

	2024
Custo dos juros	189.274
Despesa a ser reconhecida	189.274

(iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2023, este Plano de Contribuição Definida tinha 9.277 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2022 - 9.365). As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) Plano VIVEST

Administrado pela VIVEST, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Em 31 de dezembro de 2023 o número de participantes era 68 (em 31 de dezembro de 2022 - 58).

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Plano G1 (i)	18.986	11.686
Plano G0 (ii)	112.396	78.779
Plano Sabesprev Mais (iii)	27.403	25.371
Plano VIVEST (iv)	520	326
Subtotal	159.305	116.162
Capitalizados	(3.303)	(3.359)
Outros	6.603	5.684
Obrigações Previdenciárias (Nota 29)	162.605	118.487

23 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar às prefeituras decorrente dos repasses previstos nos contratos de concessão. Os saldos da controlada em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram de R\$ 749.226 e R\$ 723.242, respectivamente. O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 750.732.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Estado de São Paulo	343.506.664	50,3	343.506.664	50,3
Outros acionistas				
No país ⁽¹⁾	262.118.658	38,3	257.339.417	37,6
No exterior ⁽²⁾	77.884.547	11,4	82.663.788	12,1
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

(1) Em 31 de dezembro de 2023, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 39.368 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias - CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.

(2) Ações negociadas na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do *The Bank New York Mellon*, banco depositário dos ADRs da Companhia.

(b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	3.523.531	3.121.267
(-) Reserva legal - 5%	176.177	156.063
	3.347.354	2.965.204
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	836.839	741.301
Dividendo por ação	1,22433	1,08455

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 28 de abril de 2023, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 741.301, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 130.857 como dividendos mínimos complementares, perfazendo o total de R\$ 872.158, os quais foram pagos em 26 de junho de 2023.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2024, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 836.839 (em 2022 - R\$ 741.301) e dividendos mínimos complementares no montante de R\$ 147.689 (em 2022 - R\$ 130.857), perfazendo um total de R\$ 984.528 (em 2022 - R\$ 872.158), correspondentes a R\$ 1,44040 por ação ordinária (em 2022 - R\$ 1,2760), a serem referendados na Assembleia Geral em 25 de abril de 2024. O montante de R\$ 147.689 (em 2022 - R\$ 130.857) foi registrado dentro do Patrimônio Líquido na conta de "Dividendo mínimo complementar", neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 54.641 (em 2022 - R\$ 53.930).

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 54.641 (em 2022 - R\$ 53.930) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 837.391 (em 2022 - R\$ 741.725), refere-se ao valor declarado em 2023 de R\$ 836.839 (em 2022 - R\$ 741.301), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 552 declarados em exercícios anteriores (em 2022 - R\$ 424).

(c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 12.753.361 e R\$ 10.390.535, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

- I - seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e
II - a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
d) na incorporação ao capital social.

(e) Destinação do lucro do exercício

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2023	2022
Lucro líquido		
(+) Lucro do exercício	3.523.531	3.121.267
(-) Reserva legal - 5%	176.177	156.063
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	836.839	741.301
(-) Dividendos adicionais propostos	147.689	130.857
Reserva de investimentos	2.362.826	2.965.204

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 2.362.826 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

(f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Na Nota 22 consta a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2023 e 2022.

Controladora e Consolidado	Plano G1	Plano G0	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181.617	(3.974)	177.643
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 22)	54.091	(85.372)	(31.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	235.708	(89.346)	146.362

Controladora	Plano G1	Plano G0	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.114	(165.740)	46.374
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 22)	(30.497)	161.766	131.269
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181.617	(3.974)	177.643

25 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.523.531	3.121.267
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	5,16	4,57

26 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento. Resultado

	Controladora	Controladora
	2023	2022
	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	21.509.965	27.110.297
Deduções da receita bruta	(1.541.585)	(1.541.585)
Receita operacional líquida	19.968.380	25.568.712
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(13.807.995)	(19.282.724)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	6.160.385	6.285.988
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		27.925
Equivalência patrimonial		28.517
Resultado financeiro, líquido		(1.588.827)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.753.603
Depreciação e amortização	(2.790.175)	(2.790.175)

	Controladora	Controladora
	2022	2022
	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	18.629.959	23.493.711
Deduções da receita bruta	(1.437.991)	(1.437.991)
Receita operacional líquida	17.191.968	22.055.720
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(12.689.051)	(17.443.434)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	4.502.917	4.612.286
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		8.327
Equivalência patrimonial		24.551
Resultado financeiro, líquido		(372.414)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.272.750
Depreciação e amortização	(2.450.849)	(2.450.849)

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	21.513.442	27.113.774
Deduções da receita bruta	(1.541.718)	(1.541.718)
Receita operacional líquida	19.971.724	25.572.056
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(13.811.665)	(19.286.394)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	6.160.059	6.285.662
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		27.925
Equivalência patrimonial		32.393
Resultado financeiro, líquido		(1.591.996)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.753.984
Depreciação e amortização	(2.790.586)	(2.790.586)

(i) Vide Nota 33 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.

(ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 14 (b).

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores ("seguro D&O"), e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 20 (f)) e seguro garantia tradicional. Os seguros são contratados por meio de licitações que permitem a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes contratados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados - incêndio	3.021.021
Riscos de engenharia	3.368.293
Seguro garantia judicial e garantia tradicional (*)	600.000
Responsabilidade civil - D&O (<i>Directors and Officers</i>)	100.000
Responsabilidade civil - obras	149.610
Responsabilidade civil - operacional	15.000
Outros	29.342
Total	7.283.266

(*) A SABESP possui contrato que permite emitir apólices que totalizem essa Importância Segurada. Deste total, foram emitidas apólices que somam R\$ 323 milhões em importância segurada por meio de seguro garantia.

28 Receitas operacionais

Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Receita de serviços de saneamento (i)	21.509.965	21.513.442
Receita de construção	5.600.332	4.863.752
Impostos sobre vendas	(1.456.998)	(1.363.628)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(84.587)	(74.363)
Receita líquida	25.568.712	22.055.720

(i) Inclui os montantes de R\$ 105.682 referente a TRCF cobrada dos clientes em 2023 (em 2022 - R\$ 92.232), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

29 Custos e despesas operacionais

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Custos operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(2.716.921)	(2.285.765)
Obrigações previdenciárias	(36.998)	(29.796)
Custos de construção (Nota 26)	(5.474.729)	(4.754.383)
Materiais gerais	(356.425)	(369.381)
Materiais de tratamento	(558.494)	(598.993)
Serviços de terceiros	(1.842.950)	(1.724.347)
Energia elétrica	(1.513.377)	(1.497.644)
Despesas gerais	(967.148)	(931.503)
Depreciação e amortização	(2.582.782)	(2.259.091)
	(16.049.824)	(14.350.903)

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSESBSP
B3 LISTED NMSÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	Controladora		Consolidado 2023
	2023	2022	
Despesas com vendas			
Salários, encargos e benefícios	(347.520)	(306.864)	(347.536)
Obrigações previdenciárias	(3.359)	(4.021)	(3.359)
Materiais gerais	(6.746)	(7.121)	(6.746)
Serviços de terceiros	(439.987)	(418.632)	(439.995)
Energia elétrica	(673)	(1.001)	(673)
Despesas gerais	(116.934)	(107.313)	(116.933)
Depreciação e amortização	(68.818)	(67.015)	(68.818)
	(984.037)	(911.967)	(984.060)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(652.920)	(782.057)	(652.920)
Despesas administrativas			
Salários, encargos e benefícios	(423.805)	(284.562)	(423.948)
Obrigações previdenciárias	(122.248)	(84.670)	(122.248)
Materiais gerais	(22.991)	(23.664)	(23.008)
Serviços de terceiros	(287.718)	(250.293)	(287.744)
Energia elétrica	(2.020)	(1.896)	(2.020)
Despesas gerais	(509.981)	(548.626)	(509.984)
Depreciação e amortização	(138.575)	(124.743)	(138.575)
Despesas tributárias	(88.605)	(80.053)	(90.021)
	(1.595.943)	(1.398.507)	(1.597.548)
Custos e despesas operacionais			
Salários, encargos e benefícios	(3.488.246)	(2.877.191)	(3.488.489)
Obrigações previdenciárias (Nota 22 (v))	(162.605)	(118.487)	(162.605)
Custos de construção (Nota 26)	(5.474.729)	(4.754.383)	(5.474.729)
Materiais gerais	(386.162)	(400.166)	(386.235)
Materiais de tratamento	(558.494)	(598.993)	(558.557)
Serviços de terceiros	(2.570.655)	(2.393.272)	(2.570.952)
Energia elétrica	(1.516.070)	(1.500.541)	(1.517.235)
Despesas gerais	(1.594.063)	(1.487.442)	(1.594.065)
Depreciação e amortização	(2.790.175)	(2.450.849)	(2.790.586)
Despesas tributárias	(88.605)	(80.053)	(90.021)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(652.920)	(782.057)	(652.920)
	(19.282.724)	(17.443.434)	(19.286.394)

30 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado 2023
	2023	2022	
Despesas financeiras			
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.110.135)	(954.744)	(1.110.135)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(89.198)	(47.139)	(89.198)
Outras despesas financeiras	(849.489)	(364.117)	(849.489)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(146.637)	(190.202)	(146.637)
Outras variações monetárias	(301.593)	(183.966)	(301.593)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(211.565)	(216.098)	(211.565)
Total de despesas financeiras	(2.708.617)	(1.956.266)	(2.708.617)
Receitas financeiras			
Variações monetárias ativas	219.541	541.516	219.473
Rendimento de aplicações financeiras	373.739	417.129	370.638
Juros ativos	256.116	195.274	256.116
Cofins e Pasep	(40.401)	(62.405)	(40.401)
Outras	79	17	79
Total de receitas financeiras	809.074	1.091.531	805.905
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(1.899.543)	(864.735)	(1.902.712)
Variações cambiais			
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	309.959	491.918	309.959
Variação cambial sobre ativos	767	301	767
Outras variações cambiais	(10)	102	(10)
Variações cambiais, líquidas	310.716	492.321	310.716
Financeiras líquidas	(1.588.827)	(372.414)	(1.591.996)

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado 2023
	2023	2022	
Outras receitas operacionais, líquidas	99.307	64.638	99.307
Outras despesas operacionais	(71.382)	(56.311)	(71.382)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27.925	8.327	27.925

As outras receitas operacionais compõem-se de receitas nas vendas de ativo imobilizado, editais, direito de energia elétrica, além de indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais, usualmente, registram baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos.

32 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2023:

	Mais de				Total
	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	5 anos	
Obrigações contratuais - Despesas	1.810.947	2.119.426	1.460.088	2.680.110	8.070.571
Obrigações contratuais - Investimentos	4.292.490	2.967.844	1.292.130	92.893	8.645.357
Total	6.103.437	5.087.270	2.752.218	2.773.003	16.715.928

33 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado 2023
	2023	2022	
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	6.026.053	5.240.528	6.026.053
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	110.473	75.400	258.473
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(2.293.201)	(1.765.391)	(2.293.201)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	3.843.325	3.550.537	3.991.325
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:			
Juros capitalizados no exercício (Nota 14 (a))	638.208	622.803	638.208
Empreiteiros a pagar	419.457	414.645	419.457
Contrato de performance	1.001.528	576.392	1.001.528
Direito de uso	108.405	42.182	108.405
Margem de construção (Nota 26)	125.603	109.369	125.603
Total	2.293.201	1.765.391	2.293.201

34 Eventos subsequentes

31ª emissão de debêntures

Em 5 de março de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ 2,94 bilhões por meio da 31ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em três séries, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 160, com as seguintes características:

	Valor	Taxa	Vencimento
1ª série	507.000	CDI + 0,49% a.a.	2029
2ª série	1.734.467	CDI + 1,10% a.a.	2031
3ª série	699.011	CDI + 1,31% a.a.	2034
Total	2.940.478		

Os *covenants* pactuados para a 31ª Emissões de Debêntures são:

- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras deve ser igual ou superior a 1,5;

O não cumprimento dos índices financeiros acima por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias), constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures. - Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Companhia. O descumprimento do limite acima constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

O contrato possui cláusula de *cross acceleration*, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 198 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

Os recursos provenientes da emissão serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vencidos em 2024 e à recomposição e reforço de caixa. As Debêntures são caracterizadas como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis e azuis", com base no compromisso da Companhia em destinar o equivalente em projetos descritos no Framework para Finanças Sustentáveis.

Acordo AAPS - Associação dos Aposentados e Pensionistas da SABESP

Os planos de saúde dos aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados (Digna Mais 1, 2, 3, 4 e 5) atendem ao disposto na Lei Federal nº 9.656/98.

De acordo com os artigos 30 e 31 da referida Lei, bem como da Resolução Normativa 279 e subsequentes da Agência Nacional de Saúde, os beneficiários que aderirem a estes planos são responsáveis pelo custeio integral (mensalidades e eventuais déficits). Por força de aditivo ao Convênio de Adesão mantido com a VIVEST, a SABESP figura na condição de garantidora perante a Operadora de Saúde.

Até 31 de dezembro de 2023, neste papel de garantidora, a Companhia efetuou o reconhecimento das notas de débito recebidas para cobertura de déficits no montante de R\$ 47,5 milhões. Os déficits destas carteiras são resultantes de desequilíbrio estrutural entre as tabelas de mensalidades e o perfil da massa que produz despesas superiores às receitas. Após esse pagamento, a SABESP iniciou o processo de cobrança junto aos beneficiários, constituindo um contas a receber de igual valor e reconhecimento de perda com crédito de liquidação duvidosa de todo montante.

Este processo de cobrança desencadeou uma negociação com a Associação dos Aposentados e Pensionistas da SABESP - AAPS que resultou na assinatura de um acordo judicial concretizado em 31 de janeiro de 2024 (homologado pelo judiciário em 27 de fevereiro de 2024) que prevê:

a) A quitação do déficit de cada beneficiário por parte da SABESP;

b) A migração dos beneficiários para os Planos de Saúde da linha Essência da VIVEST ou outros planos de mercado que seriam advindos dos planos Digna Mais;

c) A desistência, por parte da AAPS, da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0056668-84.2020.8.26.0100 que pleiteava a junção de massas de ativos e inativos em um mesmo plano, que poderia ensejar um passivo pós emprego e cuja expectativa era de possível perda em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 303,9 milhões.

Como parte da negociação, a VIVEST indicou um potencial desequilíbrio nos planos Essência com a migração de aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados, resultante de uma seleção adversa de risco. Diante deste cenário, a SABESP, para viabilizar a liquidação dos planos Digna Mais, firmou um novo aditivo ao Convênio de Adesão com a VIVEST que prevê:

a) A VIVEST permitirá as migrações para os planos Essência, assumindo o risco da carteira;

b) A SABESP se comprometerá a fazer uma contribuição única à VIVEST para cada pessoa que migrar para um de seus planos Essência, condicionado à homologação pelo judiciário (conforme acima ocorrido em 27 de fevereiro de 2024), sendo os aportes conforme abaixo:

b.1) R\$ 10,0 milhões, pago em parcela única em fevereiro de 2024, com base nos 2.909 beneficiários migrados dos planos da linha Digna Mais para os planos da linha Essência;

b.2) Valor correspondente ao número de beneficiários que ingressarem nos planos da linha Essência, limitado à R\$ 160,0 milhões (1.754 beneficiários inscritos no plano da linha Digna Mais em março de 2023), a partir de janeiro de 2024.

Este valor mensal *per capita*, será pago desde a data de ingresso de cada beneficiário ou a partir de janeiro de 2024, o que ocorrer por último, até dezembro de 2028, com aporte financeiro para mitigar os impactos sobre os reajustes anuais por variação de custos a serem aplicados de janeiro de 2025 a janeiro de 2029 aos planos da linha Essência. Após o efetivo pagamento de todas as parcelas, inclusive a última, referente ao mês de dezembro de 2028, a Companhia ficará isenta de quaisquer pagamentos à VIVEST. Os valores acima serão reajustados anualmente, com data-base em todo mês de janeiro, conforme índice de reajuste anual dos planos da linha Essência.

Até 31 de dezembro de 2023, anteriormente ao acordo, houve a migração de 131 beneficiários e de 1º de janeiro a 14 de março de 2024 - 766 beneficiários como resultado do acordo, apresentando um impacto de R\$ 90,2 milhões já conhecido na previsão a ser registrada no 1º trimestre de 2024.

DIRETORIA

ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES	Diretor-Presidente
CATIA CRISTINA TEIXEIRA PEREIRA	Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores
SABRINA DE MENEZES CORREA FURSTENAU SABINO	Diretora de Gente e Gestão Corporativa
PAULA ALESSANDRA BONIN COSTA VIOLANTE	Diretora de Engenharia e Inovação
ROBERVAL TAVARES DE SOUZA	Diretor de Operação e Manutenção
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA	Diretor de Regulação e Novos Negócios
CAIO MARCELO DE MEDEIROS MELO	Diretor de Clientes

CONTADOR

MARCELO MIYAGUI CRC 1 SP 244.972/O-0 - Superintendente de Contabilidade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARLA BERTOCCO TRINDADE	Presidente
ANDERSON MÁRCIO DE OLIVEIRA	Conselheiro
ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES	Conselheiro
ANTÔNIO JULIO CASTIGLIONI NETO	Conselheiro
EDUARDO PERSON PARDINI	Conselheiro Independente* e Coordenador do Comitê de Auditoria
KAROLINA FONSÊCA LIMA	Conselheira Independente* e membro do Comitê de Auditoria
MARCELO MUNHOZ JURICCHIO	Conselheiro Independente* - minoritário
MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria
NERYLSON LIMA DA SILVA	Conselheiro
RONALDO COPPA	Conselheiro representante dos empregados

* Esses Conselheiros atendem aos requisitos e independência estabelecidos nas regras da B3 para o novo mercado.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 21 de março de 2024.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes
Diretor-Presidente
Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores
Sabrina de Menezes Correa Furstenau Sabino
Diretora de Gente e Gestão Corporativa
Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Engenharia e Inovação
Roberval Tavares de Souza
Diretor de Operação e Manutenção
Bruno Magalhães D'Abadia
Diretor de Regulação e Novos Negócios
Caio Marcelo de Medeiros Melo
Diretor de Clientes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 21 de março de 2024.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes
Diretor-Presidente
Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores
Sabrina de Menezes Correa Furstenau Sabino
Diretora de Gente e Gestão Corporativa
Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Engenharia e Inovação
Roberval Tavares de Souza
Diretor de Operação e Manutenção
Bruno Magalhães D'Abadia
Diretor de Regulação e Novos Negócios
Caio Marcelo de Medeiros Melo
Diretor de Clientes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 21 de março de 2024, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 21 de março de 2024.

ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ

EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA

HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI

NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2023

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO: O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por três conselheiros de administração independentes. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC*, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, os Srs. Eduardo Person Pardini, Mario Engler Pinto Junior e Karolina FONSECA Lima foram eleitos membros independentes do Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo o Sr. Eduardo Person Pardini designado como Coordenador e Especialista Financeiro, nos termos do parágrafo quarto do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO: No período de 23/03/2023 a 21/03/2024, o Comitê realizou 25 reuniões formais com os diretores, superintendentes, gerentes, demais empregados, auditores internos e auditores independentes bem como eventuais convidados. Cumpre ressaltar que dessas reuniões 3 foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal. As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes: • Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna; • Monitoramento das provisões e contingências judiciais; • Acompanhamento da gestão de riscos corporativos; • Acompanhamento das atividades de conformidade; • Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos; • Canal de Denúncias; Acompanhamento das averiguações e das denúncias; • Supervisão da atuação dos auditores independentes; • Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética; • Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente; • Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações; • Revisão do Relatório de Sustentabilidade; • Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras; • Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do *Form 20-F* e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa; • Avaliação e monitoramento da adequação das Transações com partes relacionadas; • Acompanhamento do processo de Desestatização da Sabesp; e • Acompanhamento mensal do orçamento empresarial.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Contas a Receber; (ii) Evolução do fluxo de caixa (iii) trabalhos da Comissão Permanente para Avaliação de Valores Envolvidos em Contingências Ambientais; (iv) Desempenho dos planos previdenciários sob gestão da SABESP/PCV; (v) Sistema Comercial; (vi) Segurança da informação; (vii) Sociedades de Propósito Específico - SPEs (partes relacionadas); entre outros. Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS: Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS: A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley*. A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades relacionadas à implantação e avaliação dos controles internos por meio de apresentações das áreas responsáveis pelos controles e das constatações relatadas pelas Auditorias Interna e Independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE: O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Grant Thornton e da BDO RCS Auditores Independentes com relação à Sabesp. Dessa

forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Grant Thornton e a BDO RCS em relação à Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, o Comitê não identificou nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, a BDO RCS e o próprio Comitê de Auditoria em relação às DFs Sabesp 2023.

6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA: O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna, que foram considerados adequados ao desempenho de suas funções. Tal avaliação foi efetuada em atendimento ao Art. 23 do Regulamento do Novo Mercado.

7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange - NYSE*, as normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*. O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as respectivas informações trimestrais. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

8. CONCLUSÕES: As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica, Auditoria, Conformidade e Gestão de Riscos, e demais superintendências, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 21 de março de 2024.

Eduardo Person Pardini *Coordenador* Karolina FONSECA Lima *Membro* Mario Engler Pinto Junior *Membro*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

10 de julho de 2018. Um ativo intangível foi registrado durante a fase de construção da obra e os pagamentos à PPP - São Lourenço iniciaram em agosto de 2018, em parcelas fixas mensais atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor ("IPC"), conforme contrato e irão ocorrer até abril de 2039. Os juros são contabilizados ao longo do contrato, conforme taxa interna de retorno (TIR) do contrato, mais variação do IPC. Considerando que qualquer alteração significativa nos índices de atualização do contrato e na metodologia de cálculo, que são realizados através de planilha Excel, dependentes de inputs manuais, com extensão do cálculo até 2039, pode resultar em impactos significativos na mensuração do passivo financeiro referente à PPP - São Lourenço, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

As deficiências no desenho dos controles internos relativos à mensuração do passivo da PPP - São Lourenço resultaram em complemento do passivo conforme acima mencionado, alterando nossa avaliação quanto à natureza e época, bem como ampliando a extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados. Consideramos apropriadas as premissas e cálculos preparados pela Companhia, o julgamento da Administração sobre o passivo da PPP - São Lourenço e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e consideramos as deficiências identificadas relacionadas a este assunto como significativas.

Outros assuntos: Auditoria do período anterior: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 23 de março de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Infraestrutura das concessões para serviço de saneamento (intangível e ativo de contrato)	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 3.8, 3.10(a), 14 e 15, a Companhia tem ativos de contrato e intangível nos valores de R\$ 7.393.096 mil e R\$ 43.865.269 mil, em 31 de dezembro de 2023. Os ativos de contrato (obras em andamento) representam o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Os bens vinculados à concessão em construção, registrados conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, são classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível após a conclusão das obras. O intangível é registrado em função dos contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do ativo de contrato. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, ou em função da identificação de indícios de impairment. Consideramos a particularidade relativa ao processo de capitalização de custos de construção, a avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, a avaliação de indícios de impairment, a materialidade dos montantes envolvidos e sua relação na determinação das receitas de construção, como significativos em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com a Administração para entendimento das políticas e procedimentos implementados sobre o registro dos ativos decorrentes de contratos de concessão pública referente ao serviço de saneamento básico e ambiental, além da classificação como ativo classificável para capitalização; • Visita à determinadas obras para realização de inspeção física, realização de indagações específicas e teste documental das obras em andamento em base de amostragem; • Testes documental sobre amostra de transferências de ativo de contrato (obras em andamento) para a rubrica contábil de intangível. • Avaliação das movimentações e classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível das concessões; • Revisão das políticas contábeis estabelecidas e divulgadas pela Companhia e sua correspondência às normas contábeis vigentes; • Realização de procedimentos analíticos substantivos sobre os cálculos de amortização; • Avaliação da análise de indícios de impairment executada pela Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria executados e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as políticas contábeis, demais avaliações adotadas pela Administração relativos à infraestrutura das concessões para serviço de saneamento (intangível e ativo de contrato) e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Materiais adquiridos e registrados em ativos de contrato	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 3.8 e 14, a Companhia tem ativos de contrato no valor de R\$ 7.393.096 mil em 31 de dezembro de 2023. Os ativos de contrato (obras em andamento) representam o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Os bens vinculados à concessão em construção, registrados conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, são classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível após a conclusão das obras. Os ativos de contrato incluem diversos itens adquiridos e ainda não aplicados nas obras em andamento. Parte dos materiais adquiridos, e que ainda não haviam sido aplicados, não foram inventariados durante o exercício de 2023. Considerando a magnitude dos ativos de contrato e o risco associado com a existência física destes itens, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reunião com os responsáveis dos projetos das áreas operacionais visando entender a natureza e magnitude dos ativos de contrato; • Reunião com a Administração da Companhia para entender como seria respondido o risco de existência física dos materiais não aplicados; • Revisão das bases de "estoques" de ativos de contrato buscando evidência de conciliação e controle; • Entendimento sobre contagem física de materiais realizada pela Administração em período subsequente a 31 de dezembro de 2023; • Realizamos contagem independente de itens específicos. Como resultado dos procedimentos realizados foram identificadas diferenças a maior na contabilidade, tendo sido registrada pela Companhia provisão em contrapartida do resultado do exercício de 2023. As deficiências no desenho dos controles internos para os materiais adquiridos ainda não aplicados resultaram em diferenças acima mencionadas. Como resultado, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza e época, bem como ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados. Consideramos apropriadas as políticas contábeis, demais avaliações da Administração sobre os materiais adquiridos e registrados em ativos de contrato e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e consideramos as deficiências identificadas relacionadas a este assunto como significativas.
Parcerias Público Privadas - PPP São Lourenço	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15(d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui transações relacionadas à PPPs efetuadas com base na Lei nº 11.079/2004. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo de PPPs totaliza R\$ 3.286.614 mil, dos quais R\$ 3.233.852 mil se refere à PPP "Sistema Produtor São Lourenço" ("PPP - São Lourenço") e R\$ 52.762 mil à PPP "Alto Tietê". Em relação à PPP - São Lourenço, o referido contrato teve por objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligou Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço. As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - São Lourenço entrou em operação definitiva em	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura e revisão do contrato da PPP - São Lourenço • Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia desde o início do contrato; • Conciliação entre os valores do contrato e a planilha de cálculo da Companhia; • Recálculo da dívida pela taxa efetiva de juros; • Reuniões com a Administração da Companhia para validação do efeito da apuração das diferenças em relação ao balanço patrimonial comparativo (valores correspondentes); • Revisão da planilha de cálculo final visando validação da metodologia utilizada e conferência dos ajustes identificados para correção do passivo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; • Analisamos a suficiência das divulgações realizadas. Como resultado dos procedimentos realizados foi identificada a necessidade de complemento do passivo da PPP - São Lourenço em 31 de dezembro de 2023 decorrente de recálculo desde exercícios anteriores, o qual foi registrado pela Companhia em contrapartida do resultado do exercício de 2023.

São Paulo, 21 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Dário Vieira De Lima
Contador CRC 1 SP 238754/O-6

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



BALANÇO ANUAL 2023

6 | 50 anos



SBSP
B3 LISTED NM

SBS
LISTED
NYSE

 **sabesp**

 **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

